

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO - PPGSeD**

RAQUEL MARINA LÔBO BARRETO

**ENTRE O RURAL E O DO CAMPO: DISCUSSÕES E VIABILIDADE DE
UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL EM MOREIRA SALES/PR**

**CAMPO MOURÃO - PR
2023**

RAQUEL MARINA LÔBO BARRETO

**ENTRE O RURAL E O DO CAMPO: DISCUSSÕES E VIABILIDADE DE
UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL EM MOREIRA SALES/PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociedade e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Formação humana, políticas públicas e produção do espaço

Orientador: Prof. Dr. Fred Maciel

Coorientadora: Prof.^a Dra. Fabiane Freire França

**CAMPO MOURÃO - PR
2023**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Lôbo Barreto, Raquel Marina

Entre o Rural e o do Campo: discussões e viabilidade de uma Escola Pública Municipal em Moreira Sales/PR / Raquel Marina Lôbo Barreto. -- Campo Mourão-PR, 2023.

114 f.

Orientador: Fred Maciel.

Coorientador: Fabiane Freire França.

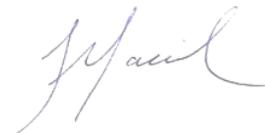
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico Interdisciplinar: "Sociedade e Desenvolvimento") -- Universidade Estadual do Paraná, 2023.

1. Educação Rural. 2. Educação do Campo. 3. Comunidade local. 4. Ensino. 5. Políticas Públicas. I - Maciel, Fred (orient). II - Freire França, Fabiane (coorient). III - Título.

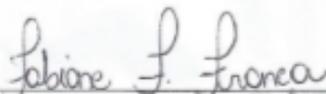
RAQUEL MARINA LÔBO BARRETO

**ENTRE O RURAL E O DO CAMPO: DISCUSSÕES E VIABILIDADE DE UMA
ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL EM MOREIRA SALES/PR**

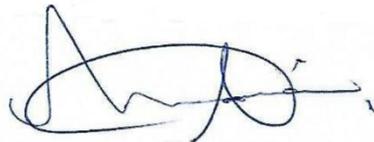
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Fred Maciel (Orientador) – UNESPAR, Campo Mourão



Profª Dra. Fabiane Freire França (Coorientadora) – UNESPAR, Campo Mourão



Prof. Dr. Maria Aparecida Cecílio – UEM, Maringá



Prof. Dr. Marcos Sorrilha Pinheiro – UNESP, Franca

Data de Aprovação

11/09/2023

Campo Mourão - PR

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação à Escola Rural Municipal Agostinho Portello, instituição na qual estudei, estagiei, lecionei e foi objeto de análise da presente pesquisa. Desejo que seu funcionamento seja permanente e seu ensino-aprendizagem significativo, para que assim possa formar outros futuros professores e pesquisadores. Para além disso, espero que as discussões aqui apresentadas sirvam para expansão de sua valorização e existência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que sempre me sustenta e abençoa, Maria Santíssima, que me cobre com seu manto sagrado e a meu Anjo da Guarda que me guia por todos os caminhos. *Até aqui nos ajudou o Senhor - 1 Samuel 7:12.*

Agradeço o apoio de toda minha família, em especial minha mãe, Marli, mulher forte que sempre me incentivou nos estudos, se sacrificou para criar a mim e meu irmão com muita dedicação e zelo. Sou professora pesquisadora graças ao seu encorajamento e exemplo.

Agradeço ao meu orientador e amigo, Fred Maciel, por compartilhar um pouco dos seus saberes e assim corroborar com a efetivação da presente pesquisa. Além do mais, gratidão por proporcionar que a jornada até a defesa fosse o mais impassível e gratificante possível.

Na mesma ótica, agradeço à minha coorientadora Fabiana Freire França, com seu olhar crítico e pedagógico, oportunizou a mim reflexões que, com certeza, valorizaram a pesquisa.

Agradeço à Sara, amiga que o PPGSeD apresentou, pois compartilhou comigo todas as angústias e alegrias do início ao fim da dissertação, amizade que perpassa o estudo. Assim, estendo os agradecimentos a todos os amigos que me motivaram a continuar a carreira acadêmica.

Agradeço, também, ao programa PPGSeD e seus gestores. Participar do mestrado me propiciou crescimentos pessoais e profissionais e, ao fim, recebo muito mais do que um título, ganho conhecimentos e amigos que levarei para a vida.

Por fim, agradeço à banca examinadora composta por Marcos Sorrilha Pinheiro e Maria Aparecida Cecílio pela dedicação do tempo e contribuições para a melhoria da pesquisa.

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.

Paulo Freire

LÔBO, Raquel Marina Barreto. **Entre o rural e o do campo**: discussões e viabilidade de uma escola pública municipal em Moreira Sales/PR. 114f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de Campo Mourão, Campo Mourão, 2023.

RESUMO

As escolas localizadas na zona rural possuem características estabelecidas a partir da cultura e da historicidade da região vinculada, bem como das implicações e propostas voltadas para a efetivação desse ensino que permeia entre o “rural” ou “do campo”. Na presente pesquisa propomos discussões referentes à viabilidade de uma escola pública municipal em Moreira Sales/PR, a partir de uma análise relacionada aos conceitos e políticas vinculadas à Educação Rural e Educação do Campo. Uma vez que, enquanto a “rural” está em consonância à educação urbana, a “do campo” se preocupa com a realidade e luta do povo campestre. Com essa teorização, é possível considerar as especificidades do objeto de estudo e, assim, analisar o conceito e as estratégias de ensino em escolas no campo, bem como as propostas políticas governamentais envolvidas a esse âmbito. A análise da pesquisa foi pautada na investigação histórica do conceito de escolas localizadas na zona rural, na qual discutimos sobre as possíveis diferenciações terminológicas entre “rural” e “do campo”, tal como as mudanças sociais e históricas que estão retratadas na instituição. Como metodologia, utilizamos a pesquisa bibliográfica, a partir de estudos envolvidos à Educação do Campo e discussões das Políticas Públicas por meio de programas que estão relacionados à essa modalidade de ensino. Como prática, utilizamos a pesquisa de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas com professores/funcionários, gestores e familiares/responsáveis de alunos(as), para compreender o ensino na educação no campo, observando suas implicações como instância local de vivência. Compreendemos o processo de cessação de 36 escolas localizadas na zona rural do município, destacando os pontos que levaram a esse fenômeno e permanência da última escola rural de Moreira Sales/PR. Esperamos que, a partir do estudo investigativo teórico, seja possível elencar a relevância da educação na zona rural, seja “rural” ou “do campo”, como local de sociabilidade e/ou de promoção de resistência no campo. Para além disso, objetivamos, com a análise histórica e prática, promover a valorização da educação na zona rural, em especial da instituição estudada, além de problematizar, dialogar e discutir a viabilidade da mesma, a partir de implicações gestoras e governamentais. Consequente, entendemos a realidade da comunidade estudada e o papel que a instituição para os que a permeiam. Ressaltamos que uma escola localizada na zona rural é relevante para a sua regionalidade, seja com perspectiva “rural” ou “do campo”, mesmo que a consciência de classe, luta e permanência no campo só seja trabalhadas em escolas que aderem à uma Educação do Campo.

Palavras-chave: Educação Rural, Educação do Campo, Políticas públicas, Ensino, Comunidade local.

LÔBO, Raquel Marina Barreto. **Between the rural and the countryside**: discussions and feasibility of a municipal public school in Moreira Sales/PR. Dissertation (Master) - Society and Development Interdisciplinary Postgraduate Program, State University of Paraná, Campo Mourão Campus, Campo Mourão, 2023.

ABSTRACT

Schools located in rural areas have characteristics established on the basis of the culture and historicity of the region in question, as well as the implications and proposals aimed at making this education effective, which permeates between “rural” and “from the countryside”. This research proposes discussions about the viability of a municipal public school in Moreira Sales/PR, based on an analysis of the concepts and policies linked to Rural Education and Education in the Countryside. While “rural” education is in line with urban education, “countryside” education is concerned with the reality and struggle of the peasant people. With this theorization, it is possible to consider the specificities of the object of study and thus analyse the concept and teaching strategies in rural schools, as well as the government policy proposals surrounding this area. The analysis of the research was based on the historical investigation of the concept of schools located in rural areas, in which we discussed the possible terminological differentiations between “rural” and “countryside”, as well as the social and historical changes that are portrayed in the institution. As a methodology, we used bibliographic research, based on studies involving Education in the Countryside and discussions of Public Policies through programs that are related to this type of education. As a practice, we used field research, through semi-structured interviews with teachers/employees, managers and students' families/guardians, to understand teaching in rural education, observing its implications as a local instance of experience. We understand the process of closing 36 schools located in the rural area of the municipality, highlighting the points that led to this phenomenon and the permanence of the last rural school in Moreira Sales/PR. We hope that, based on this theoretical study, it will be possible to highlight the importance of education in rural areas, whether “rural” or “of the countryside”, as a place of sociability and/or the promotion of resistance in the countryside. In addition, we aim, through historical and practical analysis, to promote the appreciation of education in rural areas, especially in the institution studied, in addition to problematizing, dialoguing and discussing its viability, based on managerial and governmental implications. As a result, we understand the reality of the community studied and the role that the institution plays for those who live in it. We emphasize that a school located in a rural area is relevant to its regionality, whether from a “rural” or “countryside” perspective, even if class consciousness, struggle and permanence in the countryside are only worked on in schools that adhere to a Countryside Education.

Keywords: Rural Education, Countryside Education, Public Policies, Teaching, Local Community.

LÔBO, Raquel Marina Barreto. **Entre lo rural y lo del campo:** discusiones y viabilidad de una escuela pública municipal en Moreira Sales/PR. Tesis (Maestría) - Programa de Posgrado Interdisciplinario Sociedad y Desarrollo, Universidad Estadual de Paraná, Campus de Campo Mourão, Campo Mourão, 2023.

RESUMEN

Las escuelas localizadas en la zona rural poseen características establecidas a partir de la cultura e historicidad de la región vinculada, así como de las implicaciones y propuestas volcadas para la efectivación de esa enseñanza que permea entre el “rural” o “del campo”. En la presente investigación proponemos discusiones referentes a la viabilidad de una escuela pública municipal en Moreira Sales/PR, a partir de un análisis relacionado a los conceptos y políticas vinculadas a la Educación Rural y Educación del Campo. Puesto que, mientras la “rural” está en consonancia con la educación urbana, la “del campo” se preocupa con la realidad y la lucha del pueblo campesino. Con esa teorización, es posible considerar las especificidades del objeto de estudio y, así, analizar el concepto y las estrategias de enseñanza en escuelas en el campo, así como las propuestas políticas gubernamentales envueltas a ese ámbito. El análisis fue pautado en la investigación histórica del concepto de escuelas localizadas en la zona rural, en la cual discutimos sobre las posibles diferenciaciones terminológicas entre “rural” y “del campo”, tal como los cambios sociales e históricos que están retratados en la institución. Como metodología, utilizamos la investigación bibliográfica, a partir de estudios envueltos a la Educación del Campo y discusiones de las Políticas Públicas por medio de programas que están relacionados a esa modalidad de enseñanza. Como práctica, utilizamos la investigación de campo, por medio de entrevistas semiestructuradas con profesores/empleados, gestores y familiares/responsables de alumnos(as), para comprender la enseñanza en la educación en el campo, observando sus implicaciones como instancia local de vivencia. Comprendemos el proceso de cese de 36 escuelas localizadas en la zona rural del municipio, destacando los puntos que llevaron a ese fenómeno y permanencia de la última escuela rural de Moreira Sales/PR. Esperamos que, a partir del estudio investigativo teórico, sea posible enumerar la relevancia de la educación en la zona rural, sea “rural” o “del campo”, como local de sociabilidad y/o de promoción de resistencia en el campo. Además, nuestro objetivo, con el análisis histórico y práctico, fue promover la valorización de la educación en la zona rural, en especial de la institución estudiada, además de problematizar, dialogar y discutir la viabilidad de la misma, a partir de implicaciones gestoras y gubernamentales. Por lo tanto, entendemos la realidad de la comunidad estudiada y el papel que la institución tiene para los que la permean. Resaltamos que una escuela localizada en la zona rural es relevante para su regionalidad, sea con perspectiva “rural” o “del campo”, aunque la conciencia de clase, lucha y permanencia en el campo solo sea trabajada en escuelas que adhieran a una Educación del Campo.

Palabras clave: Educación Rural, Educación del Campo, Políticas Públicas, Enseñanza, Comunidad local.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mais de 100 mil escolas foram fechadas nos últimos 20 anos	56
Figura 02 - Fechamento de vagas e escolas em zonas rurais preocupam famílias	56
Figura 03 - 80 mil escolas no campo brasileiras foram fechadas em 21 anos	56
Figura 04 - Estrutura física da escola (2020)	63
Figura 05 - Estrutura física da escola (2020)	63
Figura 06 - Estrutura física da escola (2020)	63
Figura 07 - Construção do novo prédio da escola (2020)	64
Figura 08 - Construção do novo prédio da escola (2020)	64
Figura 09 - Novo prédio da escola (2020)	64
Figura 10 - Novo prédio da escola (2020)	64
Gráfico 01 - Número de alunos por ano	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Escolas em bairros rurais em Moreira Sales/PR	53
Quadro 02 - Distribuição do espaço físico da escola	65
Quadro 03 - Perfil dos professores/funcionários e gestores entrevistados	73
Quadro 04 - Perfil dos responsáveis/familiares entrevistados	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - População residente estimada de Moreira Sales	60
Tabela 02 - A evolução da população do município de Moreira Sales	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CF	Constituição da República Federativa do Brasil
CGI.br	Comitê Gestor da Internet no Brasil
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EDUCERE	Congresso Nacional de Educação
ENERA	Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária
FEAB	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NRE	Núcleo Regional de Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEA	Programa Escola Ativa
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PNAT	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
PPC	Proposta Pedagógica Curricular
PPGSeD	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento
PPP	Projeto Político Pedagógico
PR	Paraná
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PUC-PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEF	Secretaria de Estado da Fazenda
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação

UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 EDUCAÇÃO RURAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA BREVE ANÁLISE CONCEITUAL	22
2.1 Políticas públicas e conceituação da Educação Rural e Educação do Campo	23
2.1.1 Educação Rural: a educação no campo pensada a partir do urbano	26
2.1.2 Educação do Campo: uma educação a partir da luta do povo no campo	31
2.2 Ensino multisseriado: o ensino-aprendizagem na zona rural	41
3 ESCOLA NO MEIO RURAL COMO PRECURSORA EDUCACIONAL: A HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO DE MOREIRA SALES/PR	47
3.1 Moreira Sales/PR: “Cidade menina”	48
3.2 Uma educação com raízes no campo: histórico sobre a educação no Município de Moreira Sales/PR e reflexões sobre a realidade nacional	52
3.3 Escola Agostinho Portello: a última escola rural municipal de Moreira Sales/PR ...	62
4 DIÁLOGOS E REFLEXÕES: O CASO DA ÚLTIMA ESCOLA RURAL MUNICIPAL DE MOREIRA SALES/PR	69
4.1 Procedimentos metodológicos	70
4.2 Análise de resultados	73
4.2.1 Processo pedagógico	75
4.2.2 Gestão e políticas públicas	82
4.2.3 Pertencimento e impacto cultural	87
4.2.4 Cessação das escolas rurais e resistência da última escola no campo de Moreira Sales/PR	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICES	112

1 INTRODUÇÃO

Antes de refletir sobre questões referentes à pesquisa, faz-se necessária uma breve apresentação desta pesquisadora, para que seja possível perceber as questões que levaram à escolha da abordagem e do tema aqui discorrido. Meu amor pela educação na zona rural se iniciou com minha mãe, professora de escola multisseriada que sempre me incentivou a percorrer esse mesmo caminho. Nessa mesma instituição rural na qual minha mãe lecionava, estudei, trabalhei como estagiária, fui professora e pesquisadora, utilizando da instituição como objeto de estudo do mestrado.

Em 2016, após o término do Ensino Médio, fui aprovada pelo vestibular na Universidade Estadual do Paraná - *Campus* de Campo Mourão no curso de Pedagogia. A paixão pela sala de aula surgiu nos primeiros estágios. No primeiro ano do curso fui auxiliar de sala de aula na escola na qual estudei e minha mãe lecionava, trabalhei por dois anos. Depois, comecei com o projeto conhecido como “Mais Alfabetização” em outras duas escolas do município e trabalhava com aulas particulares para crianças com dificuldade na aprendizagem.

Na universidade, iniciei, em 2018, um projeto de pesquisa com o título “Políticas Públicas e Educação Infantil no Brasil: Estado Nacional em análise”, com objetivo de analisar o nível de intervenção do Estado Nacional nas políticas públicas, a fim de compreender as proposições para a política de Educação Infantil no Brasil a partir da Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988. Além de apresentar no evento da Iniciação Científica ocorrido no *Campus* de Campo Mourão, tive o orgulho de apresentar no Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), *Campus* Curitiba.

No segundo semestre de 2019, iniciei outro projeto de pesquisa intitulado “Infância, crianças e animação no desenho ‘Irmão do Jorel’”, com objetivo de analisar a primeira temporada do desenho Irmão do Jorel, para compreender quais concepções de infância estão presentes no desenho, destacando o poder da mídia no ensino e aprendizagem de crianças. Tais projetos foram de relevância para minha iniciação no meio da pesquisa e refletiu diretamente em meu interesse de seguir na carreira acadêmica.

No fim de 2019, último ano do curso, ocorreu em meu município um concurso público para professores, no qual fui aprovada, assumindo a sala de aula que minha mãe deixou quando aposentou. No momento, atuo como coordenadora pedagógica na Secretaria Municipal de

Educação de Moreira Sales/PR, na qual respondo pelas escolas municipais do Ensino Fundamental I.

Nos quatro anos que estudei na Unespar, pude perceber quão séria é a instituição, como o ensino público pode e deve ser de qualidade. Foi nessa universidade que me formei professora, pesquisadora e cidadã crítica e é a universidade que irei me tornar mestra, a partir da produção de pesquisa de qualidade junto ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD).

Perante o exposto, é notória minha íntima ligação com o tema e meu anseio em desenvolver a pesquisa de forma que promova visibilidades, reconhecimento e melhorias no funcionamento da escola estudada. Tais questões possibilitam a justificativa do desejo em pesquisar, efetivando as questões que serão discutidas posteriormente.

De imediato, buscar-se-á caracterizar a Educação Rural e Educação do Campo, no qual a primeira valoriza questões estabelecidas na zona urbana e a segunda estaria destinada ao cunho de pertencimento e luta do povo camponês. Destacamos que ambos os conceitos educacionais possuem suas relevâncias e podem proporcionar um bom ensino-aprendizagem, caso esteja de acordo com a perspectiva da comunidade escolar. Por isso, a validade de perceber a importância dessa instituição para a comunidade local e identificar/analisar qual educação de fato é destinada para os alunos e se a escola pesquisada desenvolve um trabalho educativo emancipatório ou bancário.

Nesta conjuntura, o município de Moreira Sales/PR pode ser investigado como exemplo de transformações e transições, com alterações em sua realidade escolar e a manutenção, atualmente, de apenas uma escola pública rural municipal. Entender o panorama histórico-cultural, assim como as implicações de novos projetos e processos educacionais no município revelam-se pertinentes na análise da relevância da instituição escolar no meio rural, em suas variadas facetas.

Diante disso, a pesquisa se justifica pela autenticidade e significado de uma abordagem sobre a educação escolar em âmbito rural, sob a ótica das políticas públicas educacionais desenvolvidas pelo Poder Público Municipal e igualmente sob o ponto de vista dos atores locais envolvidos, a fim de reforçar o papel da educação na formação humana de cada indivíduo e sua fundamentalidade no desenvolvimento social, econômico, político e cultural, especialmente em uma comunidade local envolta pela realidade rural. Tais pontos de vista e perspectivas serão abordados no decorrer desta introdução, com o objetivo de explanar as discussões que proporcionarão sustentação à dissertação, a partir de sua estrutura.

Esta pesquisa é composta por cinco seções, sendo: 1. Introdução; 2. Educação rural e educação do campo: uma breve análise conceitual; 3. Escola no meio rural como precursora educacional: a historicidade da educação de Moreira Sales/PR; 4. Diálogos e reflexões: o caso da última escola rural municipal de Moreira Sales/PR e 5. Considerações finais. Além disso, haverá apêndices e referências bibliográficas. Cada seção será permeada por um objetivo que será alcançado a partir das suas subseções, possibilitando que a pesquisa seja significativa.

O ensino escolar possui características estabelecidas a partir da cultura e da historicidade da região envolvida, visto que a instituição acompanha os movimentos e transformações da sociedade, assim como no campo. Ao considerar essas especificidades, a pesquisa analisa o conceito e as estratégias de ensino em escolas em zonas rurais, bem como as propostas políticas governamentais nos níveis municipal, estadual e nacional envoltos a esse ensino, com o objetivo de compreender o processo sociocultural na última escola pública rural municipal de Moreira Sales/PR. Além do diagnóstico social do objeto em questão, problematizamos as políticas públicas voltadas para o ensino em âmbito rural; elucidamos sua função social para a comunidade local, compreendendo se a educação é rural ou do campo; e avaliamos a importância que a instituição possui para o bairro em que está localizada.

Com esse intuito, alguns questionamentos foram respondidos no decorrer da pesquisa: Escola Rural e Escola do Campo podem ser utilizados como sinônimos? Quais as distinções e impactos que cada educação fomenta? Para além dos conceitos e estratégias de ensino em escolas no campo, qual o alcance de propostas políticas governamentais para referido âmbito? Qual a função social de uma escola na zona rural para a comunidade local? A escola em estudo desenvolve uma educação rural ou educação do campo? Por que atualmente no município só existe a escola investigada? Existiram outras escolas rurais no município?

Para discussão dos conceitos e busca por respostas das questões, a pesquisa foi de cunho interdisciplinar, discutindo a educação a partir do olhar pedagógico, histórico, geográfico e psicológico, refletindo e analisando a escola e a educação a partir de conceitos críticos e dialéticos, possibilitando compreender que a educação é um direito.

A análise do objeto de pesquisa foi pautada na investigação histórica do conceito de escola rural, com caráter exploratório, refletindo sobre as possíveis diferenciações terminológicas entre “rural” e “do campo” e as mudanças sociais e históricas que refletem diretamente na instituição, investigando também os impactos de políticas públicas e a consideração do espaço escolar como relevante esfera de sociabilidade. Cabe destacar que, como forma de terminologia, quando utilizamos o conceito “no campo” nos referimos ao contexto de localidade como a amplitude no qual pode se estabelecer a partir de dinâmicas

sociais. Quando utilizamos a expressão “zona rural”, está restritamente relacionada à localização geográfica.

Para além disso, reputamos o “do campo” como uma perspectiva educação que perpassa os parâmetros educacionais e dialoga com questões políticas e consciência de classe. É notório que o aluno das escolas localizadas na zona rural no presente não possui a mesma ideologia e perspectiva de vida daqueles que ali estudavam anos atrás, como será verificado na seção IV. As escolas devem acompanhar o movimento social e suas concepções de ensino devem considerar as necessidades contemporâneas. Todavia, a presente pesquisa reconhece a necessidade de reforçar e valorizar uma educação que considera as especificidades do indivíduo no campo, considerar as transformações sociais, sem esquecer da essência de uma educação voltada para, por e pelo campo.

É sabido, também, que não são todas as comunidades locais e escolares envoltas às escolas localizadas na zona rural que reconhecem a relevância “do campo”. Há aquelas que preferem acompanhar o pensamento hegemônico e deliberações urbanas, sendo que tais perspectivas podem se estabelecer devido à falta de informação ou até mesmo desejo e características dessa população que acompanham o avanço das tecnologias e ensino tecnicista. Ademais, não desconsideramos a efetivação de uma educação significativa nessas intuições, pois nessa concepção a aprendizagem também acontece. Porém, destacamos que a escola no campo possui um potencial que pode ir além, no momento em que considera todas as especificidades do indivíduo que ali reside e propõe, por meio da educação, uma consciência de classe e permanência no campo.

Como metodologia, a pesquisa de campo compreende a prática de ensino na educação no campo e observa suas implicações como instância pedagógica e de permanência. Tudo isso a partir de entrevistas semiestruturadas com 12 participantes divididos entre os segmentos professores/funcionários, responsáveis/familiares dos alunos e gestores. Logo, foi possível analisar a história e prática educativa no objeto de estudo, além de problematizar, dialogar e discutir sobre as políticas públicas voltadas para essa realidade.

A segunda seção, denominada “Educação Rural e Educação do Campo: uma breve análise conceitual”, reflete a teorização dos conceitos da Educação do Campo e Educação Rural a partir de um olhar interdisciplinar. Seu principal objetivo foi mapear brevemente as políticas públicas voltadas para a educação no campo, problematizar a distinção entre os termos rural e do campo e as implicações de cada modo educacional. Porém, não pretendemos antagonizar os termos, e sim ressaltar o sentido de pressupostos diferenciados de acordo com a realidade da instituição.

A seção está dividida em subseções, ambas com o mesmo sentido de teorização dos conceitos apresentados no título. Na parte introdutória, distinguimos os conceitos das duas concepções de educação, a partir das suas historicidades e características estabelecidas conforme discussões bibliográficas de autores que analisam tais temáticas.

Na subseção 2.1, “Políticas públicas e conceitos de Educação Rural e do Campo”, foram retratadas as políticas públicas destinadas à educação, acompanhando a historicidade das mesmas e o movimento social que elas constituem, com ênfase na educação no campo. Para isso, dividimos em duas subseções, a 2.1.1, “Educação Rural: a educação no campo pensada a partir do urbano”, que se preocupou em teorizar e refletir sobre as implicações mercadológicas e pedagógicas envolvidas à Educação Rural; e 2.1.2, “Educação do Campo: uma educação a partir da luta do povo no campo”, na qual descrevemos o conceito educacional do campo a partir da luta de classe do povo camponês e as políticas públicas que regem essa educação.

Vale destacar que, na presente pesquisa, consideramos Políticas Públicas como ações governamentais que garantem os direitos constitucionais dos indivíduos em todas as áreas de vivência. Essas ações, mesmo que necessárias, podem possuir ideologias que reforçam o pensamento hegemônico e efetivam perspectivas dos governantes. Ou seja, as Políticas Públicas são imprescindíveis para que a população possua qualidade de vida e tenha seus direitos alcançados; porém, mediante tais políticas, também é possível reforçar o poder dos dominantes sobre os dominados e garantir que essa logística se perpetue.

A última subseção 2.2, “Ensino multisseriado: o ensino-aprendizagem na zona rural”, destacou uma das principais características da educação na zona rural: o ensino multisseriado. Nesse tópico, foi apresentada a forma de ensino e planejamento o sobre essa perspectiva, além de abordar seus benefícios e desafios, sempre com um olhar crítico referente às implicações estatais sobre as políticas voltadas para a multisseriação.

Por sua vez, a terceira seção, “Escola no campo como precursora educacional: a historicidade da educação de Moreira Sales/PR”, tem como objetivo apresentar o recorte espacial da pesquisa e compreender a importância da educação para a comunidade e cidade estudada, como esfera de transformação social. Além disso, propomos uma análise sobre a cessação de instituições localizada na zona rural, com foco na permanência da escola Agostinho Portello. Nesse intuito, foi dividida em três subseções, como será demonstrado a seguir.

A subseção 3.1, “Moreira Sales/PR: ‘Cidade menina’”, foi desenvolvida a partir da história do município de Moreira Sales/PR, onde está localizado a escola que foi o objeto central de pesquisa. Ademais, foi possível reconhecer o início da formação do município e da cidade, bem como o momento histórico no qual se estabeleceu e se desenvolveu até os dias atuais.

Na subseção 3.2, “Uma educação com raízes na zona rural: histórico sobre a educação no Município de Moreira Sales/PR”, demonstramos a historicidade da educação do município de Moreira Sales, que se iniciou com uma escola na zona rural, em uma fazenda para atender os filhos dos chamados “pioneiros”, expandindo-se posteriormente para 37 (trinta e sete) escolas rurais, e atualmente se reduz à uma última escola municipal rural, que foi o objeto de estudo desta pesquisa.

Na subseção 3.3, “Escola Agostinho Portello: a última escola rural municipal de Moreira Sales/PR”, demonstramos a historicidade do nosso objeto de estudo, tal como suas transformações estruturais. Além disso, destacamos a relevância de uma escola localizada na zona rural ainda estar em vigência.

A quarta seção, “Diálogos e reflexões: o caso da última escola rural municipal de Moreira Sales/PR”, propõe uma análise dialógica, a partir do estudo de caso e entrevistas semiestruturadas, perante as teorias discutidas nas seções anteriores e a realidade do objeto de estudo. Com esse fim, foi subdividida em: 4.1 “Procedimentos metodológicos”, tópico que descreve as práticas metodológicas, com o estudo de caso e questões semiestruturadas, destacando a flexibilidade e análise profunda que esse meio propicia; 4.2 “Análise de resultados”, no qual destacamos como ocorreu a análise dos resultados a partir dos segmentos professores/funcionários, responsáveis/familiares dos alunos e gestores, direcionadas por eixos descritos a seguir.

No eixo 4.2.1, “Processo Pedagógico”, propomos um diálogo entre os segmentos entrevistados para refletirmos todo o processo pedagógico envolto à instituição. Para que assim possamos reconhecer se a instituição está destinada às perspectivas de Educação Rural ou do Campo e quais as relevâncias que isso perpassa para a comunidade.

O segundo eixo, 4.2.2 “Gestão e políticas públicas”, tratamos da instituição pela ótica governamental no âmbito municipal, focamos em falas dos gestores relacionando-as à realidade encontrada na escola. Discutimos também as políticas públicas ofertadas e especializadas para educação no campo e qual a perspectiva da gestão sobre o processo educacional, percebendo qual modelo de educação garantem.

No terceiro eixo, 4.2.3 “Pertencimento e impacto cultural”, observamos e refletimos a real vivência da comunidade local e escolar perante a escola estudada. Demonstramos a importância dessa instituição para a comunidade, a partir de fala dos próprios, além dos professores e gestores. À vista disso, sublinhamos o papel da última escola rural municipal para todos que permeiam sua localidade.

Por fim, o quarto eixo, 4.2.4 “Cessação das escolas rurais e resistência da última escola no campo de Moreira Sales/PR”, dialogamos com segmentos que presenciaram a cessação das instituições rurais e, assim, pudemos analisar esse processo. Para que assim fosse possível discutirmos os motivos, bem como vantagens e desvantagens desse processo para alunos, funcionários e comunidade local.

Vista disso, o estudo se preocupou em discutir conceitos relacionados à Educação Rural e Educação do Campo, políticas públicas que regem essa demanda educacional e até mesmo a própria forma pedagógica, o multisseriado. Outrora, possibilitou o recorte espacial refletindo a historicidade de Moreira Sales/PR e o bairro Vila Gianelo, no qual se localiza o objeto de estudo, também descrito, para que assim possamos traçar uma linha locacional. Para além disso, após examinar a teoria, relacionamos com a prática a partir de estudo de caso e de entrevistas semiestruturadas divididas por eixos, perguntadas a segmentos distintos.

Esperamos que a pesquisa propague reflexões acerca da realidade escolar nas localidades rurais, estimule o reconhecimento e valorização dessas instituições, além de oferecer uma breve formação sobre seus conceitos pedagógicos, culturais e políticos, seja em Escolas Rurais ou Escolas do Campo. Para o âmbito governamental, aqui especialmente na realidade municipal, que estimule a formulação de políticas públicas que garantam e efetivem esse ensino, além de fomentar a permanência de funcionamento. Para isso, oferecemos uma devolutiva dos resultados alcançados para a escola e o município estudado e assim seja possível que a pesquisa corrobore tanto na perspectiva documental como na prática da instituição e das questões que a permeiam.

2 EDUCAÇÃO RURAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA BREVE ANÁLISE CONCEITUAL

A Educação Rural e a Educação do Campo muitas vezes são caracterizadas como sinônimos por pessoas do meio social e da comunidade escolar, dado que a distinção é algo muito discutido, propositando uma lacuna nesse meio educacional. Todavia, é preciso compreender que, mesmo destinadas para o público no campo, as educações possuem finalidades e relevâncias extremamente diferentes.

A Educação do Campo considera as especificidades do indivíduo que vive no campo, conceito que se assemelha à educação libertadora, problematizadora na perspectiva freiriana, na qual a instituição e o professor devem se preocupar com a permanência desses indivíduos na escola e no campo, utilizando métodos que consideram todos seus saberes e suas necessidades de aprendizagem como moradores do campo.

Por outro lado, a Educação Rural, com pressupostos urbanos, também possui sua validade, uma vez que o ensino segue a educação destinadas pelas leis educacionais voltadas para a cidade, ou seja, não há distinção entre o aluno urbano ou rural, somente pela localidade da instituição. E, somente o fato de a instituição ser localizada no campo já é válida, de fato promove valorização da comunidade, facilita a locomoção do estudante e proporciona que encontre uma boa educação no local em que reside.

Outrossim, ao se pensar em Políticas Públicas, não é possível separá-las das relações de poder estabelecidas no meio social, pois não são neutras e podem possuir expressão significativa dos interesses hegemônicos. Embora todas as Políticas Públicas sejam essenciais para o meio social, seria por meio dessas que o poder da classe dominante se estabelece sobre grupos e setores considerados periféricos e/ou marginalizados, assim como acontece no âmbito escolar. As concepções e políticas da Educação Rural e Educação do Campo são diferentes e possuem a licitude de acordo com a necessidade da comunidade na qual está localizada.

Embora existam essas diferenças conceituais, ambas possuem uma característica semelhante, a multisseriação, uma organização que envolve questões quantitativas populacionais. O êxodo rural promove a diminuição populacional na zona rural e, por consequência, diminui, ou até extingue, a demanda de aluno nas escolas, ali localizadas, dando viabilidade às escolas multisseriadas. Modalidade que será também descrita nessa seção.

Por fim, o objetivo desta seção não é destinar qual das propostas educacionais possui uma maior legitimidade, nem as classificar como antagônicas, mas sim demonstrar as distinções

das mesmas, traçando as políticas públicas e teorias que as estabelecem e definem. Além disso, destacar que, embora a Educação do Campo possua características que consideram a vivência do indivíduo no campo, a Educação Rural também pode ser significativa para a comunidade local e escolar. Ou seja, na prática, ambas possuem validade, seja por questões que corroboram com a luta da classe do povo no campo ou simplesmente por localidade e a facilidade que isso propicia.

Para melhor exposição e compreensão, realizamos a divisão textual seguinte em subseções, primeiro descrevendo as políticas públicas de ambos os conceitos e depois destacando a multisseriação. Vejamos, então, os elementos de discussão das concepções mencionadas.

2.1 Políticas públicas e conceituação da Educação Rural e Educação do Campo

De acordo com Souza (2006), as definições sobre o que é Política Pública variam entre os pesquisadores, já que não há como defini-la de forma simples sem considerar suas múltiplas relações de poder entre o Estado e os meios de produção, envolvendo distintos grupos e setores sociais:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, 2006, p. 24).

A multidimensionalidade das Políticas Públicas as torna uma noção definida a partir de diversos conceitos. Todavia, o ponto em comum seria o de que essa prática governamental possui o intuito de solucionar problemas sociais em busca da igualdade entre os povos, ao oferecer o mínimo para a subsistência, com um viés a favor da igualdade social. Embora seja uma fonte de subsídio para a vida dos menos favorecidos, a formulação e execução de Políticas Públicas pode igualmente ser interpretada para além do aspecto da diminuição de desigualdades, levando em consideração estabelecimentos e interesses garantidos pelo próprio Estado a partir de leis e conceitos hegemônicos determinados por relações de poder.

Para Souza (2006, p. 25), “[...] as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade”. Ou seja, a sociedade seria estabelecida por meio de relações e essas, por sua vez, estariam munidas de poder. Assim como o Estado não é neutro, as Políticas Públicas também não são, uma vez que carregam as marcas do governo, suas necessidades e ideologias.

Dessarte, embora as Políticas Públicas possam ser direcionadas principal e diretamente para a classe trabalhadora, sua elaboração e execução estariam em vários momentos relacionadas aos pensamentos neoliberais¹, ao garantir que o poder da classe dominante se sobreponha à classe dominada e que outros interesses políticos, sociais e ideológicos estejam à frente das implementações e efetivação das políticas. Por conseguinte:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Portanto, as Políticas Públicas são o instrumento pelo qual o governo põe em prática ações que possivelmente servirão para sanar problemas sociais, mas que também podem possuir um cunho ideológico que perpassa as relações de poder. Cada instância governamental estabelece quais são as prioridades do momento, embora sutilmente, e a partir dessas propostas, interesses hegemônicos podem ser garantidos e, ao mesmo tempo, ofertar-se somente o mínimo para a subsistência de outros grupos sociais.

Como destaca Poulantzas (1985, p. 148), “[...] o Estado não é pura e simplesmente uma relação, ou a condensação de uma relação; é a condensação *material e específica* de uma relação de força entre classes e frações de classes”. Isto é, para viver em sociedade é necessário estabelecer relações e essas, por sua vez, são munidas de poder, assim como acontece entre as relações entre Estado, capitalismo e classe trabalhadora. Aquele detém os meios de produção

¹ Termo que ganhou difusão a partir da década de 1940, utilizado para adesão da doutrina do liberalismo, com defesa do capitalismo de livre mercado, traduzindo uma perspectiva de que o Estado deve instaurar a livre concorrência e a iniciativa e liberdade individual. Todavia, a partir da perspectiva aqui adotada, seria possível refletir que o neoliberalismo pode possuir características que fujam dessa perspectiva tradicional do termo, pois o mesmo não seria compatível com a democracia e igualitarismo, porém o Estado estaria ligado diretamente a políticas que envolvem a sociedade, assim como na educação, podendo utilizar dessas ferramentas para favorecer e estabelecer suas ideologias.

e, conseqüentemente, como classe dominante, são detentores da força que estabelecem e ditam a forma pelo qual a política se expressa. Enquanto os trabalhadores, objeto direto das Políticas Públicas governamentais, poderiam ser moldados a partir das necessidades do capital.

Todavia, é necessário refletir que as Políticas Públicas não são um problema para as desigualdades sociais. Ao contrário, apesar de poder possuir uma perspectiva neoliberal, são a partir delas que os trabalhadores podem obter o mínimo para a subsistência. O que se pode repensar é sobre a forma pelo qual o Estado utiliza, minuciosamente, desse recurso em favor da classe dominante, expressando o poder e ditando o movimento social e, a partir disso, promover debates em prol da reformulação das mesmas.

As Políticas Públicas no controle do Estado podem se tornar mercadorias, e a educação é um grande exemplo dessa disseminação mercadológica, visto que dentro das instituições escolares pode ser reproduzido o pensamento capitalista, como um mercado educacional que produz servidores para os meios de produção. O desafio da educação seria, então, formar a mão de obra de qualidade para suprir as necessidades do mercado de trabalho, ou seja, o cidadão competente seria aquele capaz de se adequar às exigências capitalistas, com eficiência, em busca do lucro (MORGAN et al., 2019).

Em face disso, seria importante considerar os impactos de políticas públicas educacionais. Com a Educação, é possível moldar o indivíduo de acordo com as necessidades e exigências do capital, por isso, as Políticas Públicas destinadas a esse setor podem possuir um cunho mercadológico, implícito ou explícito. Desse modo, a partir de Políticas Públicas, o Estado procura estabelecer no âmbito escolar a reprodução dos conceitos neoliberais por meio da instalação da pedagogia da concorrência e dos bons resultados em busca da eficiência pedagógica. Com esses meios, seria possível a construção de condições que materializem e subsidiem relações de poder e desenvolvimento.

Segundo Saviani (1986), educação e política são ações distintas, porém possuem uma íntima relação:

[...] a educação depende da política no que diz respeito a determinadas condições objetivas como a definição de prioridades orçamentárias que se reflete na constituição-consolidação-expansão da infraestrutura dos serviços educacionais etc.; e a política depende da educação no que diz respeito a certas condições subjetivas como a aquisição de determinados elementos básicos que possibilitem o acesso à informação, a difusão das propostas políticas, a formação de quadros para os partidos e organizações políticas de diferentes tipos, etc. (SAVIANI, 1986, p. 89).

Embora possuam essa distinção, na prática, a educação se torna uma política pública e, para além disso, pode se tornar uma ferramenta ideológica que garante a efetivação de outras políticas que podem favorecer grupos dominantes. Na reflexão sobre a íntima ligação entre a educação e as políticas públicas podemos perceber o valor que o processo educativo pode possuir no meio social e como muitos movimentos podem ser gerados dentro dos espaços escolares.

Desta forma, a partir da educação seria possível alienar um indivíduo, mas não se deve desconsiderar que, se desenvolvida de forma correta, o processo educativo pode promover libertação do sujeito. Seria a partir do processo educativo que o indivíduo se encontraria como ser social que atua diretamente na sociedade, seja expressando as ideologias dominantes ou com consciência de classe reivindicando seus direitos. Portanto, o papel da instituição escolar, que se estende aos docentes e comunidade envolvida, estaria além de alfabetizar e ensinar conteúdos; seria dentro da sala de aula que o indivíduo poderia sair das amarras da ignorância e se estabelecer como ser social que luta pelos seus direitos e pelas demandas coletivas.

Na subseção a seguir, abordamos essa importância educacional na perspectiva da Educação Rural, com conceitos que se assemelham à educação urbana, mas que consideram apenas noções de localidade. Como demonstrado na sequência.

2.1.1 Educação Rural: a educação no campo pensada a partir do urbano

A Educação Rural se estabelece em um marco territorial e sociocultural que se aplica ao campo e aos indivíduos que ali residem. Nesse sentido, esse ensino estaria voltado para pessoas que vivem na zona rural e trabalham com a agricultura e/ou pecuária, seja de forma autônoma ou assalariada (SANTOS; MIRANDA, 2017, p. 135). A Educação Rural seria planejada nas cidades e ofertada no Campo para que sejam alcançadas necessidades específicas, como aquelas vinculadas ao capitalismo, por exemplo. Nas palavras de Nascimento e Bicalho (2019, p. 65):

Fica notório que a educação rural no Brasil serviu, predominantemente, para produzir mão de obra a ser empregada nas grandes propriedades rurais, objetivando manter os filhos dos agricultores conformados e alienados às condições de subordinação social e econômica ditadas por aqueles que, historicamente, dominaram os sistemas de produção agrícola neste país.

Em escolas de Educação Rural, o aluno reproduz as necessidades e ditames do capital, destinados à zona urbana. Embora o surgimento de escolas no campo tenha corroborado para a alfabetização do trabalhador no campo, seu intuito não seria de emancipação de aprendizado,

mas de padronização do ensino. Ou seja, “a educação rural foi criada com base nos interesses do capital, é fruto dos interesses deste, ou seja, pela busca do desenvolvimento do capitalismo no campo [...]” (SANTOS; MIRANDA, 2017, p. 136).

Destacam Rangel e Carmo (2011, p. 207) que, nos aspectos pedagógicos, a Educação Rural não consideraria as divergências entre os alunos, nem as especificidades socioculturais no campo, mas acompanharia as necessidades urbanas e descontextualizaria e desvincularia a realidade do trabalhador no campo do próprio processo educativo desses indivíduos. Diante disso, sob esse ponto de vista, seria possível ressaltar a necessidade de readequar esse ensino em prol da emancipação.

Na educação dos povos no campo, podem ser refletidas as mesmas perspectivas neoliberais, nas Políticas Públicas voltadas para a Educação Rural e Educação do Campo seria possível demonstrar distinções de poder dos dominantes sobre os dominados. Visto que, historicamente, o povo campestre é tido como marginalizado e discriminado, possuindo pouca – e por vezes nenhuma – participação ativa sobre as relações de poderes estabelecidas entre Estado, meios de produção e classe trabalhadora. Nesse viés:

A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária conhecida popularmente na expressão: gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade (LEITE, 2002, p. 14).

Em variadas conjunturas, a cultura rural acaba sendo discriminada como de menor valor, dado que não fortaleceria os meios de produção, bem como não expandiria a ideologia neoliberal, ou até mesmo não seria do interesse do capital considerar os conhecimentos prévios de crianças criadas na zona rural. Nessa perspectiva, o ser que trabalha com as mãos na terra não necessitaria de estudos, menos ainda de estudos que não considerem suas múltiplas especificidades relacionadas às suas vivências sociais. Para os dominantes, seria necessário formar trabalhadores e não reivindicadores de direitos.

Antes de aprofundar questões referentes à inserção educacional e escolar, faz-se necessário elucidar a respeito da noção de rural e seus entendimentos válidos para a presente pesquisa. Tais definições são variadas de acordo com a concepção regional, havendo distintas formas de se teorizar, porém o conceito aqui adotado vai além das características territoriais, pois considera questões de representação social, modos de vida e produções culturais. Além disso, acreditamos na íntima ligação do Campo com o urbano, sendo ambos necessários para a

manutenção e existência um do outro por meio de relações necessárias para garantir a subsistência social (GOMES, 2013).

Ao refletirmos sobre esse meio, não pensamos em meras noções quantitativas como a populacional, localidade ou formas de trabalho que envolvam estritamente o cultivo da terra, embora o trabalho com produção agrícola e pecuarista seja predominante, fator principal, mas também de ocupações não-agropecuárias, como indústrias e comércio variado. Retratamos o rural a partir da dimensão política, econômica e produtora de lutas, saberes científicos, culturais e processos socioeconômicos. O Campo não é apenas o contrário do urbano, ou a segunda dimensão do município, mas sim um lugar de transformação, produção de conhecimento, engajamento econômico e extremamente necessário para a sociedade (PONTE, 2004). Em vista disso, o indivíduo chega à instituição escolar munido de saberes que devem ser considerados no processo educacional. Noções culturais, sociais e políticas refletem diretamente na visão de mundo, e, em suma, essas perspectivas não são consideradas na Educação Rural, já que possui uma ótica de padronização de ensino entre o urbano e o rural.

Segundo Simões e Torres (2011), a Educação Rural surgiu em 1889, com a Proclamação da República, porém se eximiu em 1906. Todavia, essa concepção de Educação Rural que conhecemos foi conceituada em 1917, no momento em que o êxodo rural passou a ser um problema e houve a necessidade de se formular um ensino mercadológico e de adequação dos povos do campo às então novas dinâmicas de poder. No momento em que houve uma extrema urbanização, surgiu a necessidade de manter o pessoal do campo em seu local de origem, em busca de um equilíbrio demográfico.

A educação no Campo poderia ser interpretada e associada a partir de necessidades do capital em manter os camponeses em seu lugar de origem. Uma educação de qualidade, perto da moradia, seria algo viável para manter os trabalhadores na zona rural. Ademais, para além de diminuir o problema com o êxodo rural, com essa educação seria possível expandir os conceitos dominantes e fomentar uma educação que forme trabalhadores, agora agrários. Assim como conclui Nascimento e Bicalho (2019, p. 64), “educação rural seria ‘adequação e ajustamento’ da classe trabalhadora rural aos interesses dominantes”.

Vale ressaltar que essa ideologia se efetivaria nos acontecimentos históricos envoltos à Educação Rural, com seu surgimento nitidamente ligado ao movimento social de urbanização e à necessidade do capital em propor a permanência do povo no campo. Além disso, em alguns estudos atenta-se para um considerado fracasso da Educação Rural diante do analfabetismo existente no Campo.

Essa constatação é assinalada por autores como Scalabrin (2011, p. 134), Nascimento e Bicalho (2019, p. 65), além de Rangel e Carmo (2011, p. 210), relatando o surgimento do “Ruralismo Pedagógico” na década de 1930, voltado ao entendimento da permanência do homem do campo no Campo, contra a diminuição de mão de obra agrária e a perspectiva de alfabetização dos trabalhadores rurais. À vista disso:

O termo ruralismo pedagógico foi cunhado para definir uma proposta de educação do trabalhador rural que tinha como fundamento básico a ideia de fixação do homem no campo por meio da pedagogia. Ou seja, um grupo de intelectuais, pedagogos ou livres-pensadores defendiam que deveria haver uma pedagogia que ajudasse a fixar o homem no campo, ou que, pelo menos, dificultasse, quando não impedisse, sua saída desse habitat, considerado natural para as populações que o habitaram ao longo de muito tempo (NETO, 2016, p. 15).

Com as escolas mais acessíveis, esses indivíduos permaneceriam no Campo e não propagariam a urbanização, ou ao menos tal cenário promoveria a alfabetização dos futuros trabalhadores na indústria mercadológica urbana. Ou seja, o ruralismo pedagógico seria a forma pela qual se garantiria a permanência dos povos do campo em suas terras, para assim favorecer o capital que necessita de matérias primas produzidas para expansão de produtos, posto que, no modo de produção, seria necessário que cada trabalhador cumpra sua função. Ainda sob esse viés:

O ruralismo pedagógico pode ser caracterizado como uma tendência de pensamento articulada por alguns intelectuais que, no período em questão, formularam ideias que já vinham sendo discutidas desde a década de vinte e que, resumidamente, consistiam na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas. Estes encontram-se diluídos entre o que se pôde perceber como interesses de caráter econômico das classes e grupos de capitalistas rurais ou como interesses de grupos, principalmente políticos interessados na questão urbana. Legitimando e reforçando ambas as posturas, encontram-se os intelectuais ligados à educação, estudiosos do papel da educação rural naquele momento e das características e opções que a escola deveria assumir, a fim de compartilhar o projeto abrangente do Estado Nacional (PRADO, 1995, p. 06).

Esse processo ocorreu no conhecido Estado Novo (1937-1945)², momento pelo qual o Brasil passava por crises econômicas e políticas, com grandes prejuízos para os proprietários

² Período histórico compreendido entre o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937 e a deposição de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945. Tradicionalmente designado como um período ditatorial, foi caracterizado pela centralização no poder, autoritarismo, fortalecimento de relações com os trabalhadores através do aparelhamento de sindicatos, censura a opositores e objetivos econômicos voltados à industrialização do país.

de terras. No geral, é como aporte governamental para os que moram no campo e necessitam de escolarização, mas por trás estão contribuindo para o interesse hegemônico. No programa Ruralismo Pedagógico é possível perceber as grandes relações de poder e elos que se refletem na educação, uma vez que sua aplicação utiliza bases da educação para sanar problemas de urbanização, políticos e demográficos.

É necessário se pensar que uma educação que favorece e esteja ao alcance dos povos do campo é algo essencial, porém, essa educação deve se expressar a partir das especificidades desse povo e não para moldá-los de acordo com as necessidades e interesses de outros grupos e setores. Ao se pensar em educação, em todas as instâncias, o estudante deveria ser o propósito do educar e não o produto.

Por conseguinte, não se pensava em uma Educação para o Campo que estaria relacionada com a luta dessa classe, nesse momento se estabelecia somente a Educação Rural. Esta, por sua vez, exalaria implicações mercadológicas, mas, como plano de fundo, estaria a justiça social e educação para todos. Seu intuito seria atender as perspectivas do capital, mas, se não olhado de forma crítica, poderia ser considerado apenas como forma de sanar os problemas de analfabetismo no Campo. Essa perspectiva solidária seria descartada no momento em que a própria formulação da Educação Rural se daria no meio urbano. Vale destacar que essa educação bancária também é encontrada nas escolas da cidade. Sem considerar as necessidades e especificações socioculturais do povo do campo, a partir das perspectivas de padronização escolar, a Educação Rural prepararia o indivíduo para atender demandas da urbanização.

Quando pensamos a partir da ótica de luta de classes e valorização da cultura do povo que reside no campo, a Educação Rural não seria viável, pois não se preocuparia com essas concepções, apenas em proporcionar um ensino de acordo com a realidade urbana. Por outro lado, é preciso considerar que instituições na zona rural promovem uma grande valorização para a comunidade escolar e local, além de possibilitar um amparo social para aqueles que ali residem, e para muitos isso basta. Não se pode afirmar que todos(as) que residem na zona rural possuem o mesmo senso político, talvez por falta de estímulos críticos, mas é possível dizer que somente o fato de a instituição estar próxima de sua residência já é algo relevante para a comunidade.

Outrora, a Educação do Campo possui um teor de luta de classe, que busca garantir uma educação de acordo com as especificidades do indivíduo no campo, conceito que será melhor compreendido na próxima subseção.

2.1.2 Educação do Campo: uma educação a partir da luta do povo no campo

Na perspectiva de Educação do Campo, o conceito de espaço rural como local de vivência se estabelece de acordo com as características do lugar ao qual nos referimos. Seria, então, aquele local que está fora da zona urbana, constituído em florestas, núcleos agrícolas, pecuaristas ou pequenas vilas. Particularidades essas que se estendem ao espaço como um todo, considerando os aspectos da sua paisagem, ambiente, população e, de forma mais ampla, à localidade geográfica e historicidade. E, para além disso, “[...] o território não é algo estático e apenas pano de fundo das relações e lutas sociais, na verdade ele representa toda a movimentação da História, desde as relações de submissão até as de resistência” (CECÍLIO; PUZIOL; SILVA, 2010, p. 215).

Tendo essa definição, é possível refletir sobre os conceitos históricos e culturais que estas localidades propiciam, de modo que as definições do ambiente podem se expandir no momento em que se considera as questões socioculturais e se aplica a própria Educação do Campo. Nessa perspectiva:

O desenvolvimento territorial só será efetivo na contramão da hegemonia da sociedade se os povos do campo forem protagonistas dessa mudança. A Educação do Campo significa construir o seu próprio pensamento diante do cotidiano que representa sua vida e realidade. O campo, enquanto território de resistência e vida, fundamenta a construção da sua educação, expressão da luta dos camponeses pela construção de um projeto de campo digno e que considere as diferencialidades deste (CECÍLIO; PUZIOL; SILVA, 2010, p. 217).

Diante de todas essas discussões, é possível dizer que essa modalidade educacional vai além da concepção geográfica, relacionando-se às lutas de uma classe menos favorecida. Defende o direito constitucional de uma educação para todos, com especificidades relacionadas às necessidades dos alunos, ou seja, considera as relações com o povo, seu território e todos os preceitos estabelecidos no meio em que vivem. O conceito educacional da Educação do Campo se valida no momento em que é pensado e ofertado com, por e para o povo no campo.

Segundo Roseli Salette Caldart, em obra inserida no Dicionário da Educação do Campo (2013, p. 259): “A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas”. À vista disso, o ensino não pode ser uma mera reprodução da educação estabelecida no meio urbano, pois deve considerar as perspectivas históricas e culturais da região na qual a proposta de ensino

será ofertada. Uma vez que, possui o viés de valorização do território e da educação no campo. Por esse ângulo:

a Educação do Campo contribui para a valorização das identidades das suas populações – agricultores familiares, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, assentados, atingidos por barragens, caiçaras etc. –, ao promover a construção política-pedagógica de forma participativa, coerente e sustentável na localidade. Assim, as escolas do campo extrapolam a tradicional função de oferta da escolarização, ao ampliar a noção de educação e integração social na comunidade (BARBOSA, 2022, p. 36).

A Educação do Campo perpassa as questões educacionais e se preocupa em formar um indivíduo para o meio social onde está estabelecido. Por isso, há um sentido de luta, pertencimento e valorização do cidadão que reside e trabalha no campo, em prol da resistência e viabilidade de melhorias para essa classe. Uma escola especializada e destinada para a emancipação do sujeito, o incluindo no seu próprio ensino-aprendizagem, preparado para transformar e viver efetivamente na sociedade.

Vale destacar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nesse processo de constituição da Educação do Campo. Visto que, possuem uma visão emancipadora sobre a educação voltada para o campo. Nesse viés:

A Educação é uma das áreas prioritárias de atuação do MST, que desde a sua origem desenvolveu os processos educativos e incluiu como prioridade a luta pela universalização do direito à escola pública de qualidade social, da infância à universidade. Entendendo que o acesso e permanência é fundamental para inserir toda a base social na construção de um novo projeto do campo e pelas transformações socialistas. Nesse sentido, o MST busca construir coletivamente um conjunto de práticas educativas na direção de um projeto social emancipatório, protagonizado pelos trabalhadores e trabalhadoras. A construção de uma escola ligada à vida das pessoas, que torne o trabalho socialmente produtivo, a luta social, a organização coletiva, a cultura e a história como matrizes organizadoras do ambiente educativo escolar, com a participação da comunidade e auto-organização dos educandos e educandas, e dos educadores e educadoras (MST, 2023).

O MST, como provedor de resistências agrárias, propõe reflexões sobre a relevância da Educação do Campo como sinônimo de resistência e permanência do povo no campo. Essa perspectiva demonstra o poder do processo educacional para as questões de luta de classe e construção de identidade social, ou seja, uma educação que perpassa os muros das escolas e se relaciona com a prática social. Uma vez que, possui o intuito de elencar o estudante e suas

vivências como protagonista do ensino-aprendizagem, uma educação voltada e pensada pelo indivíduo residente nas localidades rurais.

Além disso, de acordo com Nascimento e Bicalho (2019, p. 68), os principais responsáveis por essas lutas possuem algum tipo de vínculo com o MST, da Via Campesina que consiste no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a Pastoral da Juventude Rural (PJR), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) (GUSZMÁN; MOLINA, 2005, p. 1). Tais movimentos estariam alinhados na proposição de algo mais que uma ruptura educacional, sublinhando a promoção de consciência e visibilidade ao povo como sujeitos do campo, com culturas e historicidades que merecem ser respeitadas. E, são essenciais para que seja possível alcançar realizações no meio educacional, bem como social, cultural e político no campo.

Essa perspectiva de educação inclusiva aparece, também, nas discussões de Paulo Freire (1921-1997) e sua tentativa de promoção de uma educação emancipadora para os povos do campo em meados da década de 1960. Nas palavras do próprio Freire (1979, p. 42):

A educação problematizadora está fundamentada sobre a criatividade e estimula uma ação e uma reflexão verdadeiras sobre a realidade, respondendo assim à vocação dos homens que não são seres autênticos senão quando se comprometem na procura e na transformação criadoras.

Sendo assim, é possível perceber a semelhança entre Educação do Campo e a Educação na perspectiva freiriana, visto que ambas se preocupam em promover a alfabetização a partir da realidade do estudante, formando-o para a vida social, como um indivíduo crítico e emancipado a partir de uma educação. Para que, assim, o indivíduo trabalhador no campo, passe a ser precursor da sua própria história, com consciência da sua classe e preparado para lutar por seus direitos, pela Educação do Campo e pela própria transformação dos conceitos impostos sobre o Campo.

Para a Educação do Campo, os professores, com um olhar voltado às necessidades dos alunos, podem e devem definir critérios de ensino e conteúdo, considerar as experiências vividas por eles, que não são poucas, e assim relacioná-las no ensino. Ao considerar o conhecimento prévio, o conhecimento científico pode ser mais bem compreendido. Para que isso se efetive, é necessária uma educação que propague a ideologia libertadora, como evidencia Freire (1987, p. 71):

[...] a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimento” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária”, mas um ato cognoscente. Como situação gnosiológica, em que o objetivo cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito, é o mediatizador de sujeitos cognoscentes, educador, de um lado, educandos, de outro, a educação problematizadora coloca, desde logo, a existência da superação da contradição educador-educandos. Sem esta não é possível a relação dialógica, indispensável à cognoscibilidade dos sujeitos cognoscentes, em torno do mesmo objetivo cognoscível (FREIRE, 1987, p. 71).

A partir de uma educação libertadora problematizadora, na perspectiva freiriana, a instituição e o professor devem se preocupar com a permanência desses indivíduos, proporcionar uma recepção desses estudantes. Utilizar métodos de ensino que sejam significativos, considerando todos seus saberes e suas necessidades de aprendizagem. Ainda segundo Paulo Freire (1987), tal ensino não pode se estabelecer perante uma educação “bancária”, com perspectiva tradicional: “a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica nem pode verificar-se esta superação” (FREIRE, 1987, p. 34).

Portanto, todos os processos que acontecem no meio social podem ser refletidos diretamente na educação, e isso não é diferente com a educação no âmbito rural. Esse fato pode ser evidenciado no momento em que se percebe a nítida relação entre a escola para o povo rural e as necessidades do capital de formação de mão de obra, assim como a necessidade de controle da urbanização. Todavia, é preciso lutar para conseguir os direitos e ir contra o pensamento hegemônico.

Segundo Simões e Torres (2011, p. 06), “em 1997 aconteceu o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária - ENERA, promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST com apoio da UNESCO, UNICEF, CNBB e UnB”. No geral, as discussões vinham em defesa da emancipação do povo no campo, ao propor uma nova concepção de sociedade rural, e conseqüentemente de educação, que posteriormente seria chamada de Educação do Campo.

Desse modo, surgiu uma resistência para além do educacional, de forma gradual, inserindo os elementos sociais, culturais e políticos, propiciando voz e visibilidade para o povo no campo. Segundo Caldart (2013, p. 259):

O surgimento da expressão “Educação do Campo” pode ser datado. Nasceu primeiro como Educação Básica do Campo no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho 1998. Passou a ser chamada Educação do

Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004.

A nova nomenclatura é fruto de debates provocados a partir do parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 36/2001, discutidos nas diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Diante do fato, percebemos que a Educação do Campo pode ser concebida como fruto de muita luta e resistência, com caráter emancipador, ao considerar todas as especificidades do povo e reconhecer as diversas lutas destinadas à valorização territorial e cultural. Uma vez que esse povo sempre foi marginalizado no aspecto social, político, cultural e educacional, sendo, inclusive, excluído da própria formulação do processo educativo e social que estão inseridos.

A partir dessa perspectiva, foram discutidas inúmeras possibilidades até o surgimento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), no ano de 1998, uma importante Política Pública para o povo que reside no campo, um marco de mudança social e educacional. A respeito do programa:

O principal objetivo do Pronera se constitui como mecanismo em favor da democratização da educação para os trabalhadores/as da reforma agrária, respeitando as particularidades dos sujeitos sociais e, paralelamente, contribuindo para a permanência dos agricultores no campo, tendo o desenvolvimento sustentável como principal resultado desse processo. O Manual apresenta ainda, sob os princípios da inclusão, interação, participação e multiplicação, as competências dos movimentos sociais, governos e universidades públicas (SANTOS; SILVA, 2016, p. 138).

Assim sendo, programa defende o acesso à educação para todos os povos do campo, em todos os níveis de escolarização. Segundo Santos e Silva (2016), com o PRONERA, milhares de trabalhadores puderam adentrar nas instituições escolares, desde o Ensino Fundamental até as universidades. Para além disso, se tornaria relevante pelo fato de reconhecer as múltiplas implicações culturais, políticas e sociais no Campo, ao propor uma educação que se preocuparia com as necessidades dos estudantes.

Mesmo que o PRONERA não tenha sido executado na prática tal como se explicitou no documento teórico, seria válido destacar sua importância pelo simples fato de proporcionar visibilidade para a educação do povo do campo que sempre seguiu em segundo plano nas relações educacionais, ao propor um diálogo entre as instâncias e o processo educativo no campo. Posto isso:

Uma das principais características desse programa é o enfrentamento à unificação cultural e a afirmação do direito à diversidade. Neste sentido, o Pronera estabelece como concepção de política pública, a garantia de participação dos sujeitos coletivos, capazes de universalizar novos direitos alicerçados na promoção da diversidade. Esta diversidade teve reconhecimento por meio da publicação do Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, no qual o Estado brasileiro integra o Pronera à política pública de Educação do Campo (art.11º). O Decreto 7.352 representa um marco na história da educação do campo, uma vez que conceitua as populações camponesas e define escola do campo (SANTOS; SILVA, 2016, p. 139).

Dessa maneira, o PRONERA estaria propondo uma nova perspectiva sobre o educar no campo. Ainda há lacunas e defasagem no momento em que se passa o teórico para a prática, seria o início de uma revolução de pensamentos referente ao ensinar no Campo. A partir desse programa, foi possível repensar em muitas perspectivas que favoreçam o ensino para o povo do campo, ao determinar os caminhos que levariam os trabalhadores ao ensino básico e quem sabe até à universidade.

Diante dessa luta, surgiria um novo programa denominado Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), no ano de 2007, através do Ministério de Educação com incentivo da então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Vejamos:

O Procampo reconhece e defende a necessidade de formação inicial para os educadores/as que atuam nas escolas do campo. Este programa, enquanto política pública, contribui para o debate em torno das questões educacionais que devem ser, com seriedade, amplamente discutidas pelo governo brasileiro. Como verificado na história do país, a política educacional, até então destinada ao campo, considerou tal espaço, apenas a extensão da cidade, de modo que, a instituição escolar, os currículos, as histórias, identidades e memórias de educadores/as foram constantemente desconsideradas (SANTOS; SILVA, 2016, p. 140).

Com o Procampo, ampliaram-se as discussões referentes à formação continuada de docentes que trabalham com os alunos da Escola do Campo, para desenvolver uma educação significativa que consideraria todas as singularidades do estudante, como um ser social, historicamente dotado de cultura, que implicaria diretamente em suas relações com o ensino-aprendizagem. Desse modo, seria fortalecida a licenciatura em Educação no Campo e seriam expandidas as formações continuadas sobre tal ensino.

A implementação do programa ocorreu, inicialmente, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Sergipe

(UFS) e na Universidade de Brasília (UnB), pensado e elaborado por representantes das universidades e de movimentos sociais que se preocupavam em lutar a favor da classe do povo campesino, a partir de estudos e diálogos sobre o tema (SANTOS; SILVA, 2016).

Destarte, o programa propõe formação que vai além dos saberes educacionais estabelecidos como base, se integrando às noções de espaço e cultura do povo do campo, visto que teria como proposição a formação de educadores a partir das áreas de conhecimento de forma múltipla e sem fragmentação. Nessa perspectiva, o educador do campo se tornaria um agente social, para além da sala de aula, que considera as múltiplas facetas educacionais esboçadas no Campo (SANTOS; SILVA, 2016).

O indivíduo chega à instituição escolar com aporte de saberes empíricos que deveriam sempre ser considerados pelo docente, ainda mais no Campo, onde se estabelecem relações sociais que destacam as noções culturais e sociais de um povo. A partir do Procampo, seria compreendida uma educação que iria além de ensinar a ler e escrever, que formaria cidadãos que participarão ativamente do meio social em que está inserido de forma crítica e consciente. Para isso, seria necessário que o docente estivesse preparado com formação continuada adequada. Assim:

Entendemos que o PROCAMPO, enquanto política de formação de educadores, conquistada pelos movimentos sociais camponeses, colabora com o acúmulo de forças e as experiências de recuperação e ampliação das práticas cotidianas de formação sócio-histórica e emancipadora, desse modo sendo capaz de anunciar a formação de novas gerações de sujeitos, individuais e coletivos, numa perspectiva humanista e crítica (BICALHO, 2018, p. 229).

Embora a prática não seja a mesma realidade do que se produz na teoria, o Procampo possui considerações necessárias sobre como se educar no Campo. A partir dessas discussões, seria possível refletir sobre as necessidades de educação continuada e aporte teórico para os docentes que lecionam em classes do campo e multisseriadas, há particularidades que devem ser consideradas na efetivação do ensino-aprendizagem.

Nessa linha de programa, foi criado pelo Decreto nº 7.352 e instituído por meio da Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013, lançado pela então presidente Dilma Rousseff, em março de 2012, o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo). Esse programa possui como objetivo oferecer apoio financeiro e técnico para a efetivação de políticas públicas no campo (SANTOS; SILVA, 2016). Em consonância, segundo o próprio documento que o rege, o Pronacampo seria:

Um conjunto de ações articuladas que asseguram a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como, a formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade na educação no campo em todas as etapas e modalidades (BRASIL, 2012, p. 04).

Destarte, objetiva desenvolver melhorias nos aspectos educacionais a partir de investimentos na formação e em materiais didáticos que contribuirão no ensino-aprendizagem. Esse investimento seria no intuito de fortalecimento das instituições rurais, garantindo um ensino de qualidade que está de acordo com as necessidades do povo do campo, “o programa está estruturado sob quatro eixos: Gestão e Práticas Pedagógicas, Formação de Professores, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica e Eixo Infraestrutura Física e Tecnológica” (SANTOS; SILVA, 2016, p. 141).

Esse programa propõe reformulações além de questões financeiras, envolvendo desde as práticas pedagógicas às infraestruturas das instituições, com formação no ensino básico e em Educação de Jovens e Adultos. Embora a implementação de recursos para a Educação do Campo seja essencial, seria possível indicar certas lacunas nesse projeto, refletindo plausíveis necessidades de outros setores, com viés mercadológico, por exemplo (SANTOS; SILVA, 2016). Diferente das políticas públicas citadas anteriormente, o Pronacampo não possui intervenção política dos sindicatos que lutam contra o pensamento hegemônico, além do mais, seria possível perceber as influências do meio de produção na forma pelo qual se implementariam as verbas, voltadas aos ensinamentos profissionalizantes com o Programa Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) (SANTOS; SILVA, 2016).

Portanto, o Pronacampo se estabelece a partir de discussões necessárias, promove reflexões ao se pensar em uma Educação do Campo, porém suas relações de poder são igualmente perceptíveis. Este seria um caso de Política Pública tida como essencial, mas que, em determinados panoramas e a partir de variadas motivações, nas mãos do Estado pode se tornar mercadoria, um instrumento de favorecimento e, mesmo de forma sucinta, exercitaria o pensamento hegemônico. Mais uma vez poderia ser demonstrada uma não neutralidade na política institucionalizada e as expressões de poderes que permeariam suas implementações.

Outro marco em política para esse público é o Programa Escola Ativa (PEA), o qual “tem como pressupostos o ensino centrado no aluno e em sua realidade social, o professor como facilitador e estimulador, a gestão participativa da escola e o avanço automático para etapas posteriores” (BRASIL, 2001b, p. 14). Referido programa foi desenvolvido para as classes multisseriadas e escolas pequenas em locais de baixa densidade demográfica, características que se aplicam à metade das instituições no Campo. No geral, 3.106 dos 5.565 municípios

brasileiros aderiram ao PEA, por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), no ano de 2008. Nesse entendimento:

O PEA assume as mesmas estratégias metodológicas para classes multisseriadas do PEN: aprendizagem ativa, centrada no aluno e em sua realidade social; professor como facilitador e estimulador; aprendizagem cooperativa; gestão participativa da escola; avaliação contínua e processual e promoção flexível. Para tanto, utiliza-se de trabalhos em grupo, ensino por meio de módulos e livros didáticos especiais. Incentiva, também, a participação da comunidade e procura promover a formação permanente dos professores [...] (GONÇALVES, 2009, p. 40).

Embora essa perspectiva tenha vigorado em outros países desde a década de 1970, no Brasil se instalou durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), especificamente em 1997, expandindo-se para o governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) até o governo Dilma Rousseff (2011-2016). Seus fundamentos possuem origens neoliberais, com vínculos a instituições financeiras internacionais (como o Banco Mundial), atendendo necessidades mercadológicas, a partir de uma educação voltada ao tradicionalismo pedagógico. Perspectivas essas semelhantes com a proposta do mencionado “Ruralismo Pedagógico”.

Assim sendo, o programa Escola Ativa possui o intuito de melhorar o ensino em escolas multisseriadas a partir de investimentos pedagógicos de acordo com os preceitos “aprender a aprender”³, bem como de organização e infraestrutura das instituições. Todavia, na prática, não se efetiva como esperado, pois o programa não sanou os problemas com o analfabetismo na zona rural e apresentou lacunas no que se refere às noções de metodologia de ensino em consonância com a realidade do povo do campo (AGOSTINI; TAFFAREL; JÚNIOR, 2012). De acordo com as normativas do programa:

No que se refere à metodologia do Programa Escola Ativa, busca-se uma articulação entre planejamento, prática e apropriação de conhecimentos. A opção do Programa é por uma metodologia problematizadora capaz de definir o professor como condutor do estudo da realidade, por meio do percurso das seguintes etapas: I) Levantamento de problemas da realidade; II) problematização em sala de aula dos nexos filosóficos, antropológicos, sociais, políticos, psicológicos, culturais e econômicos da realidade apresentada e dos conteúdos; III) Teorização (pesquisa, estudos e estabelecimento de relação com o conhecimento científico; IV) Definição de hipóteses para solução das problemáticas estudadas; V) Proposições de ações de intervenção na comunidade (BRASIL, 2010, p. 20-21).

³ Termo inerente ao construtivismo, tendo como principal característica a promoção de autonomia e autoconhecimento na aprendizagem. Nessa concepção, para que o ensino seja significativo é preciso que se desenvolva a partir das vivências e interesses dos alunos. O papel do docente é incentivar o estudante a se tornar precursor da sua própria aprendizagem.

Não se pode ignorar a importância de tal programa como forma de reflexão e visibilidade para a educação em âmbito rural, porém, ao se pensar nas perspectivas neoliberais implementadas em seu cerne, seria possível perceber as relações de poder e expressões mercadológicas que visavam sanar o analfabetismo utilizando métodos que iriam em consonância às realidades urbanas e não do campo. Além disso, o centro do ensino é o professor, como condutor do saber, propondo um ensino voltado aos métodos tradicionais de educação, que não consideraria as especificidades de cada aluno. Em vista disso:

No contexto da Educação do Campo, a proposta pedagógica do Programa Escola Ativa tem por objetivo propiciar condições para o trabalho com as diferenças regionais e com as populações que constituem os povos do campo, tendo como propósito contribuir para a superação da visão tradicional e preconceituosa sobre o espaço rural e seus habitantes (BRASIL, 2010, p. 23).

A proposta de valorização do trabalho rural, ao promover mudanças referentes aos preconceitos existentes com o povo do campo, é de extrema relevância para uma releitura sobre a visão sobre essa educação, tanto dos governantes como da própria sociedade. Porém, as implicações voltadas somente para a força de trabalho podem limitar suas atribuições.

Embora as propostas dos programas tenham suas diferenças, todos recebem a mesma crítica sobre as implicações mercadológicas implantadas, no momento em que demonstram que essa perspectiva educacional não estaria voltada ao sujeito do povo do campo como ser social, mas sim como mão de obra e adequação ao capital. Todavia, perante os anos houve um avanço significativo no que se refere à Educação do Campo, e grande parte desses avanços se devem às lutas de classes ordenadas pelos grupos camponeses.

Portanto, a Educação do Campo estaria instituída a partir das lutas de classes em prol de todas as especificidades que se aplicariam no meio social e se estenderiam à educação no campo. Dessa maneira, essa nova modalidade de educação não atenderia às necessidades mercadológicas do capital, visto que traria consigo as resistências agrárias e surgiria como crítica aos saberes hegemônicos. Esse modelo educacional não está implantado em todas as instituições na zona rural, somente em localidades que se estabelece a partir da resistência

Na realidade das escolas municipais, em especial no objeto de estudo da presente dissertação, percebemos que o próprio Projeto Político Pedagógico (PPP) das instituições localizadas na zona rural não garantem uma Educação do Campo. Esse fato nos proporciona duas reflexões: não se é trabalhada a verdadeira distinção entre os conceitos de Educação Rural e Educação do Campo e a relevância sociocultural da Educação do Campo; outrora, para certas

comunidades locais e escolares, a Educação Rural pode se revelar mais válida, pelo fato de não possuírem o sentido de luta de classes e permanência, a partir da resistência do povo no campo.

Ao considerar as questões sociais, a Educação do Campo possui um cunho mais significativo, pois propõe uma educação diferenciada, que considera todos os aspectos envolventes no cotidiano do aluno. Porém, cada comunidade se estabelece a partir dos pressupostos socioculturais ali implicados, que não devem ser ditados, mas reconhecidos. É utópico acreditar que todos(as) compreendem a necessidade de uma escola com cunho crítico e valorização do meio no qual vivem, mas é preciso que, pelo menos, todos(as) entendam o papel que a educação possui perante todo o movimento social.

Como percebemos, a Educação Rural e a Educação do Campo possuem distinções, porém há uma questão de organização que se assemelham. Pelo fato de estarem na zona rural e, muitas vezes, serem ofertadas para um número reduzido de alunos, estas escolas possuem uma característica pedagógica, a multisseriação, que abordaremos na sequência.

2.2 Escola multisseriada: o ensino-aprendizagem na zona rural

Segundo Farias (2011), o ensino multisseriado existe desde primórdios da educação brasileira, após a expulsão e partida dos jesuítas. Embora as raízes do ensino jesuítico ainda estivessem perceptíveis no Brasil colonial, a educação tomou novos rumos, com diferentes vieses e associada a múltiplos interesses nos variados contextos e recortes temporais. Nesse momento, o ensino estava centralizado no que se denominava como Educação Informal, com grande expressão no Campo. Ou seja, leigos da comunidade, considerados detentores de saberes, promoviam um ensino comunitário para pessoas com várias faixas etárias e diferentes níveis em locais públicos da comunidade, com intuito de repassar saberes acumulados do senso comum e o ensino da leitura e escrita.

Além disso, até os dias atuais, o ensino multisseriado se consolida em locais que possuem baixa demanda de estudantes e, para otimizar o tempo dos docentes, que também são poucos, se torna viável a junção das turmas. Alunos de níveis de ensino diferentes frequentam a sala de aula e o professor promove e propõe atividades diferenciadas adequadas com seu nível/série. À vista disso, o ensino multisseriado seria:

[...] [a] junção de alunos de diferentes níveis de aprendizagem (normalmente agrupados em “séries”) em uma mesma classe, geralmente submetidos à responsabilidade de um único professor; [essa] tem sido uma realidade muito

comum dos espaços rurais brasileiros, notadamente nas regiões Norte e Nordeste (SANTOS; MOURA, 2010, p. 35).

O ensino multisseriado se destaca como uma característica das escolas localizadas nas zonas rurais, em especial em regiões de baixa densidade demográfica, embora também existam em centros urbanos. Embora que a quantidade de alunos seja pequena, e o fato valide essas instituições, é pertinente destacar que o trabalho do professor acaba sendo sobrecarregado. Uma vez que, é preciso planejar em dobro para promover um ensino-aprendizagem significativo a partir dos componentes curriculares adequados para cada faixa etária e, ao mesmo tempo, promover relações entre os conteúdos apresentados, para que as diferentes turmas tenham harmonia no ensino.

Ademais, é proveitoso para o Estado manter uma escola multisseriada, pois, com as junções das turmas também se diminui a hora trabalho do professor e, conseqüentemente, o gasto com a mão de obra educacional. Além disso, apesar que existam Políticas Públicas que proponham formação continuada de aporte teórico para esses docentes, na prática – e em muitos casos – isso não se efetiva e, mais uma vez, o Estado acaba anulando sua função de garantia de uma educação para todos. Diante dessa realidade, o professor encontra diversas dificuldades para lecionar em classes multisseriadas:

- a) o professor sente solidão e está, de fato, isolado;
- b) há dificuldade de atendimento individual aos alunos;
- c) as crianças têm dificuldade em se adaptarem à 5ª série;
- d) o professor acumula cargos: é também merendeiro, faxineiro, diretor, secretário;
- e) existem dificuldades de acesso ao material didático e às bibliotecas;
- f) atender quatro séries ao mesmo tempo é muito trabalhoso;
- g) as crianças de 1ª série, no processo de alfabetização, são muito prejudicadas, pois não têm a atenção de que necessitam;
- h) planejar para quatro séries, fazer quatro planos por dia é demais;
- i) a aprendizagem das crianças parece mais lenta, porque é muito dificultada pelo contexto em que elas vivem. Elas quase não têm acesso a livros, quase nunca saem da comunidade;
- j) o professor, que não mora na comunidade, não tem tempo de conhecer melhor a comunidade e seus alunos. Se depender de ônibus, quase não tem tempo nem para dar o período de aula, pois precisa utilizar-se do único transporte da região que sai no mesmo horário de aula;
- l) são crianças muito diferentes entre si. Há crianças de 7, de 13, de 14 anos. Os grupos são muito heterogêneos (FERRI, 1994, p. 67).

Ferri (1994) apresentou essa discussão há mais de uma década, nos tempos atuais a educação multisseriada apresenta lacunas semelhantes, porém é preciso dizer que a modernização chegou no campo e as propostas de ensino não são as mesmas. Há um grande

problema referente à formação e significação do ensino de acordo com as perspectivas do indivíduo no campo, todavia não podemos dizer que todas as instituições possuem falta de estrutura e acervo de livros, tampouco restrição ao acesso a outros ambientes que não seja o da sua comunidade. Acreditamos que, na contemporaneidade, a multisseriação ainda pode estar presente em instituições precárias, porém essa não é a realidade da região estudada. Afirmamos isso a partir de análise no objeto de estudo da presente pesquisa e será confirmado no decorrer da dissertação.

O ponto de maior relevância seria o desgaste docente, não há como negar o trabalho dobrado daqueles que atuam em salas multisseriadas. Trabalho esse que deveria ser suprido pelo Estado, por meio de Políticas Públicas que, de fato, garantam uma formação continuada adequada e de suporte para os docentes. Vale destacar que cada município possui um plano de carreira docente independente no qual pode ou não estabelecer o recebimento de abono salarial aos profissionais em sala multisseriada. Em Moreia Sales/PR há essa gratificação e será mais bem destacada na quarta seção, no momento em que relacionamos a teoria aqui estudada com a prática do nosso objeto de estudo.

As regiões com baixa densidade demográfica e, conseqüentemente, pouca demanda de alunos favorecem e viabilizam a educação multisseriada, na prática é necessário um olhar diferenciado para o processo de ensino-aprendizagem. Ofertar uma educação de qualidade para todos, inclusive na zona rural, é obrigação do Estado, ao considerar o Art. 205 da Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988 que assume a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família [...]”. Ou seja, o Estado é o principal responsável por fornecer uma educação de qualidade, que prepare indivíduos para a vida em sociedade na qual está inserido. Mas, esses subsídios não são ofertados na prática, como destacado a seguir:

As dificuldades encontradas na formação de professores são constituídas não apenas da falta de investimento financeiro. Há falta de investimento político dos governantes na garantia de condições de trabalho, bem como investimento de professores que atuam nos processos formativos, na realização de ações coletivas que possibilitem a participação no debate social para a efetuação de políticas públicas, voltadas para o cumprimento dos princípios constitucionais reiterados nas diretrizes nacionais, do fazer da educação um direito de todos, portanto, de todas as populações, entre elas, a camponesa (DE SOUZA E SILVA; CECÍLIO; HIROSE, 2009, p. 205).

Embora os autores estejam esboçando a defasagem que acontece na educação como um todo, é pertinente refletirmos essa perspectiva voltada para o povo no campo. A efetivação da educação ocorre dentro do âmbito escolar, no qual os professores, gestores e funcionários

trabalham diretamente com essa implementação, e é papel do governo estabelecer políticas que garantam esse ensino. Para que essa melhoria se efetive, é pertinente que haja apoio para todos que trabalham com essa modalidade, apoio que se inicia com as políticas públicas e se efetiva a partir de formação e valorização dos profissionais dessas instituições. Seja Educação Rural ou Educação do Campo, o ensino multisseriado é uma especificidade que gera grande mudança na organização pedagógica, por isso a necessidade de um olhar especial para a modalidade.

Acreditamos que, para que isso aconteça, é preciso que se conheça a real metodologia do multisseriado e sua ação como propositor do ensino-aprendizagem. Visto que, no próprio âmbito educacional, existe um preconceito referente a esse método de ensino que se estende à toda a comunidade escolar.

Tais preconceitos sobre essa instituição estão relacionados a aspectos de baixa valorização socioeconômica e cultural relacionados ao povo no campo. Essa perspectiva também está relacionada ao pensamento errôneo de que o povo que vive na localidade zona rural possui dificuldade de aprendizagem ou saberes que não são relevantes em comparação com os sujeitos que residem na zona urbana. Fato esse destacado pelo livro “Escola de Direito: reinventando a escola multisseriada”. Vejamos:

Uma primeira lição: as escolas multisseriadas merecem outros olhares. Predominam imaginários extremamente negativos a ser desconstruídos: a escola multisseriada pensada na pré-história de nosso sistema escolar, vista como distante do paradigma curricular moderno, urbano, seriado [...]. Difícil superar essas visões tão negativas do campo e de suas escolas porque reproduzem visões negativas do seu povo e das instituições do campo (ROCHA; HAGE, 2010, p. 10).

O multisseriado pode fomentar estranheza por sua organização não convencional, ou por propiciar uma sobrecarga de trabalho aos docentes, como já destacado acima. De fato, se não há um apoio da gestão para o docente, se expande as dificuldades no processo pedagógico, mas isso não significa que não há ensino-aprendizagem. A visão negativa implantada ao povo no Campo perpassa as noções de desvalorização cultural e pode se estender ao processo educativo. É notório que não podemos propagar uma generalização a respeito da desvalorização no Campo, já que não são em todas as localidades rurais que esse fato permeia, porém é preciso destacar que ainda há aqueles que não a consideram como significativa e isso é um erro.

Destacamos que a junção de turmas acarreta grandes dificuldades para o docente, o trabalho se amplia, é preciso planejar e lecionar para duas ou mais turmas simultâneas e isso o sobrecarrega. Esse fato justifica o amparo formativo para os profissionais que trabalham com

multisseriação para que possam estar preparados e encontrem maneiras que facilitem o seu dia a dia em sala. Todavia, não podemos desconsiderar que as escolas multisseriadas podem promover um ensino-aprendizagem eficiente, de acordo com as suas especificidades. Isso ocorre devido à grande socialização dos estudantes e a vantagem de estarem participando do processo de ensino de outros estudantes. Como destaca Parente (2014):

No Brasil, também persiste uma visão negativa da multisseriação; não há como negar que as condições em que é implantada, sugerem haver sérios problemas relacionados à infraestrutura, ao financiamento, à gestão, à formação de professores. Em lugar de se resolverem tais questões, implanta-se a multisseriação e se aprofundam os problemas educacionais. No entanto, é possível captar, por trás das dificuldades materiais, financeiras e humanas, um desejo e uma esperança, por parte dos professores, de que existam aspectos pedagógicos positivos em escolas multisseriadas, entre os quais: trabalho em grupo, trabalho interdisciplinar, maior integração e socialização entre os estudantes, auxílio mútuo, respeito às diferenças. No entanto, cabe destacar que tais elementos não são aspectos pedagógicos “da multisseriação”, mas que podem ocorrer “na multisseriação” (PARENTE, 2014, p. 66).

Nessa perspectiva, a maior singularidade da sala multisseriada passa a ser sua maior possibilidade de aprendizagem. No momento em que se tem alunos de diferentes níveis de ensino na mesma sala de aula, coletivamente eles podem se ajudar em um processo de compartilhamento de saberes. Alunos que estão em um ano à frente corroboram com o ensino mais avançado para aqueles que estão no ano anterior e que, por sua vez, também possibilitam que os outros passem pelo processo de revisão de conteúdo. Ou seja, se usado a favor da aprendizagem, a escola multisseriada pode corroborar e facilitar o ensino-aprendizagem.

Ademais, a partir das discussões aqui descritas, percebemos que a modalidade multisseriada está presente no processo educacional, formal e informal, desde os primórdios da educação brasileira. Essa prática se garante pelo fato de estar presente em escolas localizadas em regiões de baixa densidade demográfica, nas quais não há grande demanda de alunos matriculados, sendo necessária a junção de turmas para que facilite a organização da escola.

Outrossim, explanamos que, atualmente, as escolas localizadas na zona rural possuem desafios que vão além do pedagógico e estão relacionados à estrutura física, porém não podemos generalizar. Mesmo que não esteja de acordo com a realidade do Campo, pelo menos na região na qual a pesquisa se estabelece, a escola possui uma satisfatória organização estrutural e busca suprir as necessidades básicas dos alunos e professores. A modernização do ensino também chegou na Escola Agostinho Portello.

Portanto, consideramos a grande dificuldade de lecionar nessas instituições, tal como a necessidade de apoio formativo para os docentes dessa modalidade, porém é preciso destacar também que, se trabalhado de forma significativa, a aprendizagem se efetiva. O aluno inserido nessas instituições encontra uma pluralidade de saberes, tem contato com componentes curriculares que vão além das competências relacionadas ao seu ano de ensino, além de poder ampliar sua socialização. Escolas multisseriadas não prejudicam o aluno, pelo contrário, podem propiciar vantagens que fomentarão e facilitarão o aprender.

Na próxima seção, discutiremos algumas questões que fortalecem a efetivação das escolas dessa modalidade. Ao considerar a historicidade educacional do município estudado, possuímos o objetivo de apresentar o recorte espacial, bem como compreender o funcionamento da última escola rural municipal de Moreira Sales/PR.

3 ESCOLA NO CAMPO COMO PRECURSORA EDUCACIONAL: A HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO DE MOREIRA SALES/PR

Um município que possui origens enraizadas no trabalho com a terra pode determinar o processo socioeconômico no campo e, por consequência, as próprias relações socioeducacionais também estariam envoltas a essa realidade. Isso porque o processo educativo acompanha o movimento social e até mesmo pode se estabelecer para garanti-lo e fortalecê-lo.

A escola, nesse sentido, pode possuir um papel que vai além da sala de aula, no momento em que influencia movimentos sociais e sustenta ideologias estabelecidas. Esse vínculo também se estabelece em instituições localizadas na zona rural, pelo fato de as relações socioculturais serem mais aprofundadas ao considerar as amplas especificidades sobre a realidade dos estudantes. Assim ocorreu no município de Moreira Sales/PR, no estado do Paraná: a escola corroborou para o desenvolvimento socioeconômico e a história da formação local está intimamente relacionada à formação de uma escola, e esta, por sua vez, localizada na zona rural.

É possível perceber que a história de uma instituição não está somente ligada ao processo educativo, mas tudo aquilo que ali permeia, toda a comunidade em sua volta se transforma e também provoca mudanças no meio escolar. Uma escola se constitui pela comunidade escolar e, de forma simultânea, promove o desenvolvimento desse meio em um processo de relações mútuas. Além disso, faz-se necessário considerar o momento histórico no qual a sociedade como um todo está estabelecida.

O município de Moreira Sales/PR, em seus primórdios, se estabelecia perante a localidade rural. Mais da metade de sua população possuía moradia fixa na zona rural e, por consequência, trabalhava com a terra. Atualmente, essa realidade se inverteu e possui uma grande maioria populacional localizada na zona urbana, e isso reflete diretamente no processo educativo.

Por fim, nesta seção é apresentado o recorte espacial da presente pesquisa, a partir da apresentação da historicidade de Moreira Sales/PR, das instituições escolares, especificando as escolas localizadas na zona rural e suas cessações e fundamentos que as ampararam, refletindo a realidade nacional. Findamos com a abordagem da última escola rural municipal. Tudo isso com o objetivo de demonstrar a realidade do objeto de estudo, tanto no ambiente escolar quanto no social, no momento em que reconhecemos todo o processo histórico que a permeia e estabelece.

3.1 Moreira Sales/PR: “Cidade menina”

Cidade menina, de tão pouca idade
Que surge no mapa deste Paraná
É mais uma estrela, mais uma cidade
Que um grande futuro por certo terá (REZENDE, s.d.).

O trecho acima faz parte do hino do município de Moreira Sales/PR e retrata características e percepções sobre a mesma. Localizada no noroeste do estado do Paraná, uma “Cidade menina” com apenas 63 anos de emancipação. Um lugar no qual ocorreu desenvolvimento, tanto no processo econômico quanto na expansão de território, mas que ainda há que se prosperar, assim como diz no hino municipal, “um grande futuro por certo terá”.

Atualmente, o município possui um território de 353,772km², distribuídos em sua maioria na zona rural. Possui uma população estimada de 11.175 habitantes (IBGE, 2022). A maior fonte de renda está envolta à pecuária, com gado de leite e corte, e à agricultura, no cultivo de soja e milho. Uma porcentagem considerável dos moreira-salenses trabalha em abatedouros de municípios da região, recebendo o aporte da prefeitura para ingressar no emprego, além de empregos em comércios locais.

Embora, hoje, a proporção do município seja outra, e o processo econômico gire em torno de um cultivo diferente, a cidade de Moreira Sales/PR, inicialmente, não possuía toda essa extensão, e sua economia girava em torno do café, visto que foi a partir dessa cultura que ocorreu a fundação e o desenvolvimento dessa região. O interesse pelas terras férteis dessa porção territorial do Paraná deu origem ao município.

Ressaltamos que existem poucas fontes documentais e/ou bibliográficas a respeito do histórico do município, especialmente sobre seus processos de estruturação institucional e organização social. Os materiais disponíveis e consultados para a presente pesquisa são produções oriundas da Prefeitura Municipal (normalmente vinculadas a comemorações especiais) e de órgãos municipais (escolas, Biblioteca Municipal), que reforçam um discurso difundido como “história oficial”. Para tentarmos evidenciar perspectivas críticas, fontes orais foram consultadas, principalmente por meio de entrevistas, e serão abordadas na quarta seção da dissertação.

A história municipal se inicia no final da década de 1940, quando seu fundador, um banqueiro, comerciante e cafeicultor com o nome de João Theotônio Moreira Salles, comprou uma área de cerca de 12.000 alqueires com o intuito de promover a cafeicultura. Porém, somente nos anos de 1950 houve uma maior expansão territorial, a partir da chegada dos

primeiros exploradores, os bandeirantes vindos de Santos, estado de São Paulo, Eurydes Romano, Joaquim Caetano de Lima, Benedito Mendes Ribeiro, Angelo Lisi, Hélio Moreira Salles e José Carlos Moreira Salles, que exploraram e determinaram que tais terras eram férteis e produtivas para o cultivo do café.

Nesse momento, houve a necessidade de encontrar mão de obra para o processo produtivo. Chegaram a essas terras pessoas de vários estados e localidades, mas principalmente do Paraná, das regiões de Cambé, Rolândia, Porecatu e outras. Podemos perceber que a fundação do município foi influenciada a partir da necessidade de se concentrar mão de obra para o trabalho com a cafeicultura. Todo o avanço envolto dessa comunidade se deveu à crescente demanda de trabalho na lavoura. A partir disso, iniciou-se a derrubada de 1.000 (mil) alqueires para a construção da sede da fazenda Moreira Sales/PR, que se tornou referência no quesito cafeicultura na região. Tendo a administração de Ananias Cabral, expandiu as terras, aumentando a produtividade e a própria população do que se tornaria o futuro município.

Ao redor da sede, surgiram os primeiros comércios, como o Armazém Goioerê, com a direção de Nyldes de Arruda, e até mesmo a primeira Escola Rural Santo Antônio, tendo como professora Aparecida Garcia Lopes, a “Tia Quita”, com o intuito de atender a demanda de crianças que chegaram com os trabalhadores da fazenda.

No ano de 1952, João Theotônio Moreira Salles, juntamente com o seu filho Hélio Moreira Salles, proprietário da firma Comissária Exportadora e Importadora União S/A, começaram o loteamento das terras onde se estabeleceria o município de Moreira Sales, com o intuito de promover a colonização das terras. Inicialmente, começaram a derrubada de 50 (cinquenta) alqueires, cerca de seis quilômetros da fazenda, com a supervisão de um então responsável por esse processo, nas fontes indicado apenas como Lincoln. Todavia, a cidade foi projetada pelo engenheiro Hélio Bittencourt, com os auxílios dos também engenheiros Thelen e João Ducini.

No ano de 1954, o território foi vinculado à Comarca de Campo Mourão, nomeando um Delegado de Polícia, Mendonça Costa, e um Juiz de Paz, Nyldes de Arruda. Assim, foi promovida uma maior organização e visibilidade regional, com avanços consideráveis para a localidade. Porém, somente no ano de 1960 o então governador do estado do Paraná, Moisés Lupion, sancionou a Lei Nº 4.245, de 25 de julho de 1960, que criou o município de Moreira Sales, desmembrando-se de Goioerê.

Nesse período, a então Comissária Exportadora e Importadora da União S/A deixou de dirigir o município, nomeando Prudêncio Nunes como interventor e Otto Macedo como delegado. Em 30 de novembro de 1961, ocorreu a posse do primeiro prefeito, Eurydes Romano,

originário dos movimentos bandeirantes iniciais e que esteve à frente da administração até o ano de 1965.

Assim se formou o município de Moreira Sales/PR, em meio à agricultura e com inúmeras percepções envoltas ao campo. Todo o município foi pensado a partir da lógica de exploração da terra por meio da cafeicultura e, como resultado, colonização com o intuito de expansão de mão de obra. E, por consequência, ocorreu um avanço territorial, econômico e populacional com a fundação do distrito de Paraná do Oeste e diversos bairros rurais que se perpetuam até os dias atuais, sendo eles:

- Vila Gianello;
- Vila Rural João Alfredo Peixoto de Alencar
- Água do Barulho;
- Bairro Água do Guabijú;
- Água do Timburi;
- Bairro Água Grande;
- Bairro Barra Bonita;
- Bairro Tropical;
- Bairro dos Catarinos / Bairro Pachelli;
- Cinquenta Alqueires;
- Bairro Jamaica;
- Bairro Oitenta / Água do Inhambu;
- Bairro Ponto Cinco;
- Bairro Três Pontes;
- Bairro Primavera;
- Bairro Quarta Medição (Venda do André);
- Bairro Sagrada Família;
- Gleba Dez;
- Bairro Trinta e Um;
- Bairro São José;
- Bairro Dezesete;
- Bairro Trinta e Quatro;
- Bairro Fonte Azul;
- Bairro São Francisco;
- Bairro Gonçalves;

- Bairro Botton;
- Bairro Alvorada;
- Bairro Taquari;
- Bairro Bom Jardim;
- Bairro Água Branca;
- Bairro dos Morenos;
- Bairro Maquininha;
- Bairro Barro Preto;
- Bairro Cinzano;
- Bairro Quarenta Alqueires;
- Bairro Guabijú;
- Bairro Flor do Sertão;
- Bairro Guaimbé;
- Santa Bárbara;
- Bairro Barra Bonita;
- Bairro Sertanópolis;
- Bairro Ouro Verde;
- Bairro Santa Angelina;
- Bairro Água dos Sanches.

Dentre esses destacamos a Vila Gianello, recorte espacial principal da presente pesquisa, localizada há cerca de 14 (catorze) quilômetros da região urbana de Moreira Sales/PR. Este bairro foi fundado no ano de 1958 por Antônio Gianello e Agostinho Portello, ao lotear as terras que então seriam para a agricultura. Com sua fundação, ocorreu um desenvolvimento significativo no bairro, no qual se localizavam diversos estabelecimentos como farmácia, mercado e lojas. Todavia, com o tempo isso foi se perdendo. Mas, uma das grandes conquistas do bairro é a Escola Rural Municipal Agostinho Portello, que permanece ativa até os dias atuais e que seus aspectos fundacionais e historicidade serão trabalhados nos tópicos seguintes.

Como em todo o município de Moreira Sales/PR, a economia do bairro Vila Gianello gira em torno da agricultura, com o cultivo de soja e milho, e pecuária, com a criação de gado de corte e de leite. Aqueles que não possuem o meio de produção, oferecem a mão de obra por troca de diárias, são os conhecidos “boias frias”. Embora essa seja uma prática passada por gerações, muitos não querem continuar com essa carreira e optam por abandonar o bairro e procurar trabalho em ambientes urbanos e/ou em outras localidades.

Um dos problemas frequentes no campo é a falta de oferta de emprego de áreas variadas que não sejam vinculadas somente à agricultura e à pecuária. Pelo fato de na região rural possuir empregabilidade envoltas ao serviço com a terra, muitos indivíduos que não se identificam com essa fonte de renda acabam optando por se mudar. Por consequência, há uma diminuição drástica na população no campo e aumento nas áreas urbanas, processo conhecido como êxodo rural. Esse fato também aconteceu – e segue acontecendo – na região rural de Moreira Sales/PR, destacando aqui o bairro Vila Gianelo. Isso fez com que a população no bairro diminuísse consideravelmente.

Diante disso, podemos perceber que todo o desenvolvimento social pode ser ditado e alterado por meio do trabalho ali existente. O indivíduo necessita do trabalho para sua subsistência, pois o trabalho determina fortemente a vida do trabalhador e o direciona no meio social. Por procura de melhorias de vida e de trabalho, é possível existir o êxodo rural e a urbanização, mesmo que esse não seja o desejo daquele que participa do processo.

Na próxima subseção, entenderemos melhor o papel do processo educacional perante toda a historicidade do município, em especial na área rural. Posto que, possui o objetivo de refletir o papel das escolas no campo e a cessação das mesmas em âmbito municipal e nacional.

3.2 Uma educação com raízes no campo: histórico sobre a educação no Município de Moreira Sales/PR e reflexões sobre a realidade nacional

A história da educação de Moreira Sales/PR está relacionada à ocupação e expansão territorial do município, sendo esta pelo campo. A primeira escola de Moreira Sales/PR localizava-se na zona rural, isso se deve ao fato de que a origem do município está vinculada ao trabalho com a terra e, por consequência, à grande demanda de crianças que residiam nesse meio. Com isso, surgiu a necessidade de alfabetizar filhos de trabalhadores rurais, de acordo com a demanda estabelecida com o crescimento da produção da cafeicultura.

Podemos refletir que, com a construção da instituição escolar, o valor da moradia da fazenda se expandiu, bem como o crescimento de mão de obra na região. Se há lugar para o filho estudar, os trabalhadores rurais acabam preferindo esses locais para morar e trabalhar. A educação pode movimentar um povo, a escola se torna um atrativo positivo, que além de todos os benefícios citados, promovem o desenvolvimento intelectual de futuros trabalhadores. É possível que os patrões também perceberam essa relevância da instituição, utilizando isso a favor da produtividade e lucros da fazenda.

Esta primeira escola foi fundada em 1957, sendo denominada Escola Rural Santo Antônio e localizava-se na sede da fazenda Moreira Sales. Como docente havia a senhora Aparecida Garcia Lopes, a “Tia Quita”, que além de professora fazia o papel de gestão e serviços gerais. Esse era um processo natural para uma escola na zona rural em tempos passados, no qual a docente deveria se preocupar com todas as instâncias envolvidas no processo educativo, uma pessoa só é a professora, coordenadora, secretária, cozinheira e tudo o que o estudante precisar. Isso se deve à falta de investimento educacional e à tentativa de diminuir gastos com mão de obra.

Não há documentos que indiquem os aspectos pedagógicos desta primeira instituição, mas pelo fato de ser multisseriada, característica típica de escolas na zona rural, como destacado na segunda seção desta dissertação, e com intuito estrito para a alfabetização, além de considerar o momento da história educacional daquele período, podemos pensar que o processo educativo se voltava para o letramento e raciocínio matemático, a partir de uma educação tradicional, considerando as necessidades de formação de mão de obra.

Ao longo da história educacional do município houve criação de várias escolas nos bairros rurais, sendo estas, por sua vez, multisseriadas e destinadas para crianças que residiam nesses territórios, contudo a população residia, em sua maioria, na zona rural para trabalho com a terra e as escolas nas zonas rurais eram relevantes para receber as crianças filhas desses trabalhadores.

O município de Moreira Sales/PR possuiu 37 (trinta e sete) escolas nos bairros rurais e hoje somente uma delas está ativa, por motivos que variam entre a falta de recursos e a baixa demanda de alunos, por exemplo. No quadro a seguir, organizamos e indicamos as instituições, seu ano de fechamento e seu bairro de localização:

Quadro 01 - Escolas em bairros rurais em Moreira Sales/PR

Nº	Nome da Escola	Ano de fechamento	Bairro
01	Escola Rural Municipal Agostinho Portello	Ativa	Vila Gianello
02	Escola Rural Municipal Jamaica	2002	Jamaica
03	Escola Rural Municipal Quarta Medição	2002	Quarta Medição
04	Escola Rural Municipal Água do Timburi	1999	Água do Timburi
05	Escola Rural Municipal Benthein	1999	Tropical
06	Escola Rural Municipal Rami	1999	Fazenda Rami

07	Escola Rural Municipal Santo Antônio	1999	Fazenda Santo Antônio
08	Escola Rural Municipal Torres	1999	Dezessete
09	Escola Rural Municipal Barra Bonita	1998	Barra Bonita
10	Escola Rural Municipal Cinquenta Alqueires	1998	Cinquenta Alqueires
11	Escola Rural Municipal Santa Barbara	1998	Gleba 10
12	Escola Rural Municipal Coringa	1997	Jamaica
13	Escola Rural Municipal Gregório	1997	Ponto Cinco
14	Escola Rural Municipal Nossa Senhora Aparecida	1997	Três Pontes
15	Escola Rural Municipal Primavera	1997	Primavera
16	Escola Rural Municipal Sagrada Família	1997	Sagrada Família
17	Escola Rural Municipal Água do Barulho	1996	Água do Barulho
18	Escola Rural Municipal Água do Guabijú	1996	Água do Gabijú
19	Escola Rural Municipal Catarinense	1996	Catarinos
20	Escola Rural Municipal São João	1996	Bairro São José
21	Escola Rural Municipal Nossa Senhora do Desterro	1995	Água Grande
22	Escola Rural Municipal Ouro Branco	1995	Fazenda Ouro Branco
23	Escola Rural Municipal César Latter	1994	Fazenda Morenos
24	Escola Rural Municipal Dois Irmãos	1994	Oitenta
25	Escola Rural Municipal Ouro Verde	1994	Fazenda Marques
26	Escola Rural Municipal Taquari	1993	Bairro Botton
27	Escola Rural Municipal Bandeirantes	1991	Água Grande
28	Escola Rural Municipal Marrecos	1989	Prachelli
29	Escola Rural Municipal Água Grande	1987	Água Grande
30	Escola Rural Municipal Basílio Antunes de Souza	1987	Água do Barulho
31	Escola Rural Municipal Santa Maria	1985	Trinta e Um
32	Escola Rural Municipal São Pedro	1983	Trinta e Quatro
33	Escola Rural Municipal Alípio Martins de Paula	1981	Fazenda Favoreto
34	Escola Rural Municipal Betel	1981	Água do Inhambu

35	Escola Rural Municipal Eurides Romano	1980	Flor do Sertão
36	Escola Rural Municipal Nova União	1980	Fazenda Marques
37	Escola Rural Municipal Keiko Watanave	1977	Fazenda Paulo Kato

Fonte: Elaboração da autora.

Havia uma grande oferta de educação na zona rural, com praticamente uma escola em cada bairro do município. Essas escolas facilitavam o acesso à educação para aqueles que moram em zonas rurais, com escolas próximas aos locais de moradia, a alfabetização se tornava algo mais fácil e viável. Diante dessa afirmação, é possível refletir que as escolas na zona rural podem ser consideradas um aporte social e uma forma de inserção da educação na vida de crianças dessa região. Uma vez que, nesse período, nem todas as crianças conseguiriam frequentar uma escola em áreas urbanas, seja por falta de locomoção ou até mesmo pela falta de conhecimento por parte dos pais. A escola localizada na zona rural foi, é e sempre será uma grande ferramenta de formação e inserção social.

Com os dados do quadro acima, é possível observar que o fechamento das instituições se iniciou sistematicamente nos anos de 1980, tendo um aumento expressivo na década de 1990. É possível levantar discussões por diversos ângulos sobre possibilidades e motivos que levaram a esses fechamentos de instituições. Mas, aqui levantaremos o movimento de nucleação das escolas, optando pelo fechamento das mesmas por pouca demanda de alunos e o objetivo de levar crianças para estudar em escolas na zona urbana, com alegadas razões de otimização organizacional e pedagógica.

De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 23/2007, de 12 de setembro de 2007, esse processo se deveu por motivos como “baixa densidade populacional determinando a sala multisseriada e a unidocência; facilitação da coordenação pedagógica; racionalização da gestão e dos serviços escolares e melhoria da qualidade da aprendizagem” (BRASIL, 2007, p. 06). Os dados que confirmam essa perspectiva são levantados e discutidos por meios de comunicação de diversas instâncias, conforme os exemplos a seguir de notícias veiculadas:

Figura 01 - Mais de 100 mil escolas foram fechadas nos últimos 20 anos



Fonte: SBT Brasil (2022).

Figura 02 - Fechamento de vagas e escolas em zonas rurais preocupam famílias



Fonte: Rede Brasil Atual (2020).

Figura 03 - 80 mil escolas no campo brasileiras foram fechadas em 21 anos



Fonte: Brasil de Fato (2019).

Diante das reportagens, percebemos que a cessação das escolas localizadas na zona rural não é algo existente somente no município de Moreira Sales/PR, mas se estabelece em âmbito nacional. Esse fato acarretou uma grande mudança educacional e a expansão da nucleação de escolas. É possível dizer que a escola na zona rural pode ser a única porta de acesso a conhecimentos científicos que estão relacionados com vivência no campo, de modo que fechá-las pode ser um grande retrocesso e perda sociocultural. Todavia, se considerarmos os aspectos socioeconômicos, infelizmente, cessação pode ser algo inevitável e até mesmo mais viável.

Esse movimento de desativação das escolas no Campo, com o remanejamento e concentração dos estudantes em uma única escola, que em geral é no meio urbano, é chamado de nucleação escolar, ou criação de escola-polo. Tal fenômeno se efetivaria em um alegado esforço de concentração e coordenação pedagógica e de racionalização da gestão (RODRIGUES; MARQUES; RODRIGUES; DIAS, 2017).

Ademais, perante essa realidade, surgiram propostas governamentais que viabilizaram o transporte escolar, com o intuito de fechar as instituições multisseriadas e, conseqüentemente, diminuir os gastos com educação. Nesse viés:

O transporte escolar, nesse período, ampliou a oportunidade de educação escolar às populações do meio rural, tendo em vista que no campo há uma distribuição populacional geográfica dispersa e não aglomerada, no qual uma casa fica bem distante da outra, onde forma pequenas comunidades. Sendo assim, o transporte escolar deve ser uma assistência educacional que melhore as condições de deslocamento dos estudantes, viabilizado pelo deslocamento intracampo. Todavia, muitos dos governantes municipais ao longo do tempo, constantemente, viabilizam o transporte escolar no campo com o objetivo de diminuir custos com a manutenção de escolas nas comunidades rurais, assim utiliza o transporte escolar para o deslocamento em grandes percursos entre comunidades que geograficamente e culturalmente são díspares, e para agravar situação há predominantemente o deslocamento campo/cidade, distanciando as crianças, jovens e adultos de sua cultura e do seu modo de viver no e do campo (SANTOS; GARCIA, 2020, p. 271-272).

Por esse ângulo, as Políticas Públicas de implementação de transporte escolar possuiriam um intuito de diminuição de gastos referente às instituições rurais, visto que seria mais cômodo transportar as crianças até uma instituição urbana, que está com os aportes pedagógicos vigentes, do que desenvolver uma educação do e no campo, com necessários investimentos e que não proporcionaria lucros. Porém, é necessário se pensar que uma escola perto de sua residência, que considera as especificidades de ensino da criança, é um direito e considerando as conjunturas atuais, se torna um privilégio.

Essa política pública voltado ao transporte é denominada Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), e foi criada pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, na qual garante locomoção de estudantes que residem na zona rural até escolas da zona urbana, a partir de verbas destinadas à manutenção dos transportes e pagamento dos motoristas (FERREIRA; BRANDÃO, 2017). Com isso, seria possível refletir que esse programa governamental facilita o fechamento de instituições localizadas na zona rural com base no remanejamento dos estudantes até escolas urbanas. À vista disso:

[...] os poderes públicos, principalmente os municipais, são movidos pela ideia de que a manutenção do ensino no campo é economicamente insustentável para os cofres públicos, agrupando os alunos nas cidades, penalizando-os pelo transporte escolar, reduzindo o número de professores e servidores ligados às atividades de ensino, achatando salários, precarizando o ensino e prejudicando os alunos, pois as consequências do cansaço das viagens podem abranger doenças psicossomáticas, além de dificuldades para os professores na organização do planejamento de suas aulas (FERREIRA; BRANDÃO, 2017, p. 82).

Por conseguinte, é possível refletir que tal discurso de qualidade no transporte como melhoria e vantagem na locomoção de alunos pode possuir interesses hegemônicos que visam a diminuição de gastos com a educação na zona rural. Embora o acesso à escola por meio de transporte público e de qualidade seja um direito, não se deve esquecer que também há o direito de frequentar uma escola mais próxima de sua casa e que considere todas as especificidades socioculturais do ambiente no qual o estudante está inserido. Por isso, a manutenção da escola na zona rural sempre será mais importante que a garantia de transporte desses alunos para as escolas na zona urbana. Porém, na prática, pode ocorrer uma inversão de valores, como descrito a seguir:

Aos habitantes do campo, suprimem-se as demandas como transportes coletivos, ignorando até mesmo as regras de segurança para a manutenção da integridade física dos estudantes que dispõem de condições para submeter-se aos trajetos e horários de viagens diárias para frequentar escolas urbanas (DE SOUZA E SILVA; CECÍLIO; HIROSE, 2009, p. 205).

A reflexão proposta não seria envolta à validação de políticas relacionadas ao transporte escolar, mas sim à possível implementação do programa com o intuito de diminuição de gastos com a educação na zona rural e não para auxiliar com a locomoção. É claro que na prática de remanejamento de verbas é preciso considerar várias instâncias de validade de funcionamento, como

demanda de alunos, infraestrutura e verbas que, muitas vezes, não vêm destinadas para esse público.

Contudo, é preciso frisar que as Políticas Públicas deveriam trazer melhorias para a população e não meramente uma diminuição de gastos. Políticas Públicas para transporte escolar são necessárias, porém, para que o estudante tenha acesso digno à educação de forma segura e confortável e não com teor meramente mercadológico. Afirmamos que o PNATE não é o principal motivo do fechamento de instituições rurais, mas, como política pública, se tornou um aporte a mais para a efetivação das cessações.

Para além disso, com amparo da Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014, sancionada pela então Presidente Dilma Rousseff, que alterou o Art. 28 da LDB nº 9394/96 com o acréscimo do parágrafo único, é determinado que, para o fechamento das escolas no Campo, é preciso ter o consentimento da comunidade local e de órgãos normativos, perante um diagnóstico da instituição por um todo (SANTOS; GARCIA, 2020, p. 296). Embora isso seja garantido por lei, na prática, o processo também precisa considerar a demanda de alunos e a necessidade do município.

Como discutimos, em Moreira Sales/PR, efetivou-se a cessação de 36 (trinta e seis) escolas, locomovendo os alunos até a zona urbana, no processo de nucleação. Em âmbito nacional, no mesmo período de 1996 a 2002, também houve um aumento expressivo no fechamento das instituições escolares na zona rural, com 17.947 instituições tendo suas atividades encerradas (FERREIRA; BRANDÃO, 2017, p. 79). Em dados mais atuais, segundo o MST (2011), mais de 24 mil escolas do campo foram fechadas entre 2002 e 2010. Ainda nessa perspectiva:

A falta de investimento das prefeituras locais é apontada como um dos grandes motivos para o fechamento das escolas no campo. As prefeituras, por sua vez, alegam que o número de alunos matriculados não é o suficiente para manter novas unidades educacionais. Porém, o fechamento dessas escolas atingiu cerca de 83 mil alunos em todo o país (MST, 2011, p. 01).

Historicamente, a educação no Campo não é destaque nos planos governamentais, pois se refere a um ensino que não produzirá lucros, sendo considerada por muitos governantes como gasto. Ainda que o fechamento das instituições seja algo viável ao considerar as questões demográficas, não podemos desconsiderar que não há uma preocupação em garantir essas instituições. Preocupações essas que não se limitam a Moreira Sales/PR, estão implantadas nas não formulações de políticas nacionais que garantam e subsidiem essas escolas, bem como a própria permanência do indivíduo no campo.

Voltando para a realidade de Moreira Sales/PR, é preciso entender que o processo de descolamento do sujeito da zona rural para a zona urbana é um problema enfrentado historicamente em municípios de todo o país. A população de Moreira Sales/PR vem diminuindo gradativamente perante os anos e um dos motivos percebidos que levaria a isso seriam os problemas enfrentados com a falta de demanda de empregos que amparassem a população mais jovem. Dados recentes do IBGE (2022) indicam uma população de 11.175 habitantes no município, o que representa uma diminuição de 11,35% em comparação com o Censo de 2010. Vejamos a tabela com comparações dos anos anteriores a estes:

Tabela 01 - População residente estimada de Moreira Sales

Município - Moreira Sales (PR)																		
Ano																		
2001	2002	2003	2004	2005	2006	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
13.733	13.417	13.051	11.543	11.134	10.728	13.263	13.238	12.546	12.487	12.800	12.754	12.709	12.664	12.621	12.201	12.121	12.042	11.966

Fonte: IBGE, 2022.

O quantitativo populacional de Moreira Sales/PR possui uma diminuição significativa ao considerarmos os números de 1970, no auge do seu crescimento, até o ano de 2021, estendendo a 2022 como destacado acima. Os números gerais diminuiram em mais da metade e isso se deve a fatores que estão relacionados desde às taxas de natalidade e mortalidade, passando por problemas socioeconômicos envolvidos à falta de empregos e crescimento profissional. Os números são ainda maiores quando se trata da zona rural, em um nítido movimento de êxodo rural, outrora a população se fixava em sua maioria nas áreas rurais, com trabalhos que envolviam a terra, e agora a população diminuiu e se concentra mais nas cidades à procura de outros meios de garantir a subsistência. Como demonstrado a seguir:

Tabela 02 - A evolução da população do município de Moreira Sales

POPULAÇÃO	1960	1970	1980	1991	2000	2005
Urbana		5.008	7.517	10.236	9.383	7.804
Rural		18.999	11.422	6.768	4.012	3.331
TOTAL	8.121	24.007	18.939	17.004	13.395	11.135

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2000.

Ressaltamos que a tabela nos propicia uma ótica da emancipação até 2005, assim sendo, não há uma sistematização dos dados mais atuais. Contudo, se seguirmos esse parâmetro, dando continuidade às percepções já vigentes nos anos descritos na tabela acima, a estimativa

atual é de que cerca de 78% da população esteja residindo em áreas urbanas. Por conseguinte, é possível perceber a crescente diminuição de moradores da zona rural e o aumento da população urbana, porém não com igual intensidade. No contexto geral, os números de moradores estão caindo gradativamente perante os anos, com uma extremidade maior na população que antes residia na zona rural.

Nesse viés, fica perceptível o movimento populacional do município de Moreira Sales/PR. Um município que possui origens rurais, com meios de trabalho envoltos à cafeicultura e que possuía uma predominância na população no campo. Com os anos, essas formas de trabalho foram perdendo suas forças, fazendo com que a população se concentrasse mais nas cidades ou mudasse de município.

Tal processo gerou consequências para várias áreas na sociedade, inclusive na educação, evidenciado com o fechamento de instituições (tal como demonstrado no Quadro 1), no mesmo período de decadência extrema da população rural no município. A diminuição de densidade demográfica em regiões rurais é o principal fator de fechamento das instituições, porque ter acesso à instituição escolar mais próxima de sua residência e que considere seus aspectos culturais é um direito de todo estudante, mas nem sempre é possível.

Diante do exposto, percebemos que a história educacional de Moreira Sales/PR está intimamente ligada à localidade rural e ao trabalho no campo. Embora a primeira escola tenha sido construída a partir da necessidade de garantir mão de obra, não podemos destacar a vantagem pedagógica que o ato propiciou para as crianças que ali residiam, bem como para os responsáveis que exerciam as atividades trabalhistas. O funcionamento de uma instituição escolar garante melhorias para todos da comunidade na qual está inserida.

Além disso, frisamos a existência de 37 (trinta e sete) escolas localizadas na zona rural do município, no qual hoje somente uma está em funcionamento. A partir disso, podemos discutir sobre a cessação das instituições rurais, em âmbito municipal e nacional, destacando políticas públicas, e até inexistência das mesmas, que garantem e podem propiciar o fechamento das instituições. É propício relatar que o que destacamos não é a inviabilidade do programa PNAT, mas sim a utilização como aporte para a cessação das instituições.

Por fim, destacamos outro motivo considerável que leva ao fechamento das instituições em zona rural: a baixa demanda de alunos, levados pela migração dos moradores até a zona urbana. Em Moreira Sales/PR, a população como um todo diminuiu, mas esse aumento se expande quando revemos os números voltados à localidade rural. Logo, fica claro que uma mínima demanda de alunos torna inválida a existência de uma escola em cada bairro rural do município. Quando pensamos de maneira ampla, somando até a população urbana, Moreira

Sales/PR não suportaria subsidiar 37 (trinta e sete) escolas rurais, mais 4 (quatro) instituições urbanas, totalizando 41 (quarenta e uma). Não há demanda e nem verbas para isso. E, a discussão aqui estabelecida não se refere à relevância que as instituições possuem, mas sim à viabilidade de funcionamento de acordo com a realidade municipal.

Vale destacar que esses dados e conclusões são referentes às escolas localizadas em Moreira Sales/PR, as instituições cessadas descritas nas figuras 1, 2 e 3, em forma de publicações, foram utilizadas somente como comparativo. Ou seja, citamos os fechamentos em âmbito nacional para refletir que não só nessa realidade ocorrem as cessações, as conclusões de viabilidade ou não desse processo em outras vertentes não é o foco dessa dissertação.

Na próxima subseção, conheceremos a última escola rural municipal de Moreira Sales/PR, com o intuito de compreender sua realidade, vigência, permanência e mudanças estruturais perante os anos. Além disso, destacaremos a sua relevância para a população do bairro no qual está inserida.

3.3 Escola Agostinho Portello: a última escola rural municipal de Moreira Sales/PR

Entre todas as instituições de ensino na zona rural de Moreira Sales/PR, somente uma está ativa, a Escola Rural Municipal Agostinho Portello, objeto de estudo desta pesquisa. Esse nome foi em homenagem a Agostinho Portello, proprietário de grande parte das terras do bairro Vila Gianelo, e que cedeu terrenos para a construção da instituição. A escola está localizada em referido bairro rural da Vila Gianelo e surgiu da necessidade de atender crianças residentes no próprio bairro, para que as mesmas não precisassem se deslocar a uma longa distância para frequentarem a escola na sede do município.

Sua fundação foi em 1980, com autorização de funcionamento através da Resolução 3.688, de 30 de dezembro de 1982, para o Ensino do Fundamental I (1º ao 5º ano), devido à grande demanda de crianças. Com o passar dos anos e a diminuição gradativa de alunos no Fundamental I, ocorreu a implementação do ensino em Educação Infantil a partir da Resolução 4.472, de 17 de agosto de 1993. O Regimento Escolar foi aprovado pelo Parecer n. 082/2011 SEF/NRE.

As imagens a seguir retratam a estrutura física da escola em diferentes momentos históricos:

Figura 04 - Estrutura física da escola (2020)

Fonte: Secretaria da escola.

Figura 05 - Estrutura física da escola (2020)

Fonte: Secretaria da escola.

Figura 06 - Estrutura física da escola (2020)

Fonte: Secretaria da escola.

A Escola Agostinho Portello passou por algumas transformações no que se diz respeito à estrutura física. Com o passar dos anos, o prédio original apresentou problemas estruturais que poderiam colocar em risco estudantes e funcionários, por isso, optou-se pela demolição do prédio antigo e a construção de novo ambiente escolar a partir de recursos públicos. Durante esse período de construção, as crianças e professores se deslocavam para outro prédio, ofertado pela prefeitura, na cidade de Moreira Sales/PR.

As imagens seguintes ilustram esse momento:

Figura 07 e 08 - Construção do novo prédio da escola (2020)



Fonte: Moreiranet, 2020.

Figura 09 e 10 - Novo prédio da escola (2020)



Fonte: Moreiranet, 2020.

Essa construção foi um grande marco para a Escola Rural Municipal Agostinho Portello, demonstrando a grande valorização com a educação no âmbito rural do município e com a instituição em específico. Ainda mais que a construção possuiu recursos próprios da prefeitura, demonstrando a relevância do referido espaço para a comunidade local, promovendo uma valorização para o bairro Vila Gianelo.

De acordo com dados levantados junto à Prefeitura do Município de Moreira Sales/PR, o período de construção do prédio foi de maio de 2019 a maio de 2020, com um gasto equivalente a R\$169.330,03 (cento e sessenta e nove mil e trezentos e trinta reais e três centavos), oriundos de recursos da própria prefeitura. A obra possuiu o propósito de melhorar a estrutura da escola no campo que apresentava diversos riscos aos alunos e funcionários, dar

dignidade aos alunos da Vila Gianelo, proporcionando além de melhorias na estrutura física, um ambiente no qual o aprendizado possa se otimizar com climatização e acessibilidade.

Atualmente, a instituição possui uma área de terreno com 3.456,00 m², com uma construção em 409,74 m². Esse espaço é dividido em:

Quadro 02 - Distribuição do espaço físico da escola

Espaço	Área
Sala de aula nº 1	27,31 m ²
Sala de aula nº 2	25,30 m ²
Sala dos professores	12,16 m ²
Sala de informática	24,25 m ²
Sala da direção	11,34 m ²
Cozinha	25,00 m ²
Pátio coberto e refeitório	107,53 m ²
Sanitário masculino	8,21 m ²
Sanitário feminino	10,75 m ²
Sanitário dos funcionários	2,93 m ²

Fonte: Projeto Político Pedagógico da escola.

A estrutura física da instituição é bem dividida, com ambiente agradável e arejado. Com certeza, esse fato valoriza a educação e propicia um ensino-aprendizagem mais significativo. Mesmo que a instituição possua apenas 26 (vinte e seis) alunos, é preciso que sua estrutura seja apta para recebê-los de uma forma saudável e que garanta seu bem-estar.

Toda essa estrutura oferece aporte para a comunidade escolar, que, em sua maioria, possui um perfil de trabalhadores agropecuários. Majoritariamente, o perfil socioeconômico pode ser classificado como classe média, mas há aqueles que possuem condições sobressalentes e também os que necessitam de auxílio para a subsistência.

Como característica de escola na zona rural, o processo educativo está envolto ao ensino multisseriado devido à baixa demanda de alunos. Nessa perspectiva, são reunidas salas com alunos de faixas etárias semelhantes para que um docente consiga lecionar de forma simultânea para as duas turmas. Embora pareça algo não funcional, exigindo um trabalho maior do professor, o ensino multisseriado pode sim ser eficiente, assim como destacado na segunda seção da dissertação.

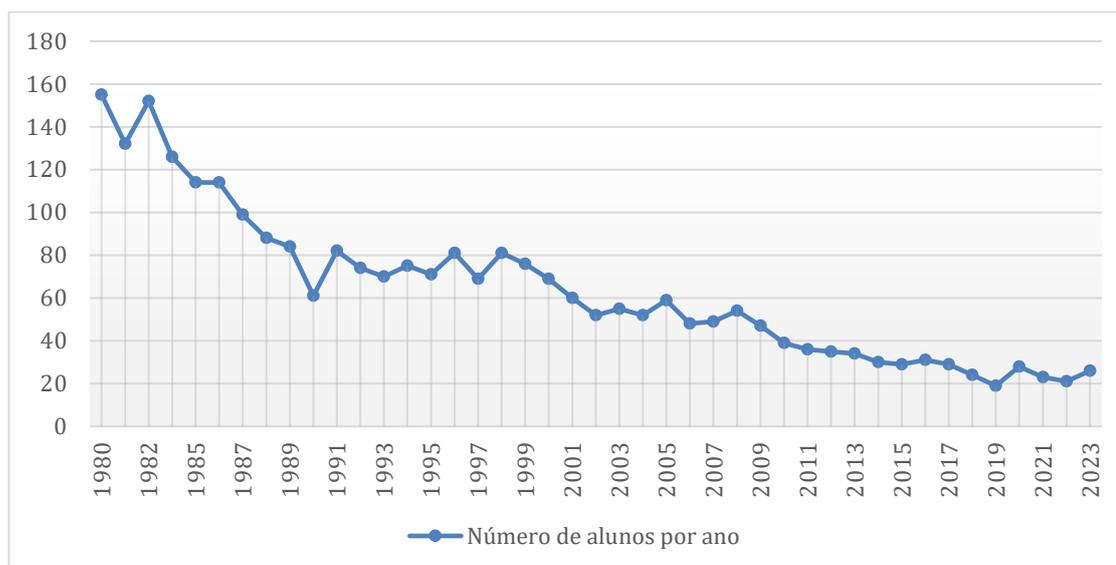
Uma das características positivas é que as crianças que estão em anos abaixo sempre poderão aprender com as explicações para outra turma e aqueles que estudaram o assunto acabam retomando as temáticas. Há uma relação de troca de saberes interessante que favorece

o ensino-aprendizagem. Todavia, o trabalho do docente é mais complexo e determina uma metodologia de ensino diferenciada, assunto discutido na segunda seção.

A demanda de alunos na instituição delimita esse processo educativo e é algo que vem decaindo conforme os anos, e esse fato se deve à diminuição gradativa de moradores no bairro Vila Gianelo. Sabemos que o trabalho é algo que garante a permanência do indivíduo em determinado espaço comunitário; não tendo este meio de subsistência, os indivíduos se mudam para cidades em busca de uma vida melhor, além de que nem todos gostam de trabalhar com agricultura e pecuária.

Esse fato fica nítido no momento em que observamos os números de alunos da escola por ano. Assim, e tal como as outras escolas da zona rural que foram citadas, a Escola Agostinho Portello também enfrenta problemas com diminuição de demandas de alunos, como eluciado no gráfico a seguir:

Gráfico 01 - Número de alunos por ano



Fonte: Elaborado pela autora.

Ao observarmos os dados, é possível refletir sobre a significativa diminuição de alunos desde a fundação da instituição até os dias atuais. No primeiro ano de escola havia 158 (cento e cinquenta e oito) alunos, atualmente há 26 (vinte e seis). Essa diminuição está intimamente ligada ao processo de êxodo rural ocorrido em todo município. Os dados demonstrados anteriormente na Tabela 1 reafirmam esse fato. Moreira Sales é um município com origem rural, que no seu primórdio a população nesse ambiente predominava, mas com o passar dos anos houve grande diminuição populacional dos indivíduos.

Quando relacionamos os números da Tabela 1 com os do Gráfico 1, é possível refletir que os anos de 1980, período de inauguração da escola, foi o momento de início da saída da população rural rumo à transição para a população urbana. Esses dados refletem diretamente nos números de alunos da instituição, que vem decaindo por consequência da diminuição da população na zona rural.

É preciso uma concepção ampla quando refletimos sobre esse processo, visto que a escola deve acompanhar o movimento da sociedade, estando ela para servir a população e, por consequência, tudo o que afeta a população, seja nos planos socioeconômico, sociocultural ou demográfico, estará consideravelmente presente no ambiente escolar. Não se limitaria aqui a discussão dos vários fatores que levam uma família a sair do ambiente rural, mas é propício dizer que essa mudança é constante e provoca consequências igualmente dentro das instituições rurais.

Mesmo que seja ofertada para poucos alunos, não se deve desconsiderar a relevância que uma instituição escolar possui no ambiente rural. A escola por si só já pode se garantir como centro de sociabilização, visibilidade e acesso à cultura e educação, visto que na zona rural isso se expande ao considerarmos as perspectivas de pertencimento e localidade. Fato comprovado diante de todas as relações estabelecidas no bairro Vila Gianelo.

As relações que ocorrem no entorno da instituição, seja ela por meio familiar ou como aporte sociocultural ou econômico, pode determinar a vida dos indivíduos que ali residem. Por isso, a instituição escolar possui importância na vida do indivíduo, uma vez que ela movimenta o ambiente no qual está instalada e viabiliza socializações e valorização de todos da comunidade local. Portanto, se a escola está localizada no âmbito onde reside, essas relações possuem mais significado, por poder relacionar melhor o aprendizado em sala de aula com as práticas educacionais. À vista disso:

[...] os sujeitos tornam-se educados quando aquilo que foi aprendido na escola se reverte em conhecimentos para o fortalecimento da sociedade com a qual convivem, por isso, a função social do educar-se na escola implica abrir-se para o mundo, para aventurar-se a aprender, buscar, conhecer e a compreender o que se expõe diante da realidade inserida (ALVES; ZANOTTO, 2019, p. 141).

Toda educação se efetiva no momento em que o estudante consegue relacioná-la com o meio onde vive, pondo em prática o que se aprendeu na instituição escolar. A metodologia na escola deve ser proposta a partir de caminhos que sejam significativos para os alunos. Após

esse processo, a aprendizagem somente poderá se efetivar no momento em que seja instituída nas vivências do estudante.

A educação pode ser o ponto de transformação social, mas para isso a instituição deve possibilitar ferramentas para acolher os estudantes e toda a comunidade em formas de relações que respeitem todos os aspectos culturais e socioeconômicos do seu seio social. As questões socioafetivas que se estabelecem diante dessas questões são de total relevância para tornar o processo de ensino-aprendizagem significativo.

Contudo, compreendemos a fundação e reestruturação da última escola rural municipal de Moreira Sales/PR. Escola que possui características pedagógicas de multisseriação devido à pouca demanda de alunos, que vem em consonância à diminuição gradativa de moradores da zona rural do município. Esse fato está bem destacado no Gráfico 1, no momento em que observamos restrição de alunos ao considerar o quantitativo da fundação da instituição até os dias atuais. É importante destacarmos que a escola resiste a 36 (trinta e sete) fechamentos e isso é de extrema importância para a comunidade.

Ademais, as instituições próximas à residência alcançam a comunidade local e escolar na qual a criança está inserida no dia a dia e isso promove grandes vantagens para os aspectos socioculturais que estão de acordo com a realidade, considerando igualmente os aspectos específicos dos indivíduos que a permeiam. Seja localizada na zona rural ou urbana, uma escola próxima à residência do estudante garante uma maior aplicação da realidade no processo educacional e, por consequência, valoriza e possibilita um processo educacional mais significativo e coerente.

Vale destacar que cada comunidade possui suas características específicas, algumas propõem e exigem questões de lutas de classes, pertencimento e permanência no campo. Por outro lado, outras apenas preveem uma escola localizada mais próxima da residência, ampliando a valorização do bairro, bem como a facilidade e comodidade. Ambas as perspectivas validam a instituição, pois o necessário é a educação estar de acordo com o processo sociocultural e educacional da comunidade que atende, por isso a grandiosidade em ter uma escola no bairro onde a criança reside.

Enfim, nessa seção discutimos as possibilidades em torno do recorte espacial, discutindo a realidade que permeia o objeto de estudo. Na próxima seção, aprofundamos as questões práticas da investigação, envolvendo especialmente a pesquisa de campo a partir das entrevistas semiestruturadas. Para que assim seja possível refletirmos a respeito das especificidades e dificuldades do processo de ensino-aprendizagem, tal como as relações sociais na última escola na zona rural do município de Moreira Sales/PR.

4 DIÁLOGOS E ANÁLISES: O CASO DA ÚLTIMA ESCOLA RURAL MUNICIPAL DE MOREIRA SALES/PR

Ao longo da dissertação percebemos a nítida diferença entre Educação Rural e Educação do Campo. A Educação Rural possui características semelhantes à educação ofertada na zona urbana, sem distinção de localidade, promovendo uma educação que está de acordo com as perspectivas do capital. Outrora, a Educação do Campo possui um sentido de luta do povo campestre, luta de classe voltada para questões sociais, econômicas e culturais, indo além do educacional. Porém, mesmo com objetivos distintos, entendemos que ambas as formas de ensino são válidas e relevantes de acordo com seu contexto de aplicação, bem como que as políticas públicas envolvidas a ambas as concepções se entrelaçam e, na prática, muitas vezes não consideram a distinção dos diferentes processos.

Fizemos também a delimitação de espaço, ao conhecer o Município de Moreira Sales e sua história educacional, discutindo sobre a municipalização e a cessação das escolas no meio rural. Tal fechamento se funda por motivos que variam entre o êxodo rural e a diminuição de gastos, ao considerar que havia 37 (trinta e sete) escolas rurais no município e atualmente (2023) se encontra somente uma em funcionamento, sendo esse nosso objeto de estudo. A partir disso, refletimos sobre a importância dessa última instituição para a comunidade local, como espaço de sociabilidade, suas vinculações, relações e conhecendo o processo de ensino-aprendizagem.

Ao relacionar a teoria levantada com a realidade do objeto de estudo, surgem os questionamentos: a última instituição no meio rural de Moreira Sales é uma Escola Rural ou do Campo? Quais políticas públicas regem essa instituição? O fechamento das instituições rurais foi viável para o município e para a comunidade local no qual a escola se estabelecia? Qual o impacto que o fechamento dessas instituições traz para o bairro? Qual a relevância da última instituição rural para a comunidade da vila na qual está situada? Todos(as) conhecem sua relevância tanto em questões sociais quanto educacionais?

Diante de tais questionamentos, esta quarta seção dispõe um diálogo analítico referente a um estudo de caso na última escola rural municipal de Moreira Sales, com o intuito de relacionar as teorias aqui já discutidas com a realidade do objetivo estudado a partir de resultados levantados com entrevistas semiestruturadas. Para tanto, a seção foi subdividida em tópicos para melhor compreensão e escrita, de acordo com eixos direcionadores e respeitando os segmentos de cada entrevistado(a), como será evidenciado.

4.1 Procedimentos metodológicos

Para que a pesquisa se efetive é necessário traçar um procedimento metodológico como forma de destinar os caminhos a perseguir. A presente pesquisa adotou como procedimento metodológico a pesquisa de campo, com o intuito de discutir questões pedagógicas, econômicas e socioculturais envoltas à última Escola Rural Municipal de Moreira Sales, além de refletir sobre as instâncias de vivências e formação cidadã da comunidade escolar no bairro no qual se localiza a instituição. Segundo Gonsalves (2019, p. 67):

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

Desse modo, é necessário observar a fundo a efetivação desse ensino no âmbito real, ou seja, na própria escola e na comunidade local. Estar em contato com o fenômeno permite conhecê-lo de maneira mais aprofundada e assim desenvolver práticas que possam corroborar no processo educacional e desenvolver a criticidade referente à realidade atual.

A pesquisa de campo se efetivou a partir de entrevistas semiestruturadas. Embora as questões já estejam pré-descritas, a entrevista semiestruturada possui um caráter flexível, no qual permite um diálogo entre o entrevistado e o entrevistador. Lavige e Dionne (1999) afirmam que:

A entrevista semiestruturada oferece maior amplitude na coleta dos dados, bem como uma maior organização: esta não estando mais irremediavelmente presa a um documento entregue a cada um dos interrogados. Por essa via, a flexibilidade possibilita um contato mais íntimo entre o entrevistador e o entrevistado, favorecendo assim a exploração em profundidade de seus saberes, bem como de suas representações, de suas crenças e valores (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 188-189).

Com a entrevista semiestruturada é possível, de forma dialógica, discutir sobre o assunto proposto. Elaboramos questões direcionadoras, mas que são flexíveis e se expandem a partir de assuntos que surgem com a entrevista. Com essa forma de pesquisa é possível redirecionar a entrevista caso o entrevistado apresente um saber maior com determinado assunto, reorganizando o diálogo e tornando a entrevista mais rica em detalhes e significativa para a pesquisa.

A elaboração das questões semiestruturadas considerou o objetivo da pesquisa em relacionar os conceitos estudados na prática na instituição escolar, questionando as questões entre Escola Rural e Escola do Campo, políticas educacionais voltadas para esse público e as características da educação no município de Moreira Sales. Para isso, os(as) entrevistados(as) foram divididos em três segmentos: professores/funcionários; responsáveis/familiares e gestores.

Para cada grupo foram elaboradas questões com o mesmo caráter, mas direcionamentos diferentes, uma vez que, no momento da entrevista, se considerava a relação do(a) entrevistado(a) com o objeto de pesquisa. Ou seja, são segmentos congruentes, com as mesmas questões semiestruturadas, o diálogo poderia e tomaram rumos diferentes, a partir do saber e envolvimento do(a) entrevistado(a). Dentre as questões, o que se assemelha é que as entrevistas iniciavam com apresentação e findavam com um questionamento sobre desejos para a instituição. As outras questões variavam entre questões educacionais, políticas e socioculturais, com linguagem e perspectiva adequada a cada setor entrevistado.

Para o segmento professores/funcionários, nos preocupamos em perguntar questões do dia a dia da instituição, que variaram em questões sobre formação e apoio docente, distribuição de alunos em sala de aula e processo de ensino-aprendizagem. Teve-se como objetivo compreender o processo pedagógico da instituição na prática, pelo olhar dos próprios funcionários.

As questões para o segundo segmento, familiares/responsáveis, tiveram uma linguagem mais informal e questionamentos mais simples e objetivos relacionados à importância da escola para a comunidade local, participação no processo de ensino e desenvolvimento intelectual dos estudantes na instituição. Para que assim fosse possível entender qual o relacionamento da comunidade escolar com instituição e até que ponto são envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Além de entender a relevância social da escola.

Por fim, as questões do segmento de gestores perpassaram as pautas pedagógicas até as políticas, questionando a relação entre governança e entidade escolar. Nos preocupamos em proporcionar reflexões referentes ao olhar de gestor sobre o funcionamento e a preocupação do município com o processo de ensino-aprendizagem no Campo.

As entrevistas desta pesquisa ocorreram em locais combinados com o(a) entrevistado(a), sendo residência ou trabalho. Como material de apoio, utilizou-se uma folha impressa com as questões semiestruturadas, com o intuito de orientar, e um gravador de áudio para capturar o diálogo, que durou em média vinte minutos. No total, foram entrevistadas 12 (doze) pessoas: quatro professores/funcionários; quatro responsáveis/familiares e quatro

gestores. O número de entrevistados é reduzido pelo fato de que, como é localizado em zona rural, o objeto de estudo possui poucas pessoas envolvidas no seu processo de funcionamento.

Atualmente, há apenas três professores, uma pedagoga, uma secretária e duas funcionárias de serviços gerais. Dentre esses, apenas três foram entrevistados, isto porque os outros iniciaram na instituição há pouco tempo e não possibilitaria uma reflexão profunda.

No segmento professores/funcionários, foram subdivididas em: um funcionário e uma professora atual e um funcionário e uma professora aposentada. Destarte, foi possível relacionar as vivências do cotidiano em tempos distintos e períodos diferentes de funcionamento da instituição nos aspectos pedagógicos e práticas cotidianas.

No segundo segmento, responsáveis/familiares, foram entrevistadas três mães responsáveis por crianças que estão matriculadas na instituição, sendo que uma delas também possuiu um filho estudante de alguns anos atrás e uma mãe que estudou na instituição e logo após os filhos também estudaram. Por consequência, foi possível observar a visão dos responsáveis sobre as perspectivas de ensino em períodos diferentes.

O último segmento, gestores, conta com três gestores atuantes, a coordenadora escolar, a secretária municipal de Educação, que assume o papel de diretora escolar, e o prefeito municipal, promotor da obra na qual construiu o novo prédio da escola. Também foi entrevistada uma coordenadora pedagógica que trabalhava na Secretaria Municipal de Educação no momento em que ocorreu a cessação das instituições no meio rural em Moreira Sales. Dentro desse segmento, entramos em contato com a secretária municipal de Educação atuante nesse referido período de cessação das instituições rurais, mas não recebemos resposta.

A escolha dos(as) entrevistados(as) proporcionou uma reflexão sobre o olhar gestor perante à instituição, assim como as propostas de ensino e pensamento político envoltos à escola no Campo. Além disso, ao voltar ao passado e relembrar a cessação das instituições, foi possível compreender o processo de municipalização das escolas em Moreira Sales, quais impactos trouxe para a cidade e para o campo, além de entender o real motivo pelo qual a última escola rural ainda está em funcionamento.

A escolha da metodologia como estudo de caso e o procedimento de análise como entrevistas semiestruturadas foram relevantes para a efetivação desta pesquisa. A pesquisa de campo proporcionou uma interação na prática com o objeto de estudo e, a partir das entrevistas semiestruturadas, houve o enriquecimento da escrita, no qual trouxe à tona questões essenciais para fundamentação e validade de forma dialógica, considerando os saberes de cada entrevistado(a) e a relação do(a) mesmo(a) com a instituição escolar como objeto de investigação.

Por fim, para além de entender o teórico, é preciso compreender a prática. E, para isso, o processo de levantamento de dados e pesquisa *in loco* por meio de entrevistas semiestruturadas foram essenciais e as análises decorrentes serão descritas e abordadas nas subseções a seguir.

4.2 Análise de resultados

As análises das entrevistas semiestruturadas serão exploradas nas subseções a seguir. Vale ressaltar que, no fim das entrevistas, ocorreu a transcrição das respostas para facilitar a análise dos dados e relacioná-los com questões teóricas da dissertação. Para melhor compreensão, dividimos o processo de análise de acordo com os eixos discutidos, sendo eles: 1) Processo pedagógico; 2) Gestão e Políticas Públicas; 3) Procedimento e Impacto Cultural; e 4) Cessação das escolas rurais e resistência da última escola no campo de Moreira Sales.

Além disso, dentro dos eixos direcionadores, fizemos reflexões analíticas das respostas referentes a cada segmento de entrevistados, sendo esses: professores/funcionários, gestores e responsáveis/familiares. Para cada entrevistado(a), ressignificamos o seu nome de acordo com sua função referente ao objeto de estudo, visando manter o anonimato e respeitando práticas éticas na pesquisa. Observemos o perfil dos segmentos professores/funcionários e gestores:

Quadro 03 - Perfil dos professores/funcionários e gestores entrevistados

Sigla correspondente	Segmento	Tempo de trabalho na instituição	Situação atual de trabalho	Gênero	Idade
P1	Professor	26 anos	Atuante	Feminino	46 anos
P2	Professor	31 anos	Aposentada	Feminino	58 anos
F1	Funcionário	25 anos	Atuante	Feminino	60 anos
F2	Funcionário	30 anos	Aposentada	Feminino	65 anos
G1	Gestor	6 anos	Atuante	Masculino	36 anos
G2	Gestor	16 anos	Atuante	Feminino	62 anos
G3	Gestor	6 anos	Atuante	Feminino	48 anos
G4	Gestor	19 anos	Atua em outra instituição	Feminino	65 anos

Fonte: Elaboração da autora.

No segmento professores/funcionários, chamamos os professores de P1 para professora atual e P2 para a professora aposentada, e os funcionários de F1 para a funcionária atual e F2

para a funcionária aposentada. No segmento gestão, os(as) entrevistados(as) foram nomeados(as) de G1 a G4, envolvendo os cargos e funções já descritos anteriormente. Como destacado no processo metodológico, a escolha de profissionais atuantes e aposentados para a entrevista possui o intuito de dialogar com o passado e refletir questões pedagógicas, gestoras e políticas estabelecidas na contemporaneidade.

O terceiro e último segmento entrevistado corresponde aos responsáveis/familiares, no qual foram entrevistadas quatro mulheres responsáveis por crianças que estão ou já foram matriculadas na Escola Agostinho Portello. Vejamos o perfil das mesmas:

Quadro 04 - Perfil dos responsáveis/familiares entrevistados

Sigla correspondente	Segmento	Profissão	Gênero	Idade	Situação do estudante dependente
R1	Responsável	Do lar	Feminino	23 anos	Matriculado
R2	Responsável	Do lar	Feminino	36 anos	Matriculado
R3	Responsável	Vendedora autônoma	Feminino	48 anos	Matriculado/ Concluente
R4	Responsável	Vendedora autônoma	Feminino	58 anos	Concluente

Fonte: Elaboração da autora.

Por fim, para o segmento responsáveis/familiares, utilizamos R1 e R2 para os responsáveis de crianças matriculadas na instituição objeto de estudo, R3 para o responsável que possui filho matriculado atualmente, bem como foi responsável de aluno em outros tempos e R4 para a responsável por alunos que frequentaram a instituição anos atrás. Além disso, assim como nos segmentos descritos acima, os responsáveis foram selecionados para que fosse possível o diálogo entre concepções dos responsáveis em períodos distintos.

Vale destacar que, embora cada segmento tenha suas particularidades, com direcionamentos diferentes, todos estão interligados entre si, visto que o processo pedagógico está intimamente conectado com questões políticas e gestão da educação, que também se relacionam com questões socioculturais nas quais a comunidade escolar está inserida e com a percepção do fechamento das instituições rurais como um reflexo dos processos socioeconômicos. Embora divididos por segmentos, as entrevistas se entrelaçam e serão refletidas de modo amplo. Ou seja, a divisão da análise foi pensada para que haja reflexão de acordo com os eixos de encaminhamento, comparando e discutindo as respostas das várias instâncias entrevistadas. Ainda que haja uma mínima diferença entre as questões formuladas e apresentadas para cada segmento, foi considerada sua relevância como um todo. As entrevistas

semiestruturadas permitem essa flexibilidade e processo analítico, como será demonstrado a seguir.

4.2.1 Processo pedagógico

Nessa subseção analisamos as entrevistas voltadas ao âmbito pedagógico. Embora se relacione de forma mais ampla perante o segmento professores/funcionários, também se relaciona com os outros segmentos, visto que o processo pedagógico está envolto a todos os segmentos, sejam professores, funcionários, gestores e comunidade escolar, isto é, as questões aqui discutidas terão o caráter pedagógico perante o olhar de todos os segmentos. Mesmo que a entrevista semiestruturada possua um caráter flexível, no qual cada entrevista tenha seu rumo específico, o direcionamento da entrevista por eixo e por cada segmento foi desenvolvido como descrito abaixo.

Referente ao segmento professores/funcionários, utilizamos as seguintes perguntas como referência: 1) Quais as especificidades encontradas no processo de ensino em uma escola em âmbito rural? Qual o perfil educacional desse aluno(a)? 2) Por consequência do número de alunos(as), a escola em âmbito rural tem uma característica específica que influencia diretamente no processo de ensino-aprendizagem: a multisseriação. Quais são os desafios encontrados nessa modalidade? Como ocorre o planejamento e desenvolvimento das aulas? Como é a participação dos(as) alunos(as)?

Para o segmento responsáveis/familiares: 1) A escola possui poucos alunos(as) e trabalha com a modalidade multisseriada. Você sabe o que isso significa? 2) Em algum momento a instituição se preocupou em explicar os diferentes métodos de ensino-aprendizagem desenvolvidos na escola em âmbito rural? 3) Você, como responsável, se sente inserido(a) na instituição como participante ativo?

Por fim, para o segmento gestores: 1) Você acredita que as famílias dos(as) alunos(as) sabem os pressupostos de ensino da escola? O que você, como gestor(a), faz ou pode fazer para proporcionar que todos da comunidade escolar do âmbito rural sejam participantes ativos no ensino-aprendizagem?

O processo de ensino-aprendizagem está relacionado com os saberes do senso comum dos estudantes, crianças chegam nas instituições escolares, sejam elas no campo ou na cidade, com saberes envoltos ao meio no qual estão inseridas. Por isso, antes de entender o processo de ensino dentro da instituição, é preciso compreender os conhecimentos prévios e vivências desse

aluno(a) até que ele chegue e tenha acesso ao conhecimento científico. Com esse intuito, as entrevistas proporcionaram o seguinte questionamento:

Quais as especificidades encontradas no processo de ensino em uma escola em âmbito rural? Qual o perfil educacional deste aluno(a)?

As crianças que moravam em uma zona rural, antes da internet, a gente poderia falar que eles chegavam na escola, diferente de um aluno da cidade, tendo em vista lá que eles ficam, é mais na natureza. As brincadeiras são diferentes porque não tem tudo o que vai ter aqui. [...] Eu acredito que não existe mais tanto essa diferença. Tanto os alunos da cidade como os alunos da zona rural, eles não saem da internet, então assim, aquelas brincadeiras eu tinha antes, os de lá não fazem mais, está entendendo? É igual os daqui. Hoje você vê poucos alunos nossos pulando em árvore, essas coisas, eles estão fazendo as mesmas brincadeiras da cidade, não tem mais aquela diferença que antes era notada. Sobre a situação financeira, é baixo, e isso atrapalha bastante, até o psicológico das pessoas que trabalham ali, sabe? Então, você conversa com um, principalmente os pequenos “hoje eu só comi arroz” e a gente fala “lá na merenda tem que comer feijão, tem que comer isso, tem que comer aquilo, porque tem vitamina”. Aquela história, “Ai, hoje só comi arroz”. “Porque você comeu só arroz? Mas o feijão também é gostoso”. Aí eles respondem: “mas o feijão acabou”. Então, você fica assim “meu Deus, e agora? O que que eu vou fazer essa criança?”. Não são todos, não é? Tem alunos ali que a situação financeira é boa, mas aí quando pega aqueles um que a situação financeira não é boa, não é boa mesmo, entendeu? Aí é baixa (G3, 2023).

Elas têm uma bagagem diferente das outras crianças, porque elas têm mais liberdade, são mais soltas. Porque até o falar delas são diferentes, né? Elas chegam na escola e todos lá fazem parte da vida dela fora da escola. [...] Talvez eu estou saindo aqui no portão, para, aí vem vindo um aluno do lado, a gente já fala assim “oh fulano, espera minha filha para ir com você”. [...] Sobre o financeiro, no geral, é mais carência, mais dificuldade financeira (F1, 2023).

Embora esse questionamento tenha sido feito a todos os(as) entrevistados(as), aqui discutiremos somente essas duas respostas, no geral todas se assemelham e estas aqui citadas sintetizam melhor os resultados. Dito isso, ao refletirmos sobre o perfil dos estudantes que chegam até à instituição localizada no Campo, encontramos dois pontos principais: o fato da tecnologia estar presente na vida de todas as crianças, inclusive as que residem no campo; e como o fato de estarem em uma comunidade pequena, onde todos se conhecem, reflete no processo de ensino.

O primeiro ponto nos faz refletir sobre como a modernização chegou ao campo. Assim como G3 relatou, em tempos atrás, as crianças que residiam nesse espaço possuíam brincadeiras diferentes, as consideradas tradicionais. Atualmente, as crianças acabam deixando essas de lado para o uso da internet, seja no ambiente rural ou no campo. Uma vez que, o uso de aparelhos tecnológicos se torna prioridade para crianças, suprimindo o lugar das brincadeiras, bem como o ensino tradicional (SILVA; BORTOLOZZI; MILANI, 2019).

Ao voltarmos para a população da zona rural, é pertinente se pensar que as crianças no campo ainda possuem uma intimidade maior com a natureza e, por consequência, com o cultivo da terra, ou seja, reconhecem e participam de processos agropecuários; porém, ao se falar de relações com o meio social, não se pode desconsiderar que há uma expansão de vivências que vão além de questões que permeiam essa realidade. Aliás, a tecnologia permite que da sua localidade seja possível “viajar o mundo” sem sair do lugar.

O Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.Br, por meio do TIC Domicílios, destaca que no ano de 2021, última pesquisa registrada sobre o tema, cerca de 73% da população moradora na zona rural possui acesso à internet, aumento expressivo ao considerar dados de 2019 que consistia em 53% (CGL.Br, 2021). Diante dos fatos, é possível repensar os aspectos culturais pré-estabelecidos à realidade no campo e, por consequência, ao(à) estudante que reside e estuda no Campo. Estamos em tempos tecnológicos, a sociedade se expande a partir da tecnologia, e esse fato também influencia no Campo e as escolas nesses meios devem se preparar para essas transformações.

O segundo ponto, ainda que de forma indireta, também interfere no ensino-aprendizagem. Uma comunidade localizada no campo normalmente possui poucos moradores; como consequência, todos se conhecem e possuem algum vínculo, isto é, na comunidade onde se localiza o objeto de estudo, os funcionários conhecem todas as crianças, responsáveis e familiares e convivem com eles em outros ambientes, como igreja, comércio e demais espaços públicos. Essa realidade faz com que as crianças tenham mais liberdade dentro da instituição, pois se sentem à vontade com todos que ali trabalham.

Assim como afirmou um responsável: “Aqui meu filho brinca na rua, vai à escola sozinho e eu não tenho medo de deixá-lo livre assim” (R2, 2023). Ao refletirmos sobre essa fala e relacionarmos com a citada pela funcionária F1, percebemos que o fato de a criança estar em um ambiente no qual promove uma maior liberdade e permite um incentivo à autonomia, transforma o ambiente escolar. Além das crianças se sentirem mais confiantes, pelo fato de conhecerem a fundo todos que ali trabalham, elas se sentem em uma extensão de sua casa, onde podem agir com mais liberdade e naturalidade.

Ao refletirmos sobre os aspectos financeiros, é possível perceber que a maioria dos estudantes estão classificados em uma faixa socioeconômica baixa, com vulnerabilidades. Vale destacar que, embora estejam morando no Campo, nem todos trabalham com o cultivo da terra, alguns exercem trabalhos em granjas, cooperativas e trabalham em setores comerciais na cidade. Por isso, essa baixa renda não se deve somente à agropecuária, mas está relacionada ao valor da mão de obra e à influência desse valor na qualidade de vida dos moradores, por

exemplo. Todavia, o que aqui se faz pertinente é pensarmos a realidade da fome e pobreza, que pode ocorrer em todas as localidades. Criança com fome não aprende e isso é um problema que vai além do educacional, perpassa ao social e reflete diretamente em todo o meio em que vivem.

Assim sendo, ao traçar o perfil dos(as) estudantes do objeto do estudo, é possível refletir que não se pode mais considerar que no campo os(as) alunos(as) não possuem acessos às tecnologias, uma vez que estas estão por toda a parte e já são uma realidade em todas as localidades. Além do mais, ainda que as crianças estejam na classe baixa e que muitos passem necessidades de alimentação, ainda assim possuem acesso às questões tecnológicas. A fome é existente, mas a falta de contato com os conceitos midiáticos, não. Para além disso, percebemos também que o fato de a comunidade ser pequena corrobora para os desenvolvimentos das crianças, que afloram a liberdade e autonomia dentro de sala e no ambiente escolar como um todo.

Já traçado um sucinto perfil dos(as) estudantes, nesse momento discutiremos sobre o processo pedagógico. O ensino-aprendizagem em instituições localizadas no Campo possuem uma característica específica, a multisseriação, na qual há mais de uma turma na sala sobre diligência do(a) mesmo(a) docente. Isso se deve ao fato de que há poucas matrículas e para que haja uma turma mais numerosa e otimize o tempo do(a) professor(a) e espaço da instituição, há a junção dos(as) alunos(as). Ao questionar os(as) docentes sobre o modo de ensino, responderam:

Por consequência do número de alunos(as), a escola em âmbito rural tem uma característica específica que influencia diretamente no processo de ensino-aprendizagem: a multisseriação. Quais são os desafios encontrados nessa modalidade? Como ocorre o planejamento e desenvolvimento das aulas? Como é a participação dos(as) alunos(as)?

Vou começar pelas vantagens. As vantagens, eu acho assim, é eu trabalhando com a turma, por exemplo, trabalho primeiro e segundo, vamos supor, não é? Eu trabalhando com o primeiro, aqueles alunos que já estão lá no segundo e que ainda não atingiu aquele nível de segundo ano, eles já retomam aquilo que eu estou trabalhando com primeiro e já conseguem fixar, aprender melhor e dar continuidade do segundo. Eu trabalhando com o segundo, ao mesmo tempo explicando no primeiro, eu falo com eles para prestar atenção no que eu vou falar com o segundo que eles precisam do silêncio. Aí o primeiro ano: “já aprendi”. [...] Eles conseguem adquirir vários conhecimentos do segundo ano no primeiro. Eu percebo, assim, que o segundo ano eu peço muitas vezes para eles ajudarem o primeiro, então isso eu acho uma vantagem, porque daí o segundo, como eles já conseguem mais, conforme eles vão desenvolvendo as atividades e aqueles, principalmente aqueles que gostam e costumam, né? Terminar primeiro tem sempre aqueles que conseguem, desenvolver atividade primeiro eles já ajudam também o primeiro ano e com isso eu acho uma grande vantagem que um ajuda o outro, um aprende com o outro. Mas a questão, assim, da dificuldade é trabalho dobrado. [...] Por exemplo, você tem que ter

dois quadros, uma parede invisível, entendeu? Você tem que trabalhar com aquela turma, aqueles conteúdos todos com aquela turma e com a outra turma também que você não pode deixar a desejar. Então, assim, você tem que estar ligadinha, tem que estar com bastante atenção, né? Pra não deixar a desejar para eles, que eles precisam também de tempo, geralmente você vê que o tempo é curto, né? Então, você tem que muitas vezes acelerar e para dar conta do recado. [...] Eu aproveito, assim, uma história que eu conto, uma história que eu leio. Eu aproveito para trabalhar com as duas turmas, assim como atividades, exercícios diferenciados, né? Para cada qual se unir. Não é que cada um tem o seu nível, então eu bolo assim, eu preparo a atividade diferenciada, mas às vezes eu aproveito a mesma história, às vezes um mesmo texto, mas primeiro, segundo, quarto, quinto não é um mesmo texto, mas daí na hora da resolução da atividade é diferenciada (P1, 2023).

Sempre me dei bem nesse trabalho, porque os próprios alunos ajudavam os outros, uns ajudando o outro. E é um trabalho que você tem que fazer assim, em união e sempre atenta a todas as situações, porque há aqueles que são rapidinhos. Aqueles que demoram mais com suas atividades, e aí a gente tem que ser criativo e usar meios que um ajude o outro. Então, é todo o tempo eu trabalhei dessa forma com multisseriada e sempre me dei bem no trabalho. Sempre assim, fazendo com que eles se ajudem entre si, a gente coordenando e direcionando todo o trabalho, mas sempre fazendo um trabalho assim. [...] É questionando, é pesquisando, uma atividade diferenciada, resolvendo. Ser um professor criativo, porque se for um professor que não tem muito ânimo e criatividade, ele não desenvolve um bom trabalho porque exige muito (P2, 2023).

Diante do exposto, é interessante destacar o olhar positivo das docentes sobre o processo multisseriado. Embora P1 relate sobre o “trabalho dobrado” perante essa modalidade, ela inicia sua fala destacando as vantagens no ensino, demonstrando os pontos que valoriza esse processo educacional. Em uma sala multisseriada encontram-se crianças com níveis diferentes de aprendizagem, divididas em dois, ou mais, anos de ensino. No momento em que a docente está ensinando um ano, é possível que o outro esteja atento e aprenda com isso. Ou seja, com o multisseriado, as turmas se ajudam, os(as) alunos(as) maiores que necessitam de retomada de conteúdo conseguem participar da aprendizagem com a outra turma. Outrora, o(a) aluno(a) que está no ano anterior e possui capacidade de avançar, pode conseguir isso no momento em que participa da explicação do ano à frente.

Em contraponto, o ensino multisseriado acarreta uma sobrecarga para o(a) docente em questão de trabalho, além de promover planos de aulas dobrados, os(as) docentes precisam se reinventar na hora da aula, levantando estratégias para que ambas as turmas tenham uma aprendizagem significativa. Tanto P1 como P2 destacaram a necessidade de o(a) professor(a) em sala multisseriada se reinventar à cada aula, procurando estratégias que envolvam os(as) estudantes e façam que os(as) mesmos(as) corroborem com o processo de ensino-aprendizagem da sua turma e dos(as) colegas que estão no outro ano.

Ambas as docentes demonstraram satisfação em trabalhar com esse processo de ensino, além disso, em nenhum momento questionaram a validade do multisseriado. Ademais, perseveraram em dizer que esse processo de ensino é viável e vantajoso, embora seja cansativo para os(as) docentes. Todavia, não podemos deixar de destacar a sobrecarga de tarefas, apesar que seja algo significativo para os(as) estudantes, é preciso que seja saudável para os(as) docentes. Por isso a importância de políticas voltadas ao plano de carreira que amparem esses professores(as) e suas práticas.

Vale destacar que, no município no qual se encontra a instituição estudada, no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, no qual revoga a Lei nº 167, de 28 de agosto de 2002 e a Lei nº 350, de 18 de dezembro de 2007 e suas alterações, dispõe no Art. 69 que “o profissional do magistério que ministrar aulas em turmas multisseriadas, terá direito a uma gratificação de dez por cento calculada sobre seu vencimento básico” (MOREIRA SALES, 2007), com o intuito de equiparar o trabalho a partir de aumento salarial. Todavia, com duas turmas simultâneas na sala, a disposição de horas atividades por semana são iguais de um docente em sala regular, sendo que, para aqueles(as) em sala multisseriada, é preciso a elaboração de dois planos por aula, ou seja, trabalho dobrado. Entendemos que essa discussão não se limita à presente dissertação, além do mais, há questões legais que amparam essa perspectiva adotada pelo município, visto que não estão agindo fora do proposto pelas normativas e legislações estaduais. Contudo, é preciso refletirmos sobre a real equidade das políticas públicas educacionais e de carga horaria voltadas para o ensino multisseriado.

Outro ponto a ser discutido referente ao processo pedagógico da instituição é a participação efetiva dos familiares nas instituições. Como descrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9.394/96): “A educação, dever da família e do Estado” (BRASIL, 1998). Isto é, além de ser algo mais significativo para a criança no momento em que percebe a participação do seu ente mais próximo nas instituições em que estuda, a própria LDB responsabiliza a família, assim como o Estado, sobre a educação em sala de aula.

Contudo, não há como participar efetivamente se não conhecer o processo de aprendizagem. Com essa perspectiva de entender até que ponto os(as) responsáveis estão entrosados ao ensino, foi questionado a eles(elas) se sabiam o que significa o ensino multisseriado, com a pergunta: “A escola possui poucos alunos(as) e trabalha com a modalidade multisseriada. Você sabe o que isso significa?”. Os(as) responsáveis R1 e R4 responderam que não sabiam o significado do termo e que também desconheciam o fato de que seus dependentes estudavam com mais de uma turma na sala. Já R2 e R3 demonstraram não conhecer o termo, porém sabiam que na escola há mais de uma turma na mesma sala.

Logo após, foi feito o seguinte questionamento: “Em algum momento a instituição se preocupou em explicar os diferentes métodos de ensino-aprendizagem desenvolvidos na escola em âmbito rural?”. Todos(as) responderam que “não”. Diante das respostas, indagamos se nunca tiveram curiosidade ou interesse de procurar a escola para entender o processo de ensino. Novamente, todos(as) responderam “não”, mas esboçaram um certo arrependimento, entendendo a necessidade da participação.

Entendemos que o termo multisseriado é algo complexo, não comum de se escutar, até mesmo no âmbito educacional. Contudo, é válido considerar a pertinência dos(as) responsáveis em reconhecer o processo no qual seu dependente está inserido, para uma maior valorização do(a) profissional que trabalha dobrado para efetivação do multisseriado. A prática em sala de aula é responsabilidade do(a) docente, já o processo de ensino-aprendizagem envolve todos(as) da comunidade escolar.

Embora todos(as) os(as) responsáveis tenham esboçado uma certa falta de conhecimento sobre o multisseriado, interrogamos: “Você, como responsável, se sente inserido(a) na instituição como participante ativo?”. Os(as) responsáveis R1, R2 e R3, que respondem por crianças matriculadas, disseram que “sim”. Visto isso, com a controvérsia do fato de não conhecerem a modalidade multisseriada, indagamos: “Em quais momentos você, como responsável, é inserido no processo de ensino?”. As respostas variaram entre participação em eventos como festas de datas comemorativas e entregas de boletins.

A gestora que está diariamente na instituição foi questionada sobre o modo de inserção dos(as) responsáveis e familiares no processo de ensino-aprendizagem. Vejamos a resposta:

Você acredita que as famílias dos(as) alunos(as) sabem os pressupostos de ensino da escola? O que você, como gestor(a), faz ou pode fazer para proporcionar que todos da comunidade escolar do âmbito rural sejam participantes ativos no ensino-aprendizagem?

Sim, acredito que sim. Todos são bem participativos, sempre que tem alguma reunião a grande maioria participa. Procuo chamar sempre em datas comemorativas e trazer os pais para a escola (G3, 2023).

Conforme ressaltado anteriormente, os(as) responsáveis não possuem saberes aprofundados e/ou específicos sobre como ocorre o ensino na instituição escolar, aliás, não é sua obrigação e nem competência, pelo fato de não terem formação ou atuarem na área, de conhecer os processos e diferenciar o que são ações pedagógicas das ações culturais. Todavia, reafirmamos aqui a importância de a instituição promover ações que envolvam esses(as) responsáveis de forma significativa e, também, que em algum momento oportuno os deixe a

par, de forma simples e clara, de como ocorre o ensino-aprendizagem na instituição na qual seu(sua) filho(a)/dependente está inserido(a). Dessarte, é possível que haja uma maior valorização dos funcionários que ali atuam, além da corroboração no ensino que se estenderá até a casa do(a) estudante.

Perante a análise no processo pedagógico, foi possível compreender o perfil dos(as) estudantes da última Escola Rural Municipal de Moreira Sales/PR. Diante de tal quadro, percebemos que, com o avanço da tecnologia, muitas características que outrora eram consideradas das crianças da zona urbana, agora encontramos também nas que residem na zona rural. Uma vez que, a infância contemporânea tem a tecnologia como alicerce social e principal meio de comunicação, conhecimento, informação e lazer. Antes mesmo de serem alfabetizadas, já utilizam recursos tecnológicos de formas aleatórias, por distração (PAIVA; COSTA, 2015).

Sobre o modelo de ensino multisseriado, analisamos as vantagens e desvantagens. Percebemos que, para o(a) aluno(a), se amplia o conhecimento, mas para o(a) docente dobra o trabalho. Mesmo que seja algo viável, tanto nos aspectos econômicos e até educacionais, é preciso se pensar em políticas públicas que corroborem para o plano de carreira do(a) docente de escolas multisseriadas em âmbito nacional. Nesse caminho, também discutimos a importância do responsável e familiar estar entrosado no processo de ensino, com intuito de melhorar o ensino-aprendizagem e promover uma maior valorização para a escola e profissionais que ali atuam.

Na próxima subseção, discutimos sobre o papel dos(as) gestores(as) e as políticas públicas envolvidas a todo o processo pedagógico. Embora seja subdividida, ambos questionamentos se complementam e possuem o objetivo de discutir o ensino, relações e impactos na última Escola Rural Municipal de Moreira Sales.

4.2.2 Gestão e políticas públicas

A presente subseção trata dos aspectos relacionados à gestão e políticas públicas e, embora explique sobre o segmento de entrevistados(as) vinculados(as) à gestão, mais uma vez refletiremos todos os olhares sobre o eixo, a partir de entrevistas semiestruturadas e sua flexibilidade de acordo com o direcionamento do diálogo.

Para o segmento professores/funcionários, as seguintes questões foram centrais: 1) É ofertada alguma especialização para vocês funcionários(as) e professores(as) da escola em âmbito rural? 2) Para que a instituição em zona rural se efetive são necessários amparos legais

tanto no âmbito nacional e estadual como municipal. Você conhece alguma ação e/ou política pública municipal voltada para a educação em âmbito rural?

Para o segmento gestores: 1) É ofertada alguma especialização para os(as) funcionários(as) e professores(as) da escola em âmbito rural? 2) Quais as ações e/ou políticas públicas municipais voltadas para a educação em âmbito rural?

Por fim, para o segmento responsáveis/familiares: 1) Em Moreira Sales temos apenas uma última escola municipal nomeada como rural. Você conhece as ações e políticas públicas do município voltadas para a educação em âmbito rural?

Além disso, a presente subseção dialoga com a anterior, com o intuito de demonstrar a influência da gestão e das políticas públicas sobre o processo pedagógico. Visto isso, iniciaremos a partir do ensino multisseriado e da dificuldade que o(a) docente encontra no momento da prática educativa, sendo necessários direcionamentos especializados. Perguntamos: “É ofertada alguma especialização para vocês funcionários(as) e professores(as) da escola em âmbito rural?”. Feita essa indagação para P1, professora atuante, e P2, professora aposentada, ambas responderam que, em âmbito municipal, “não”. Porém, P2 relatou sobre um curso feito no ano de 2011, no qual trouxe alguns recursos e materiais para a instituição. Assim explicitamos no diálogo a seguir:

Foi um trabalho, assim, muito grandioso. Eu fui dentro de 1 ano. Acho que 2011. Eu fui 6 vezes lá em Curitiba e cada vez que a gente ia chegava lá a gente tinha proposta de trabalho. Eram formas de ensinar, jeitos de trabalhar e a importância da escola do campo. Eles destacaram muito tudo que você tinha que trabalhar e foi assim um aprendizado muito bom e eu, como estive lá fazendo essa preparação, tinha que chegar aqui na escola e repassar para as pessoas que trabalhavam, coordenadora, a diretora da escola, todos tinham que estar informados daquilo que eu estava aprendendo lá. E foi uma coisa muito importante. Lá eu pude, assim, entender melhor o trabalho da escola do campo. E a gente viu a importância da escola permanecer no lugar (P2, 2023).

A escola recebia alguma verba?

Sim, recebia uma quantia e também livros didáticos que usamos com as crianças (P2, 2023).

Nesse curso, em algum momento propuseram alguma mudança no processo de aprendizagem da instituição?

Sim, eles disseram que, *pela escola estar localizada na área rural, junto dos produtos e produtores rurais, a escola precisaria ser denominada do campo, e daí eles deram uma opção de mudar a nomenclatura.* Continuaría com nome da escola, mas teria que acrescentar do Campo (P2, 2023, grifo nosso).

Atualmente, a escola permanece com o termo rural no nome, porque não houve mudança?

Na época, depois disso, eles (gestores) pediram para a gente estar escrevendo “Escola rural municipal do campo”. E nós ficamos um bom tempo escrevendo isso aí. Depois foi sumindo. Como não trabalho mais na instituição, não sei como está (P2, 2023).

Diante dessa fala, indagamos as gestoras G2 e G3, que estão atuando atualmente, e ambas disseram que, nos processos legais, a escola continua sendo denominada “Rural Municipal”. Ainda, responderam que não há mais participação no projeto, que se extinguiu, e que o governo do estado não promoveu outros encontros e também não envia outras verbas específicas. Dessarte, o município não promove capacitação específica. G3 complementou:

Não teve mais essa preocupação de ter uma capacitação específica para a zona rural, para a escola do campo. A gente segue mais ou menos o que o estado e determina a federação. Então, nesse sentido, não houve outra capacitação, a não ser aquela que a professora fez na época (G3, 2023).

No ano de 2011, realmente foi ofertado na capital do estado do Paraná, Curitiba, um curso preparatório para professores que atuavam em escolas localizadas no meio rural, chamado Programa de Escola Ativa (PEA). Estes professores, por sua vez, fizeram repasse do que aprenderam aos outros funcionários, professores e gestores que não participaram das atividades presenciais. Segundo P2, na capacitação se propunha uma valorização a essa educação, estudando gestão, políticas públicas e alfabetização e letramento no campo. Além disso, propunha a alteração de nomenclatura das escolas que antes possuíam um nome Rural e agora passariam a se chamar do Campo. Porém, a prática na escola estudada foi diferente, não houve a efetivação da proposta. Além disso, não houve mais livros ofertados e tampouco verbas direcionadas.

Na segunda seção desta dissertação, no momento que refletimos sobre as políticas públicas voltadas ao âmbito rural, explanamos sobre esse programa. Em suma, possuía perspectivas neoliberais, buscando sanar a analfabetização no meio rural a partir de parâmetros urbanos. Porém, pode ser entendido como algo significativo no momento que valoriza e visibiliza a educação no meio rural. Sobre a mudança de nomenclatura, na pesquisa não encontramos relatos documentais sobre a oferta.

Questionamos os gestores G2 e G3 sobre a extinção do programa e ambas não conseguiram explicar o motivo. G3 ainda complementou dizendo que o governo estadual iniciou o programa, mas não houve manutenção e por isso se findou. “Uma pena!”, exclamou.

A partir do diálogo, percebemos uma tentativa de implementação da educação do Campo, extinguindo o termo rural. Porém, não houve manutenção dessa proposta, tampouco

tentativa de mudanças no processo de ensino-aprendizagem. Como indicado por P2, pareceu permear-se um reforço do pertencimento e da vinculação territorial, porém, aparentemente, foi algo “sugerido” e não algo que partiu de percepções e de discussões da própria comunidade local. Apesar de que propuseram a mudança de nomenclatura, com garantia de verbas, em nenhum momento ocorreu a revisão do processo de ensino para que se efetivasse realmente como Escola do Campo. Fatos que evidenciam lacunas no Programa Escola Ativa; sem a verba para manutenção e aprofundamento das discussões e do pertencimento comunitário, essa perspectiva não seria viável para a instituição, que não conseguiria manter e/ou justificar a proposta (AGOSTINI; TAFFAREL; JÚNIOR, 2012).

Sabemos da importância de políticas públicas para manutenção de propostas de ensino. Por isso, questionamos os segmentos entrevistados referente ao conhecimento sobre as políticas públicas voltadas ao ensino no Campo, que nesse momento se restringem somente ao meio municipal.

Embora para cada segmento tenha sido perguntada com uma formulação diferente, possuíam objetos semelhantes: “Há alguma ação e/ou política pública municipal voltada para a educação em âmbito rural?”. Os professores P1 e P2, funcionários F1 e F2, gestores escolares G2, G3 e G4, responsáveis R1, R2, R3 e R4 responderam que “não há” ou “não conhecem nada em específico”. Como não há muita distinção entre as respostas, explanaremos a de G1, que se encontra relacionada a um olhar mais amplo sobre o processo:

O mesmo tratamento que nós damos para as escolas da cidade, a gente procura dar para a escola do campo. Acho que não tem porque ter essa distinção, pelo contrário, ele tem um carinho. [...] A verba vem para a educação municipal e dividimos para todas as escolas, comprando suplementos e dando manutenção com verbas da prefeitura. Não vem nada específico para a escola no campo (G1, 2023, grifo nosso).

Isto posto, percebemos que a instituição estudada possui tratamento concordante com as demais do município. Aliás, esse fato também determina e valida a pesquisa. A discussão aqui proposta não considera o mal cuidado com a última Escola Rural Municipal de Moreira Sales, muito pelo contrário, é preciso refletir sobre a real função dessa instituição no meio em que está inserida e a relevância na qual é tomada pelos gestores. Ela recebe total atenção, assim como as escolas urbanas, não como uma instituição do Campo. É claro que é no momento de sala de aula que os direcionamentos acabam considerando a vivência dos(as) alunos(as) no meio rural, porém o planejamento tem como apoio as perspectivas urbanas. Como destacou P1:

A questão dos planos e projetos são todos idênticos. Só que, às vezes, as formas que a gente vai trabalhar, diferencia. Porque a gente busca assim muitas coisas que eles vivenciam no campo que eles têm no sítio. A gente cita muito isso (P1, 2023).

Diante dessa fala, é possível confirmar a perspectiva de que as propostas de ensino são iguais a todas as instituições municipais. E, assim como todas as salas de aula, sendo no meio rural ou urbanas, possuem seu próprio ritmo educacional. Os(as) professores(as) do objeto de estudo também indicaram procurar relacionar o dia a dia do(a) estudante no ensino escolar.

Ademais, esse ensino semelhante ao da zona urbana não parece ser algo ruim perante a concepção da comunidade escolar. Isto porque, no decorrer das entrevistas, surgiu o questionamento descrito: “Você acredita que há alguma diferença entre a gestão/ensino na instituição no campo e as que estão no meio urbano?”. Todos(as) os(as) responsáveis, R1, R2, R3 e R4, tanto quanto os funcionários F1 e F2, professores P1 e P2 e gestor G3, que está no dia a dia da instituição, responderam que “não”, com respostas complementares e semelhantes. Todos(as) acreditam que o ensino da instituição no meio rural é de muita qualidade e se assemelha com o urbano e não reconhecem nenhum tipo de desvalorização.

Tal percepção constatada com as entrevistas ressalta um viés distinto de estudos que reforçam a relevância de um ensino que considere todas as especificidades da realidade no Campo, porém o objetivo não é garantir que a Educação do Campo sobressaia a lecionada na zona urbana, mas elencar sua relevância em seu contexto social. Como destacado a seguir:

O desafio de se pensar a diversidade, como é a Educação do Campo, não é ressaltar a supremacia do campo sobre a cidade, ou da Educação do Campo sobre a educação característica das escolas urbanas, mas refletir na complementaridade existente entre elas, nas singularidades e particularidades que compõem a totalidade concreta (CECÍLIO; PUZIOL; SILVA, 2010, p. 216).

Defendemos e acreditamos na Educação do Campo e na importância de ressaltar sua validade para o povo no campo, porém não podemos tratá-la como a única possível. Uma vez que, certos contextos e comunidades trazem olhares próprios que devem ser igualmente reconhecidos e considerados. Vale ressaltar que o próprio Projeto Político Pedagógico - PPP da instituição, sendo esse o documento de identidade da escola, não distingue nem garante um ensino diferenciado. O PPP possui subseções que dissertam sobre as especificidades da educação no campo, bem como o ensino multisseriado, mas não há nenhum adendo referente a uma educação específica que se difere ao meio urbano municipal. Todas as propostas lá estabelecidas estão de acordo com as consonâncias de todas as instituições localizadas na cidade

de Moreira Sales/PR. Proposta que se estende à formulação de plano de aula, processo avaliativo e componentes curriculares de acordo com a Proposta Pedagógica Curricular - PPC e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

Portanto, diante de toda a discussão referente à gestão e políticas públicas municipais na última Escola Rural Municipal de Moreira Sales, foi possível perceber que o município não oferece nenhuma política pública direcionada especificamente para a educação no meio rural. Em certo momento, houve uma formação em âmbito estadual, mas não tomou forma e não teve efetivação. E, mesmo com especificidade do ensino multisseriado e a importância de formações que ajudem na organização do(a) professor(a) e melhorem o ensino nessa modalidade, não há essa oferta. Visto que, os(as) docentes e gestores(as) não reconhecem essas especificidades. Por consequência disso, compreendemos que o olhar gestor perante a escola estudada não se diferencia das outras localizadas na cidade, a não ser o fato de estar no campo. A escola recebe o tratamento condizente ao das outras instituições, o que, na prática, para todos(as) da comunidade escolar, é algo produtivo e vantajoso.

A instituição recebe verbas municipais, os(as) docentes recebem formações que são pertinentes para o processo de ensino, assim como garantem planos de aulas voltadas à PPC, as crianças recebem livros didáticos, material escolar, uniformes e tudo o que se precisa para que se funcione a instituição. Há um bom prédio, boas instalações, boa alimentação, só não há educação do Campo, nem políticas públicas e gestão direcionada ao Campo, visto que funciona de acordo com as perspectivas ditas no meio urbano.

Conquanto, apesar de não ser uma escola do Campo, não podemos desconsiderar a relevância que possui para os(as) estudantes e toda a comunidade escolar e local na qual está inserida. Panorama que será mais bem discutido na subseção a seguir.

4.2.3 Pertencimento e impacto cultural

Nesse tópico, discutiremos sobre o pertencimento socioafetivo e questões socioculturais envolvidas ao objeto de estudo, a última Escola Rural Municipal de Moreira Sales, considerando a relação existente entre a instituição no meio rural e sua comunidade local. As questões direcionadoras das entrevistas semiestruturadas se expandiam a todos os segmentos, como descrito abaixo.

Para os segmentos professores/funcionários e gestores: 1) O que a escola em âmbito rural na qual atua representa para você? E o que ela representa para o bairro e para o município?

2) Você considera que o espaço escolar da instituição em zona rural pode ter outras funções para além da educacional?

Para o segmento familiares/responsáveis: 1) Qual a importância da escola para a comunidade da Vila Gianelo? Há outras escolas no município na zona urbana, por que a criança pela qual você é responsável estuda na escola na qual está matriculado atualmente?

Toda escola é relevante para a comunidade a qual se vincula, mas discutiremos aqui como essa relação, escola e comunidade, se estabelece na zona rural. Para além disso, analisaremos se a mesma reflete nas questões envolvidas a aspectos de pertencimento e impacto cultural. Com esse objetivo, analisemos o diálogo a seguir:

O que a escola em âmbito rural na qual atua representa para você? E o que ela representa para o bairro e para o município?

A escola [...] para mim representa tudo, uma extensão da minha casa, pois passei a maior parte da minha vida em sala de aula com meus alunos. [...] Ali formamos uma família, a escola é onde ensino e aprendo muito, uma troca de experiência. Para o bairro, a escola é tudo. Nesse bairro rural, a escola é muito valorizada pelos alunos e por todos, pelo fato de estar bem próximos de suas casas, pelos pais que com certeza se sentem seguros na educação dos seus filhos, estando seguros com a escola. E, para o município, essa escola sempre foi e será uma referência, uma escola que é bem conceituada e com profissionais bem qualificados, e direcionada ao aluno do campo, preocupada com o bem estar da criança e com a aprendizagem da criança (P2, 2023).

A escola é minha segunda casa. Estudei ali, meus filhos estudaram e hoje sou professora e amo o que eu faço. Para a comunidade, é de extrema importância como referência do bairro, lugar de encontro, de vivência, além de aprendizado para as crianças. A comunidade Vila Gianelo não é a mesma sem a escola (P1, 2023).

É uma escola pequena que fica num patrimônio. Então, assim, como não tem outra coisa nesse patrimônio, tem a igreja. Então, a escola é uma referência para eles. Se tem alguma coisa relacionada à escola, como apresentação, a comunidade toda participa. [...] A escola serve como uma referência ali, por isso a importância dela nessa comunidade para os alunos (G3, 2023).

Dentre todas as respostas dos professores/funcionários e gestores, selecionamos essas três por melhor sintetizarem a perspectiva. Pertinente destacar que, uma escola, por si só, é de extrema importância para sua comunidade local. Mas, quando pensamos em uma escola no meio rural, as questões de localidade, menor população, fazem com que a comunidade possua um vínculo afetivo maior com a instituição. Contudo, não estamos falando sobre participação da comunidade no processo pedagógico, no ensino-aprendizagem, e sim a perspectiva e apreço que ambos possuem pela instituição enquanto local de vivência e sociabilidade.

Como a relataram as funcionárias, é possível perceber o amor pela escola, que perpassa os funcionários e promove uma valorização dentro e fora da comunidade local. Além disso, a instituição também é um local de geração de renda para moradores da comunidade, sendo uma extensão de sua casa, oferecendo emprego digno e estabilidade. Um trabalho carregado de afetividade. A escola promove educação, sociabilização, dá visibilidade para a comunidade e ainda possibilita a subsistência de alguns moradores. Ao questionar os professores/funcionários e gestores sobre a importância da escola para além do educacional, responderam:

Você considera que o espaço escolar da instituição em zona rural pode ter outras funções para além da educacional?

Eu percebo que sim, principalmente para aquela criança que tem muita dificuldade, que chega com fome, que às vezes não tem um café da manhã apropriado. Porque, às vezes, a mãe sai cedo, pai saiu cedo ou até o responsável e deixou ele lá, e ele veio às vezes até sem café da manhã. [...] Então, se estão com fome, não vão aprender e ficam toda hora pedindo o lanche. Isso é muito triste (choro) (P1, 2023).

Bom, eu, quando professora, ensinava para os meus alunos mais do que ler e escrever. Ensinava o cuidado com o corpo, amarrar o sapato, nenhum dos meus alunos ficavam de calçado desamarrado ou cabelo desarrumado, coisas que não aprendem em casa. A escola possui um papel de ensinar para a vida (P2, 2023).

Então, não posso afirmar que vai mais além. Mas a gente tenta, a gente tenta plantar uma sementinha ali dentro. [...] Exemplo, tem pais com problema com higiene e não cuida da higiene da criança, a criança vai fedendo xixi, a criança cheia de piolho. Então, a gente tenta, mas eu falo para você, ele faz o quinto ano ali e depois sai, então. Quer dizer, a gente às vezes consegue alguma coisinha ali, mas vai ser assim na hora, não vai servir para o futuro. [...] Não tem como a gente colocar na cabeça de um pai, de uma mãe que já tem aquilo lá na cabeça deles. Aquele jeito é o jeito certo dele. Mas, a gente tenta, eu vou falar pra você que a gente tenta uma vez, tenta duas, tenta três e a gente não desiste, sabe? Sempre tentando. Não podemos generalizar, mas há casos que é difícil (G3, 2023).

Com o direcionamento do diálogo acima, a perspectiva era refletir se a instituição ia além do pedagógico e acarretava algum sentido de luta de classe, resistência, pertencimento cultural e permanência do povo no Campo, por surpresa, as respostas possuíram um viés totalmente diferente. Com a fala das docentes e gestora é possível perceber o que muitas escolas, da área rural ou urbana, enfrentam no dia a dia: desigualdade social. Crianças chegam para a aula com fome e sem o mínimo de higiene pessoal, pois não são instruídas, e a escola assume um papel social de amparo e formação para a vida.

Apesar que G3 destaque que esse trabalho acaba não atingindo a vida da criança fora das paredes da escola, é de total relevância que todos(as) que estão na instituição façam o

possível para auxiliar e fornecer todo o amparo necessário. Muitas vezes esse é o único local no qual a criança encontra alimentação saudável, informação sobre como cuidar do próprio corpo, amparo emocional, dentre outros cuidados. Além disso, como G3 complementou, não podemos dizer que todos os(as) alunos(as) da instituição se encontram assim, há aqueles que possuem uma vida digna, de qualidade, mas há situações preocupantes que precisam ser destacadas.

Até o presente momento, foi possível observar a perspectiva dos professores/funcionários e gestores referente ao papel da escola para o bairro. Vejamos agora o panorama dos responsáveis/familiares:

Qual a importância da escola para a comunidade da Vila Gianelo?

É muito importante, pela segurança. Pais, mãe que trabalha fora não ficar preocupada em mandar o filho na cidade, aqui fica pertinho, conhecemos todo mundo (F1, 2023).

Muito importante. Nossa, facilita muito a minha vida, a vida da gente, né? Pertinho da escola. Se tem reunião dá para ir, a gente vai sem problema nenhum. [...] Eu com quatro crianças em casa, mando um para estudar em Moreira, fico preocupada, e o daqui vai sozinho para a escola, e aí é bom, fico com os outros aqui (F2, 2023).

Ela é muito importante, se não as crianças daqui teria que sair daqui e ir para uma zona urbana. Pra cidade aí até que deslocar crianças pequenininha pra ir pro pré, para primeira série. Sem falar nas violências que estão tendo nas escolas mais grandes, que a gente já fica mais preocupado com o que vem acontecendo. Então tudo isso é assim. É muito importante a nossa escola aqui na Vila Gianelo (F3, 2023).

É importante demais, meus filhos estudavam lá e iam sozinhos de a pé. Hoje eu tenho um neto que estuda, não come direito, então as professoras ligam, vamos lá levar comida. É muito bom que tenha a escola aqui, pertinho e todos se conhecem (F4, 2023).

Mais uma vez, as entrevistas tomaram um rumo diferente do previsto. Os comentários esperados no momento de elaboração das questões estavam de acordo com o pertencimento da população no Campo e a importância sociocultural da escola, mas as respostas envolveram questões somente de localidade. Para efetivação dessa reflexão, quando realizamos a segunda pergunta do eixo – “Há outras escolas no município na zona urbana, por que a criança pela qual você é responsável estuda na escola na qual está matriculado atualmente?” – todas as respostas estavam envoltas ao simples fato de a escola estar próxima da residência e, assim, trazem mais segurança para os(as) responsáveis que não precisam submeter seus dependentes ao deslocamento de ônibus para estudar na cidade.

A localidade da escola realmente é um ponto muito positivo a ser destacado. É de suma importância que a criança estude perto de sua residência por facilitar locomoção, mas também por ser o ambiente da comunidade no qual está inserida e fazer parte de sua realidade de vida. A forma com que os(as) responsáveis/familiares percebem a escola também é válida, porém recortada a apenas um aspecto. A escola no meio rural pode ofertar muito mais do que facilidade de acesso.

Na entrevista que ocorreu com G3, após o diálogo destacado anteriormente, surgiu um novo questionamento que posteriormente foi perguntado para P2, pelo fato de ser uma funcionária que participou de muitos períodos históricos da escola. As respostas são pertinentes e serão destacadas a seguir. Analisemos:

Os alunos que se formam na última escola rural municipal de Moreira Sales, ao se inserirem no meio de trabalho, continuam morando na comunidade e trabalhando com a terra ou procuram emprego e moradia na zona urbana?

Não, por isso os alunos só diminuem. A verdade é que poucos querem trabalhar na roça com os pais, muitos deles querem ir pra cidade. Bom, falando bem a verdade, muitos pais moram aqui, mas não trabalham aqui, estão em granjas, cooperativas. Claro que muitos ainda trabalham com plantação, tiram leite, mas não é mais igual antigamente, não. Aqueles pais que possuem mais terras para a agricultura ou vaca para leite acabam influenciando os filhos a ficarem, mas os outros não (G3, 2023).

Bom, eu como trabalhei muitos anos na escola, vejo que a maioria dos alunos que passaram por ela não estão mais na comunidade. Tem alguns que sim, trabalham com soja, milho ou tiram leite, mas a maioria vai para outras cidades grandes (P2,2023).

O fato destacado pela gestora e complementado pela professora nos faz refletir sobre o pertencimento no Campo. Crianças que são formadas na Escola Agostinho Portello e estão inseridas no meio rural, em suma, ao crescerem, não permanecem vivendo na comunidade, tampouco trabalhando com agricultura ou pecuária. É compreensível dizer que a zona urbana oferece outras vivências e fontes de renda que também são positivas e podem até ser mais viáveis para aqueles que deixam o campo para viver na cidade, porém é preciso destacar o quão esse processo promove o despovoamento da zona rural.

Podemos elencar aqui vários motivos que são capazes de provocar o despovoamento, questões que englobam aspectos trabalhistas, econômicos, sociais. Certamente, o indivíduo que deixa a zona rural para residir na zona urbana está à procura de uma vida melhor, seja ela no trabalho, ganhos financeiros ou até por não se sentir pertencente ao meio no qual vivia. Como já discutido em toda a dissertação, Moreira Sales possui problemas referentes à diminuição

excessiva de moradores da zona rural, complicações que influenciam diretamente no viés socioeconômico do município. Diante dessa realidade, seriam pertinentes ações políticas no âmbito municipal que corroborem para permanência do indivíduo no Campo.

Ademais, as reflexões feitas nesta subseção podem demonstrar a visão da comunidade local e escolar sobre a Escola Rural Agostinho Portello. Há uma grande valorização, a escola é de suma importância para todos que a permeiam, porém essa importância não está relacionada a questões de pertencimento do Campo, mas sim de localização rural. Esse fato reflete diretamente nas concepções de pertencimento dos indivíduos na comunidade e na ação de saída da mesma. Vale destacar que essa discussão não determina a falta de pertencimento como causa principal da mudança dos indivíduos para o espaço urbano, contudo, somente evidencia esse motivo perante à reflexão na fala dos próprios moradores da comunidade.

Portanto, uma escola, no âmbito rural ou urbano, pode ir além das questões educacionais curriculares no momento em que se torna um aporte social e fonte de valorização econômica e cultural da comunidade na qual está inserida. Quando pensamos em uma escola no meio rural, essa perspectiva pode, também, vir acarretada de questões de lutas de classes, resistência e pertencimento (SIMÕES; TORRES, 2011). Em contraponto, pode ser apenas local de amparo alimentício, cuidado e refúgio para pais que precisam trabalhar e exercer outras atividades, além do caráter pedagógico urbano, como destacam Rangel e Carmo (2011). Após a análise desse eixo, além de refletir questões teóricas sobre a Educação Rural elencada ao longo da dissertação, percebemos que a escola estudada se encontra na última proposta descrita.

A Escola Agostinho Portello possui um caráter de amparo social, estima a população e a comunidade em aspectos econômicos e culturais, propondo um bom ensino-aprendizagem. Contudo, não favorece o pertencimento local, não estimula o sentido de luta do povo no Campo, e não oferece uma educação do Campo. Contudo, essas afirmações não desvalidam a relevância do funcionamento da instituição, pelo contrário, demonstram que ambas as formas de educação são viáveis e podem possibilitar um ensino-aprendizagem significativo para aqueles(as) que ali estudam.

Nessa subseção, discutimos a relevância de funcionamento da Escola Agostinho Portello, outrossim, na próxima subseção desdobramos sobre os motivos da cessação das outras escolas rurais um dia vigentes no município, conforme analisaremos a seguir.

4.2.4 Cessação das escolas rurais e resistência da última escola no campo de Moreira Sales/PR

Essa subseção possui um caráter diferente das anteriores descritas, uma vez que a análise aqui apresentada está relacionada a reflexões de acordo com os segmentos gestores, professores/funcionários e responsáveis que possuíam um vínculo com a instituição há anos atrás. Mais precisamente, um diálogo entre os resultados obtidos perante à entrevista da pedagoga da época da cessação das escolas, profissionais que trabalhavam e conheciam essa realidade, bem como o prefeito e secretária municipal de Educação atual que corrobora com a resistência da última escola localizada no Campo de Moreira Sales. Além disso, promovemos uma análise perante os dados e documentos encontrados que relatam o momento de cessação dessas instituições.

Com essa perspectiva diferenciada, as entrevistas semiestruturadas desenvolveram um diálogo único com cada entrevistado(a); com perguntas simples direcionadoras, as respostas se expandiram, indo para rumos que proporcionaram grande relevância para a pesquisa.

As questões orientadoras foram perguntas para todos os segmentos, já descritos acima, assim como demonstrado a seguir: 1) Nos anos 2000 ocorreu o fechamento das instituições escolares localizadas na zona rural. Como ocorreu esse momento? 2) Quais documentos deram suporte para o fechamento das instituições rurais? 3) Na sua opinião, quais impactos esses fechamentos trouxeram para os alunos e para a cidade de Moreira Sales nos aspectos econômicos e socioculturais? 4) Sabemos que a instituição na zona rural é de suma importância para os moradores dessa região. Importâncias que vão além da sala de aula, que perpassam questões socioculturais. Diante do fato, como foi a reação dos responsáveis e comunidade escolar no momento em que se estabelecia o fechamento da escola? 4) Diante de todos esses fechamentos, em algum momento foi cogitado o fechamento da Escola Rural Municipal Agostinho Portello?

Para o gestor que construiu um novo prédio para a instituição, com intuito de refletir sobre a resistência da última instituição escolar no campo de Moreira Sales foi colocado: 1) Descreva o motivo pelo qual a última escola no campo de Moreira Sales ainda está em funcionamento; 2) Quais motivos levaram a reforma da instituição? Quais as verbas descritas para tal reforma?

É pertinente lembrar que no município de Moreira Sales existiam 37 (trinta e sete) escolas⁴ localizadas nos bairros rurais que se extinguiram com o tempo, por motivos que variam entre corte de gastos e pouca demanda de alunos. Atualmente, resiste apenas uma única escola que é nosso objeto de estudo. Nesse momento, a partir das questões direcionadoras acima conheceremos melhor tais instituições e refletiremos sobre o processo de fechamento. Visto isto, segue o diálogo com G4, coordenadora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação no período antes e depois da cessação. Vejamos:

Fale um pouco sobre a distribuição das instituições rurais e seu trabalho como coordenadora.

Era distribuída cada escola em um bairro, ou no mesmo bairro, mas distantes uma da outra. As estradas eram meio complicadas. Não era assim que nem agora, né? A gente tinha um funcionário do departamento que nos levava com uma kombi, a gente ficava atolado na lama. [...] Você tinha que ter disposição mesmo até chegar lá, olhava as crianças, olhava os cadernos, olhava o trabalho da professora. Teve época, no início, que a professora era merendeira. Visitava as instituições e fazia o papel de coordenadora, auxiliando as professoras em questão pedagógicas. Eu fazia uma escala de visitas. Hoje eu vou na fulana escola, por exemplo, e começava. Aqui da primeira Ponto 5, Gregório Timburi, depois Vila. Aí eu passava nessas três. A gente pegava no mesmo caminho. Quando ia para a Quarta Medição, 50 alqueires depois. Quando ia para dona Regina, ia nas 3 Pontes. Tinha aquela Santa Bárbara, tinha a Tropical. Tinha escola esparramada por todo o município. Nova União. Então era complicado você conseguir visitar assim uma vez por mês praticamente, como coordenadora (G4, 2023).

Como acontecia o processo de ensino-aprendizagem?

As salas eram multisseriadas, primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto tudo junto. No caso aqui, ela passava o conteúdo do primeiro e colocava eles numa fila. Separava em filas para não misturar. E aí é que ela falava: “aqui primeiro ano, aqui o segundo e aqui o terceiro”. Lógico que se ela estava trabalhando com quadro com o primeiro, o segundo às vezes ela ia para o livro. Ela variava um pouco as atividades para não ficar todo mundo copiando no quadro (G4, 2023).

A multisseriação acontecia pelo fato de os números de alunos serem reduzidos?

Sim, porque eram poucos alunos. Tipo, eram três de primeiro, cinco de segundo, juntava tudo para dar uma turma com 15 alunos no máximo, porque foi diminuindo. Antigamente, muito antigamente, era muito, você vê época de ter 30 alunos. Mas aí, devido ao êxodo rural, as pessoas foram vindo para a cidade (G4, 2023).

Havia quantos funcionários na instituição? Todos moravam no bairro?

Com os anos, aumentou os funcionários, passou a ter a merendeira, mas no início a professora deixava os alunos, dava uma atividade e ia correndo fazer uma sopinha, inclusive os alunos colaboravam: levava um ovo, levava uma

⁴ As escolas aqui citadas estão descritas na terceira seção da dissertação, especificamente no Quadro 01: Escolas em bairros rurais em Moreira Sales/PR.

batata. E a minoria das funcionárias moravam no bairro, muitos moravam na cidade e a prefeitura precisava levá-las até à escola todos os dias (G4, 2023).

Como era a estrutura física dessas instituições?

No geral, era como se fosse uma casa, com uma sala só, um banheiro, sem pátio. Tínhamos livros, mas não tínhamos uma biblioteca, não tinha uma boa cozinha. Tudo mais simples. Muitas ainda precisando de reformas (G4, 2023).

Como dito, as escolas rurais de Moreira Sales possuíam estruturas simples, funcionários com múltiplas funções e uma única sala com multisseriação. Vale ressaltar que o processo de multisseriação nessas escolas se determinava por todos os anos em turma simultânea, pelo fato de possuir pouca demanda de alunos(as); além disso, muitas vezes a professora ainda trabalha como merendeira. É claro que nesse período não havia formulação de planos de aula, mas ainda assim a docente precisava formular atividades e se redobrar no trabalho. A coordenadora, por sua vez, possuía o papel de orientação pedagógica em todas as instituições que visitava pelo menos uma vez ao mês a partir de logística de caminhos.

Continuando o diálogo com G4, chegamos ao ponto em que explanou sobre o momento de início da cessação das instituições, conforme segue:

Nos anos 2000 ocorreu o fechamento das instituições escolares localizadas na zona rural. Como ocorreu esse momento?

Para te dizer a verdade, a municipalização foi nos enfiada pela goela. A gente ficava se perguntando se era viável e fomos procurar para entender. Então, na verdade, a princípio a gente não achava vantagem nenhuma, não. Foi essa uma dificuldade muito grande, tanto para os alunos quanto para os professores, quanto para a gente coordenadores que também teve que se assegurar tudo. Foi muito complicado, não foi fácil não, um processo que durou uns cinco anos. Além de tudo, o êxodo rural fez com que esse processo tenha sido necessário (G4, 2023).

Quais documentos deram suporte para o fechamento das instituições rurais?

Foram documentos que vieram de cima, fora do nosso município, a partir do Núcleo Regional de Educação. E, aqui no município, fizemos um documento de cessação e eu lavei atas que contam o momento de fechamento (G4, 2023).

Sabemos que a instituição na zona rural é de suma importância para os moradores dessa região. Importâncias que vão além da sala de aula, que perpassam questões socioculturais. Diante do fato, como foi a reação dos responsáveis e comunidade escolar no momento em que se estabelecia o fechamento da escola?

Não foi fácil, foi um trabalho de muita conscientização com os pais que no início não queriam que as escolas fechassem. Mas, só aderimos porque não tinha mais o que fazer. A escola Santa Maria, por exemplo, tinha somente cinco alunos. Impossível manter uma instituição assim. Além disso, nós explicávamos aos pais as vantagens que os alunos teriam ao estudar na cidade. O ônibus trazia, eles teriam merenda na hora certa, uma estrutura melhor para

os filhos estudarem, mais de um professor e estudariam em uma sala somente com sua turma. Teve pais que ficaram um mês indo todo dia estudar com os filhos, para ter a certeza que tudo estava como prometemos (G4, 2023).

O processo de municipalização citado por G4 seria o processo de nucleação das escolas rurais, no qual concentra as instituições na zona urbana. Em Moreira Sales esse processo durou cerca de cinco anos. No início, houve resistência dos gestores municipais, uma vez que essa orientação chegou do Núcleo Regional de Educação - NRE, mas, em determinado momento, não havia mais como permanecer com as instituições.

O primeiro ponto para refletirmos é o fato de que as escolas rurais possuíam lacunas em sua estrutura física, bem como organizacional. Diante disso, seriam necessárias reformas gerais nos prédios para que continuassem funcionando. Ademais, com o ensino multisseriado, seria necessária a oferta de mais profissionais nas instituições, pois os(as) docentes possuíam sobrecarga de trabalho. Soluções que demandam recursos financeiros do município. Mesmo que o município ofertasse essas verbas, havia outro ponto que determinou, ainda mais, a cessação das escolas: o êxodo rural. É preciso levar em consideração o fato, já discutido na seção 3, de que o município possuiu uma diminuição de aproximadamente 50% da população rural, que por consequência refletiu nas matrículas escolares. Não há como ofertar escolas se não há demanda de alunos, além disso, algumas instituições já estavam fechadas temporariamente pela falta de alunos(as) matriculados(as).

Motivos esses também destacados nas atas administrativas encontradas na Secretaria Municipal de Educação, que destacam pontos utilizados como garantia da cessação das escolas. Como descrito a seguir:

Os motivos que levaram a Direção do Estabelecimento de Ensino ou a mantenedora solicitar a cessação definitiva:

- por estarem cessadas temporariamente;
- insuficiência do número de alunos matriculados ao funcionamento das escolas e dificuldades no ensino multisseriado;
- número insuficiente de alunos;
- demolição dos prédios escolares, pelas péssimas condições físicas (MOREIRA SALES, 2004).

Ao pensar nos aspectos socioculturais e socioafetivos estabelecidos em instituições localizadas no meio rural, em sua dimensão física e simbólica (BARBOSA, 2022), reafirmamos a relevância de permanência das instituições. Todavia, é preciso um olhar racional em alguns casos que garanta a viabilidade. Como observado nas entrevistas, a resistência e o pensamento de permanência se destaca no desejo dos responsáveis em manter o dependente em instituições

próximas às suas casas. É preferível que o(a) estudante tenha acesso à educação no bairro onde reside, perto de sua casa e que comporte suas vivências locais, porém essa oferta precisa ser de qualidade.

Diante da cessação das escolas, resiste a última Escola Rural Municipal de Moreira Sales, sendo esse nosso objeto de estudo. Nesse momento, iremos refletir acerca do motivo de sua permanência. Ao questionar G4 sobre uma possível tentativa, também, de cessação dessa escola, respondeu:

Diante de todos esses fechamentos, em algum momento foi cogitado o fechamento da Escola Rural Municipal Agostinho Portello?

Sim, mas a população não aceitou. Por ser um patrimônio e ter muita influência política, mexeu daqui, mexeu dali e não fechou. Além disso, como era um grupo escolar, não se encaixava nas escolas que já se fecharam. [...] Então ela ficou com esse privilégio (G4, 2023).

Esse “privilégio” se deu pela resistência da comunidade, mas também pelo querer dos gestores políticos. É preciso destacar também que o bairro no qual está localizada possui uma quantidade de moradores significativa, por isso o conceito “grupo”. Além disso, com a continuidade dessa escola e o fechamento das outras, alunos(as) que residiam em bairros vizinhos também passaram a frequentá-la, tornando até mesmo uma escola sem multisseriação e com turmas regulares.

Assim sendo, percebemos o motivo do grande número de alunos(as) matriculados(as) na instituição no fim dos anos 1990, assim como destacado na seção 3 desta dissertação. Como efetivação desse dado, na entrevista, F2, que trabalhou nesse período, comentou: “Depois que fechou as duas escolas dos bairros aqui perto, os alunos da redondeza dos sitiantes todinhos vieram estudar aqui e encheu a nossa escola” (F2, 2023). Vale ressaltar que, embora tenha incorporado esses(as) alunos(as) naquele momento, a instituição também sofreu com o êxodo rural e atualmente possui somente 25 matrículas.

Embora anos atrás tenha sido pensado em cessar a escola, a mesma permanece em atividade. Ademais, durante os anos de funcionamento, o prédio da instituição Agostinho Portello apresentou algumas rachaduras, surgindo riscos de desmoronamento e a necessidade de construção de um novo prédio. Vejamos como foi o processo pela fala de G1:

Quais motivos levaram à reforma da instituição? Quais as verbas descritas para tal reforma?

Eu, como gestor, assumi em 2017. Uma das demandas pedidas pelo povo da Vila Gianelo era a construção da escola. A escola estava antiga, com mais de 50 anos, tinha vários problemas estruturais, rachaduras, questão que era uma

escola com assoalho, que era perigoso. Então, definimos como meta que a gente iria demolir aquela escola e construir uma mais compacta, mais moderna, que pudesse atender a demanda das salas multisseriadas. E, a partir dali, a gente foi buscar recursos, não foi recursos de convênio. Não foi em convênio com o governo do estado, do governo federal. Ele foi usado em recursos próprios, da prefeitura. Então, a gente fez a demolição da escola. Quando a gente foi demolir a escola, que o projeto foi feito com aterro, demorou um pouco de tempo. [...] Eu licitei a mão de obra, os pedreiros e a prefeitura forneceu todos os insumos. Então, essa foi a modalidade. Então, a gente comprou os materiais licitados que a gente tinha, nas empresas de material de construção. A gente pagou a mão de obra para uma empresa terceirizada. *Fizemos isso porque queríamos que as crianças da vila tivessem a mesma estrutura de ensino que as que moram na cidade.* Ficou mais compacta, mas garante um ensino de qualidade (G1, 2023, grifo nosso).

Em nenhum momento cogitou pedir recursos governamentais?

Não. A ideia é fazer com recurso próprio, inclusive, a ideia inicial era fazer até com os pedreiros da prefeitura, porque o convênio ele é bacana. Mas ele é muito demorado. E com o estado era muito difícil a gente buscar. Há um recurso lá em Brasília, só que o FNDE tem escolas padrão, e o negócio de escola padrão assim é demorado para você conseguir os recursos. Então, decidimos fazer com recursos próprios e estabelecemos essa meta. Aí eu vi que é se eu tocasse com a mão de obra própria também talvez eu iria deixar uma defasagem nos outros pontos da prefeitura, então terceirizamos (G1, 2023).

Quanto tempo durou a construção? E onde as crianças estudaram nesse período?

Nós demoramos um tempo até razoável para construir, cerca de dois anos. Quando começamos a construção, colocamos ônibus para trazer as crianças para estudar em um prédio alugado na cidade, mas que tinha toda a estrutura adequada. Os pais desacreditaram que íamos terminar a construção, pensavam que íamos manter as crianças na escola da cidade, mas acabamos e ficou melhor do que todos imaginávamos (G1, 2023).

Assim, como todos os prédios das escolas rurais aqui já aparentadas, o da Agostinho Portello também estava precário e necessitava de cuidados urgentes que foram deferidos. Como descrito, o prédio estava em condições precárias, com rachaduras extremas, assoalhos abrindo, telhado caindo e apresentava risco de vida aos(as) funcionários(as) e alunos(as). Se não houvesse demolição e construção do novo prédio, certamente a cessação da instituição seria algo inevitável. Todavia, no momento em que se constrói outro prédio, dá nova vida à instituição. A escola e toda a comunidade local ganharam força, reivindicaram e foram atendidos.

Todos os segmentos entrevistados foram questionados sobre a pertinência e necessidade dessa reforma; obviamente, sem restrição, todos(as) foram a favor e ficaram extremamente gratos com a construção do novo prédio. Como P2 sintetizou: “A valorização do bairro aconteceu com a valorização da nossa educação e a construção da nova escola” (P2, 2023).

Melhorando a estrutura física da escola, melhorou a vida da comunidade local da Vila Gianelo. E, por consequência, melhorou o ensino-aprendizagem das crianças, possibilitando que as mesmas estudem no meio em que vivem, no ambiente próximo de sua casa e de sua realidade.

Ademais, a nova construção promoveu uma maior projeção de permanência de funcionamento da instituição, assim como explicitado pelos gestores:

Considerando a pouca demanda de estudantes, a Escola Agostinho Portello corre o risco de fechamento?

Com a construção da escola nova o fechamento não vai acontecer. No ponto de vista financeiro, seria melhor trazer as crianças para estudar em Moreira Sales, mas não é isso que almejo para a escola, ainda mais que a prefeitura tem condições de mantê-la. Quero que ela fique lá por muitos anos e sei que isso é possível (G1, 2023).

Com os alunos que estudam na escola toda eu faria uma turma só na cidade. Eu teria um professor e mais 6 horas atividades e mandaria as crianças em um ônibus próprio. Diferente disso, eu tenho 2 professores com 40 horas, eu tenho mais professor para cobrir a hora atividade e merendeira, a moça que limpa, a coordenadora. Então, se a gente fizer só essa conta, realmente não vale a pena. E é nesse sentido que quem está de fora calcula. [...] Mas, não é isso que nós, enquanto gestão, pensamos. Então, a gente sabe desses valores culturais. É desse amor que as pessoas têm por aquele lugar e enquanto estivermos aqui, eu acho que vai ficar para sempre na escola Agostinho Portello (G2, 2023).

Compreendermos que o olhar gestor faz muita diferença na efetivação de quaisquer ações públicas. Como demonstra a Escola Agostinho Portello, que resistiu e resiste, sobressaindo a todas as cessações propostas a ela e às escolas em seu entorno. É claro que as condições dessas instituições eram e são diferentes das outras já fechadas, mas é importante frisarmos a importância da gestão se preocupar com escolas localizadas no Campo. Agora, com o prédio novo e uma proposta de um longo período de funcionamento, cabe pensar em soluções para sanar os problemas como a diminuição de matrículas para que a escola dure anos e forme muitos(as) cidadãos(ãs), com políticas que valorizem a cultura, a agropecuária e os pequenos produtores rurais locais.

Não podemos desconsiderar que o fechamento de instituições rurais é uma perda para o bairro em que está estabelecida, por isso seria de extrema importância que as escolas não fechassem. Porém, é utópico dizer que poderia ser feito com essas instituições o mesmo realizado com a Agostinho Portello, à vista que a demanda de alunos(as) e localidade da escola influencia diretamente em todo esse processo. Além disso, certamente a prefeitura não teria condições financeiras para custear todas as obras.

Reafirmamos que não somos a favor da nucleação e dos fechamentos das escolas localizadas no meio rural, outrossim, é notório como essas escolas possuem extrema relevância para a comunidade local e também no processo de ensino das crianças que ali residem. Porém, é preciso um olhar racional que considere todos os aspectos envolvidos a esse processo, que estão além das contribuições socioculturais que essas escolas ofertam. A escola precisa disponibilizar uma boa estrutura física e pedagógica e percebemos que nem sempre isso acontece. Além disso, o Município de Moreira Sales não é majoritariamente rural, sua grande maioria populacional, cerca de 80%, reside no meio urbano; conseqüentemente, não há demanda de alunos(as) no meio rural e esse é um ponto chave para a inviabilidade de 37 (trinta e sete) escolas rurais no município.

Para a Escola Rural Municipal Agostinho Portello, vida longa. Embora suas implicações pedagógicas não possuam especificidades do Campo, seu valor enquanto escola não diminui. O bairro Vila Gianelo se engrandece com o funcionamento da instituição, sendo um ganho de cunho pedagógico para os(as) estudantes e de cunho sociocultural e socioafetivo para todos(as) da comunidade local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todas as reflexões descritas, percebemos que os conceitos relacionados à Educação Rural e à Educação do Campo perpassam por noções que vão além do pedagógico. Esse fato se efetiva a partir das relações decorrentes entre poder, política, sociedade, cultura e economia. Ambas as propostas educacionais, sejam elas de cunho crítico ou mercadológico, não são neutras e possuem uma ideologia implantada para e por meio de sua efetivação. A educação possui o poder de transformação de ideias e na zona rural não é diferente.

O conceito e teorização de ambas as concepções educacionais muitas vezes são destinados como sinônimos, mas essa não é a realidade observada. A Educação Rural e a Educação do Campo são ofertadas nas localidades rurais, mas não se estabelecem a partir da percepção do povo no campo. Embora não sejam antagônicas, possibilitam uma aplicação social totalmente diferente e refletem na sociedade em ampliações econômicas, sociais e culturais por óticas distintas.

A Educação Rural possibilita um ensino-aprendizagem que segue os preceitos urbanos. Os planejamentos, livros de apoio, formação profissional, Projeto Político Pedagógico são os que ditam a educação em uma escola estabelecida nas cidades. Desse modo, podemos afirmar que, mesmo que na prática de trabalho com conteúdo o docente leccione de forma diferenciada, os componentes curriculares, bem como os eixos temáticos, não estão de acordo com a realidade no campo. Além do mais, essa forma educacional não propaga lutas envolventes à classe camponesa, nem à resistência e permanência no campo.

Embora haja essas conclusões, também salientamos que essa educação possui sua validade no momento em que valoriza a comunidade na qual está estabelecida e facilita a vida estudantil, ao considerar a localidade. Ademais, a comunidade onde está estabelecida pode não possuir características que instigam a luta camponesa, até por falta de conhecimento, e a Educação Rural, para eles, se torna mais significativa.

Outrora, a Educação do Campo possui cunho crítico, no que se refere à consciência de classe. Percebemos que sua formulação e efetivação estão intimamente ligadas com a resistência do povo no campo, considerando todas as questões socioculturais que envolvem essa luta. Por isso, o ensino-aprendizagem incita a permanência e resistência no campo, além de considerar toda a realidade vivida no meio social em que está estabelecida. Ou seja, seu planejamento, livros, formação profissional e Projeto Político Pedagógico garantem um ensino diferenciado e especializado.

Se pensarmos nas perspectivas socioculturais que regem as dependências do povo no campo, a Educação do Campo é mais significativa, pois propõe um processo educacional específico para as localidades rurais. Utópico seria se todas as comunidades no campo possuíssem a consciência de classe e reconhecessem a necessidade de permanência e resistência no campo, no qual a educação seria um processo de reafirmação disso, e assim se estabelecesse essa educação problematizadora.

Ao refletirmos sobre a análise do objeto de estudo, descobrimos que a instituição estudada possibilita aos estudantes uma Educação Rural. Uma vez que as aplicações da prática pedagógica estão em consonância com as perspectivas estabelecidas na zona urbana do município; visto isso, seguem a vigência estabelecida em escolas na zona urbana. Esse fato se garante no PPP da escola, no qual não relata distinção educacional, além de estar explícito nas falas dos segmentos entrevistados. Professores e gestores garantem que a educação ofertada na instituição é semelhante à educação ofertada em escolas urbanas e afirmam isso como fato positivo.

Para além disso, vale destacar que, na realidade da comunidade na qual a escola estudada está inserida, de acordo com dados destacados a partir das entrevistas, os indivíduos veem a instituição somente pela sua facilidade de localidade e valorização da comunidade. O círculo populacional que permeia a escola não possui um cunho de luta social, não exigem processos educacionais que apoiem a permanência no campo ou as especificidades educacionais existentes. Esse fato valida ainda mais as perspectivas da Educação Rural.

Concluimos que a educação nas localidades da zona rural possui extrema relevância para a comunidade na qual está inserida. Se estabelecida como Educação do Campo, possibilita um cunho de luta de classes, bem como propaga a permanência e resistência do indivíduo no campo. Outrora, se possuir requisitos da Educação Rural, propaga a ideologia dominante e noções educacionais urbanas, porém o fato de estarem estabelecidas nas localidades rurais e promover valorização e facilidade de locomoção dos estudantes já a viabiliza.

Se pensarmos nos primórdios educacionais, percebemos que as escolas se estabeleceram inicialmente em localizações na zona rural, com a modalidade multisseriada. Esse fenômeno também aconteceu em Moreira Sales/PR: o município se fundou a partir da expansão do trabalho de cafeicultura, com início de formação especificamente na zona rural, assim como a própria educação. A primeira escola se firmou pela necessidade de permanência do trabalhador rural em terras moreira-salenses. No decorrer da pesquisa também descrevemos a historicidade, afunilando para a comunidade Vila Gianelo até chegar na instituição que foi objeto de estudo.

Esse movimento descrito possibilitou o recorte espacial, assim como reconhecer toda a realidade social na qual a escola está implantada para que fosse possível efetivar a análise.

Com essa análise destinada à realidade, percebemos que as políticas públicas para esse público propiciam lacunas e não há uma grande efetivação na prática. Ademais, muitas vezes não destacam as diferenças estabelecidas nos conceitos “rural” e “do campo”, dificultando a compressão e o reconhecimento do verdadeiro significado de capa percepção. Embora haja uma limitada propagação, políticas aqui citadas como PRONERA, PROCAMPO, PRONACAMPO, PEA, dentre outros, podem possuir uma extremidade que garante as necessidades do capital, mas não podemos desconsiderar suas relevâncias para a valorização e para melhorias na educação na zona rural. É de extrema importância que políticas nessa perspectiva se efetivem para trazer aprimoramentos educacionais para escolas que se estabelecem na zona rural, seja ela Educação Rural ou Educação do Campo.

Com as entrevistas semiestruturadas, descobrimos que em Moreira Sales/PR não há nenhuma política pública que ampare a escola no campo. Tampouco, responsáveis e familiares, professores, funcionários, gestores não reconhecem nenhuma política em âmbito nacional, estadual ou municipal propícia para essa educação. A não ser uma docente que participou do Programa Escola Ativa em 2011, mas que atualmente não possui nenhuma vigência ou relevância para o município.

Por essa razão, as políticas públicas, no geral, são responsáveis por colocar em prática ações governamentais em prol de melhorias na sociedade, e no âmbito escolar é essencial que se efetivem. Sabemos das grandes questões mercadológicas que se expressam a partir de formulações e efetivação das políticas públicas, por isso a necessidade de um cunho crítico para repensá-las, reformulá-las e também as reivindicar, mas é pertinente afirmar que é por meio dessas que acontecem possíveis incrementos sociais. Essa percepção deve ser estendida às escolas localizadas na zona rural que não estão no foco nacional, estadual e nem municipal de formulações de propostas para a educação.

Outra discussão fomentada na presente pesquisa se refere ao processo pedagógico da instituição localizada na zona rural, conhecido como multisseriação. A baixa densidade demográfica de comunidades onde as escolas estão estabelecidas possibilita a modalidade multisseriada como forma de efetivação educacional. Como já visto, consiste em reunir uma ou mais turmas em uma mesma sala, no qual uma docente leciona em conjunto.

Trazendo para a realidade de Moreira Sales/PR, percebemos que as docentes possuem uma ótica positiva referente à prática multisseriada, destacando que a socialização entre os alunos corrobora com o ensino-aprendizagem. Esse fato pode ser possível no momento em que

os alunos de anos diferentes trocam experiências e conhecimentos que possibilitam um avanço na aprendizagem, o que pode facilitar o ensino.

Outrossim, frisamos que a multisseriação pode, sim, possibilitar vantagens, mas acarreta uma sobrecarga de trabalho aos docentes. Vimos que a modernidade facilitou o ensino multisseriado e que atualmente pode não encontrar lacunas como problemas estruturais, porém o trabalho dobrado ainda se perpetua e não há formações especializadas que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem. Para além disso, percebemos que os responsáveis/familiares de crianças matriculadas na instituição investigada não reconhecem a multisseriação, garantindo baixa valorização do professor e da modalidade.

Por conseguinte, concluímos que a escola multisseriada possui validade, todavia, também acarreta uma sobrecarga docente, mesmo que ganhem um adicional salarial. Esse fato escancara a necessidade de políticas envoltas à formação continuada e que amparem e considerem essa modalidade. Ademais, destacamos a necessidade de inserção dos responsáveis/familiares no processo de ensino de forma efetiva, sendo que o primeiro passo seria explicitar as relações ocorrentes em escolas no campo, tal como apresentar como ocorre o processo pedagógico a partir do multisseriado. Tudo isso valorizaria a escola, seu modelo educacional e os docentes.

Outro ponto discutido na dissertação se refere às cessações das instituições localizadas na zona rural do município, além de relatar casos semelhantes em outras realidades nacionais. Pensando na perda sociocultural e até na facilidade de localidade, destacamos o quão grande é a perda para a comunidade local e escolar perante às mencionadas cessações de escolas no campo. A presente pesquisa nos possibilitou uma reflexão mais aprofundada, até mesmo mais racional, referente a esse fenômeno, quando reconhecemos as questões envoltas à densidade demográfica e à falta de recursos públicos.

Destacamos a realidade de Moreira Sales/PR, a qual, de acordo com dados do IBGE (2022), houve uma significativa diminuição populacional no município. Essa diminuição fica mais extrema quando observamos o quantitativo voltado para a zona rural, que nos possibilita uma projeção de 78% dos moreira-salenses estarem em zona urbana. Esse fato acarreta falta de demanda de alunos para a efetivação das escolas no campo e, por consequência, garante o fechamento das mesmas. Além disso, os gestores entrevistados garantem que o município não recebe verbas específicas para a última escola rural e todos os honorários são de cunho municipal.

Ao pensarmos nessa realidade, percebemos que o funcionamento de uma instituição não está somente relacionado às suas relevâncias socioculturais, mas se amplia a questões

econômicas e demográficas. Sabemos da grande perda com o fechamento dessas instituições para a comunidade local e escolar, porém não podemos desconsiderar todas as implicações já descritas que inviabilizavam suas permanências. Que bom seria se o funcionamento fosse viável em todos os aspectos.

Diante de todas essas cessações, destacamos aqui a permanência da última escola rural municipal de Moreira Sales/PR, que foi nosso objeto de estudo: a escola Agostinho Portello. Frente às análises, percebemos que houve a solicitação de fechamento, mas isso não ocorreu por influência pública e pelo fato de estar estabelecida em uma comunidade com uma proporção populacional significativa. Reafirmamos a relevância dessa instituição para a comunidade como valorização e facilidade de acesso à educação. A escola pode não propor uma ótica diferenciada, mas possibilita um ensino de qualidade com boa estrutura, em comparação com a zona urbana.

Embora saibamos que a Educação Rural pode possibilitar um ensino significativo e de qualidade, como no objeto de estudo, destacamos a grande defasagem do ensino no quesito resistência do povo no campo. É notório que se observarmos a comunidade onde está inserida, a Educação Rural estudada possui uma viabilidade considerável, pois está de acordo com os pressupostos locais e sua efetivação é necessária, embora tenha perspectivas urbanas e hegemônicas. Além do mais, podemos considerar que a luta da classe no campo pode não ser significativa para essa comunidade, e isso, de certo modo, limita o poder de transformação que a escola no campo poderia e deveria possuir.

O estudante, seja na zona rural ou urbana, possui saberes que dialogam com as transformações sociais. Quando observamos a zona rural, percebemos que os avanços tecnológicos e as várias possibilidades de emprego e vivências ofertadas pela sociedade atual nas zonas urbanas refletem no pensar sobre aprender e ensinar nas escolas. Essa reflexão questiona a efetivação de uma educação nos parâmetros que garantem uma permanência e resistência do povo no campo. Mesmo diante das mudanças no pensar sobre a zona rural, a Educação do Campo não deprecia, pois perpassa as questões educacionais, transforma e possibilita grandes avanços sob as concepções de resistência, crescimento e valorização do meio em que vivem.

O objetivo não foi averiguar se a escola estudada possui um bom ensino-aprendizagem por meio da Educação Rural, pois sabemos que, mesmo com características que garantem a logística do capital, o ensino possui sua validade e confirmamos que a perspectiva educacional da comunidade está de acordo com a proposta ofertada pela instituição. Na verdade, a questão levantada reside na persistência em destacar a relevância sociocultural que a Educação do Campo pode possuir em uma comunidade, se assim esta permitir.

Portanto, concluímos que a presente pesquisa contribuiu com a ampliação de discussões e debates em âmbito local e acadêmico, enfatizando alguns pontos: viabilizar a educação multisseriada, apesar da dificuldade para o docente, pois garante uma efetivação da educação por meio de sociabilidade dos conteúdos; estabelecer a importância das políticas públicas no campo; promover a reflexão realista sobre as cessações das instituições em zona rural, considerando os aspectos socioculturais, econômicos e demográficos; e, o mais importante, possibilitar uma reflexão ampla sobre o processo educacional no campo e não se limitar em designar qual das educações, seja a Educação Rural ou a Educação do Campo, possui mais validade. Isto é, propomos o reconhecimento da realidade na qual a escola está inserida, para que assim seja possível refletir qual formato educacional se torna mais significativo para essa comunidade e realidade. Para além disso, reafirmamos que embora ambas as perspectivas educacionais sejam significativas, a Educação Rural possui uma defasagem, não possibilita a consciência de classe, luta e permanência do povo no campo. É preciso considerar que não é só na Educação do Campo que ocorre a aprendizagem, mas é por meio dessa que é possível reconhecer-se como real indivíduo no campo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fernando Donizete; ZANOTTO Luana. **A função social da escola e a educação do campo: uma proposta humanizadora**. Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 11, n. 22, p. 133-144, jan./abr. 2019.

BARBOSA, Filipe Cotta. **Relação escola-comunidade: a importância da escola no campo**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2022. Disponível em: <[https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/15158/1/DISSERTA%
3O_Relac%
3a7%
c3%
a3oEscolaComunidade.pdf](https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/15158/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O_Relac%c3%a7%c3%a3oEscolaComunidade.pdf)>. Acesso em: 08 ago. 2023.

BICALHO, Ramofly. Reflexões sobre o Procampo - Programa de apoio à formação superior em licenciatura em Educação do Campo. **EccoS** - Rev. Cient., São Paulo, n. 45, p. 221-236, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/7783/3743>>. Acesso em: 08 maio 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Diário Oficial da União, 1988.

BRASIL. **Por uma Educação do Campo**: Diretrizes Operacionais para uma Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, 2001a.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Escola Ativa**: aspectos legais. Brasília, DF: Fundescola, MEC, 2001b.

BRASIL de Fato. **80 mil escolas no campo brasileiras foram fechadas em 21 anos**. São Paulo (SP), 29 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/11/29/artigo-or-80-mil-escolas-no-campo-brasileiro-foram-fechadas-em-21-anos>>. Acesso em: 18 out. 2022.

BRASIL. **Escola ativa**. Projeto base. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.

BRASIL. MEC. **Programa Nacional de Educação do Campo: PRONACAMPO**. Brasília/DF: MEC, março 2012. Disponível em: <<http://www.consed.org.br/images/phocadownload/pronacampo.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/ CEB nº 23/2007**, de 12 de setembro de 2007. Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pceb023_07.pdf>. Acesso em: 01 set. 2022.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CECÍLIO, Maria Aparecida; PUZIOL, Jeinni Kelly Pereira; SILVA, Irizelda Martins de Souza e. A espacialização da educação do campo no Paraná: uma forma de resistência do MST. **Teoria e Prática da Educação**, v. 13, n. 2, p. 213-222, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/15482/8379>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

COSTA, Maria Lemos; CABRAL, Carmen Lúcia de Oliveira. Da Educação Rural à Educação do Campo: uma luta de superação epistemológica/paradigmática. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 1, n. 2, p. 177- 203, jul./dez 2016. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/2763/9296>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL - CGI.br. Domicilio com acesso à internet, por área. **Pesquisa TIC Domicílios, ano 2021**: Relatório metodológico. São Paulo: CGI.br, 2022.

D'AGOSTINI, Adriana; TAFFAREL, Celi Zulke; JÚNIOR, Claudio de Lira Santos. Escola Ativa. In: CALDART, Roseli Salet; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DE SOUZA E SILVA, Irizelda Martins; CECÍLIO, Maria Aparecida; HIROSE, Kiyomi. Políticas públicas e educação no e do campo: formação docente. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, v. 16, n. 2, 2008. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/sociais/article/view/2848>>. Acesso em: 05 ago. 2023.

FERREIRA. Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. Fechamento de escolas do campo no Brasil e o transporte escolar entre 1990 e 2010: na contramão da educação do campo. **Imagens da Educação**, v. 7, n. 2, p. 76-86, 2017. Disponível em: <<http://doi.org/10.4025/imagenseduc.v7i2.36910>>. Acesso em: 20 set. 2022.

FERRI, Cassia. **Classes multisseriadas**: que espaço escolar é esse? 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/76081>>. Acesso em: 05 maio 2022.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**: Saberes necessários à prática educativa. 17^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIMENES, Erick. **Fechamento de vagas e escolas em zonas rurais preocupam famílias**. Rede Brasil Atual, 07 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/sem-categoria/fechamento-escolas-zonas-rurais-preocupam/>> Acesso em: 18 out. 2022.

GOMES. Ivair. O que é rural? Contribuições ao debate. **Bol. geogr.**, Maringá, v. 31, n. 3, p. 81-95, set.-dez., 2013. Disponível em:

<<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/19007/12620>> Acesso em: 18 set. 2022.

GONÇALVES, Gustavo Bruno Bicalho. **Programa Escola Ativa: educação do campo e trabalho docente**. 2009. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.ppfh.com.br/wp-content/uploads/2014/01/T_programa.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alínea, 2019.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE - Cidades**. Moreira Sales/PR, 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/moreira-sales>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

JANATA, Natacha Eugênia; ANHAIA, Edson Marcos de. Escola/Classes Multisseriadas do Campo: reflexões para a formação docente. **Educação & Realidade**, v. 40, n. 3, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/syCgqHPMfmYQN8QtggrfqVt/?lang=pt>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1996. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/29081/1/UrbanizacaoProcessoEscolar.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

MACHADO, Luane Cristina Tractz. Da educação rural à educação do campo: conceituação e problematização. **Anais do XIII Congresso Nacional de Educação - 2017**. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25113_12116.pdf>. Acesso em: 27 out. 2021.

MOREIRA SALES. **Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Moreira Sales**. Lei promulgada nº 405, de 02 de fevereiro de 2009.

MORGAN, Dimas Anaximandro da Rocha; SILVA, Joelma Gomes da; KNACKFUSS, Maria Irany; MEDEIROS, Humberto Jefferson. As políticas públicas no contexto da educação infantil brasileira. **Construção Psicopedagógica**, Rio Grande do Norte, v. 22, n. 23, p. 51-58, 2014.

MST. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **Mais de 4 mil escolas do campo fecham suas portas em 2014**. Disponível em: <<https://mst.org.br/2015/06/24/mais-de-4-mil-escolas-do-campo-fecham-suas-portas-em-2014/>>. Acesso em: 12 maio 2022.

MST. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **Educação MST**. Disponível em: <<https://mst.org.br/educacao/>>. Acesso em: 05 ago. 2023.

NETO, Luiz Bezerra. **Educação Rural no Brasil**: do ruralismo pedagógico ao movimento por uma Educação no Campo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016. Disponível em: <<https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-gepec/educacao-rural-no-brasil-do-ruralismo-pedagogico.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2022.

PAIVA; Natalia Moraes Nolêto de; COSTA; Johnatan da Silva. A influência da tecnologia na infância: desenvolvimento ou ameaça? **Psicologia.pt**: o portal dos psicólogos, 2015. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0839.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. Escolas Multisseriadas: a experiência internacional e reflexões para o caso brasileiro. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 22, n. 82, p. 57-88, jan./mar. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/DrWKHc9xpY9X9SmwK7K6wZw/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 maio 2022.

PONTE. Karina Furini de. (Re)Pensando o conceito do rural. **Revista NERA**, Pres. Prudente, Ano 7, n. 9, p. 20-28, jan./jul. 2004. Disponível em: <https://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/04/02_Karina.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PRADO, Adonia Antunes. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 3, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/55>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

RANGEL, Mary; CARMO, Rosângela Branca do. Da educação rural à educação do campo: revisão crítica. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 20, n. 36, p. 205-214, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/311/261>>. Acesso em: 25 out. 2021.

ROCHA, Maria Isabel Antunes. HAGE, Salomao Mufarrej. **Escola de direito**: reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva; MARQUES, Dayana Ferreira; RODRIGUES, Adriège Matias; DIAS, Gilvania Lima. Nucleação de Escolas no Campo: conflitos entre formação e desenraizamento. **Educação & Realidade**, v. 42, n. 2, 2017.

SANTOS, Adeises Lima Dos et al.. A escola como espaço de sociabilidade. **Anais IV CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/35166>>. Acesso em: 31 out. 2022.

SANTOS, Aline Teles; MIRANDA, Elinaldo Ferreira. Educação do rural versus educação do campo: paradigmas e controvérsias. **Anais do Seminário Nacional e Seminário Internacional Gepráxis**, Vitória da Conquista - Bahia - Brasil, v. 6, n. 6, p. 134-146, 2017.

Disponível em: <<http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/view/7206>>. Acesso em: 28 out. 2021.

SANTOS, Fábio Josué Souza; MOURA, Terciana Vidal. Políticas educacionais, modernização pedagógica e racionalização do trabalho docente: problematizando as representações negativas sobre as classes multisseriadas. In: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; HAGE, Salomão Mufarrej (orgs.). **Escola de direito: reinventando a escola multisseriada**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 35-48, 2010.

SANTOS, Ramofly Bicalho dos; SILVA, Marizete Andrade da. Políticas públicas em educação do campo: Pronera, Procampo e Pronacampo. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Seropédica-RJ, Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 135-144, 2016. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1549>>. Acesso em: 10 maio 2022.

SANTOS, Vanessa Costa dos; GARCIA, Fátima Moraes. O fechamento de escolas do campo no Brasil: da totalidade social a materialização das diretrizes neoliberais. **Kiri-kerê: Pesquisa em Ensino**, v. 1, n. 4, out. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/kirikere/article/view/31790/21771>>. Acesso em: 05 maio 2022.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1986.

SBT BRASIL. **Mais de 100 escolas rurais foram fechadas nos últimos 20 anos**. SBT Brasil, 01 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.sbtnews.com.br/noticia/sbt-brasil/199196-mais-de-100-mil-escolas-rurais-foram-fechadas-nos-ultimos-20-anos>> Acesso em: 18 out. 2022.

SILVA, Estela Rossetti Teixeira; BORTOLOZZI, Flávio; MILANI, Rute Grossi. O brincar digital e uso das tecnologias na saúde da criança. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 6, n. 13, p. 125-138, jul./dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/8085/7080>> Acesso em: 08 ago. 2023.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão literária. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

SCALABRIN, Rosemeri. Da educação rural à educação do campo: uma reflexão necessária. **Nova Revista Amazônica**, v. VII, n. 01, abril 2019. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/6980>>. Acesso: 25 out. 2021.

TORRES, Míriam Rosa; SIMÕES, Willian. **Educação do campo: por uma superação da educação rural no Brasil**. 2011. Artigo (Especialização em Educação do Campo) – Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, Matinhos, 2011. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38662/R%20-%20E%20-%20MIRIAM%20ROSA%20TORRES.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2021.

APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro das entrevistas semiestruturadas

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA COLETA DE DADOS

Entrevistado(a): _____

Data: __/__/____

PROFESSORES(AS)/FUNCIONÁRIOS(AS)

1. Descreva sua experiência profissional e área de atuação na escola na qual atua.
2. O que a escola em âmbito rural na qual atua representa para você? E o que ela representa para o bairro e para o município?
3. Quais as especificidades encontradas no processo de ensino em uma escola em âmbito rural? Qual o perfil educacional deste aluno(a)?
4. Em Moreira Sales temos apenas uma última escola municipal nomeada como rural e isso demonstra a expansão da cidade e a valorização da escola urbana frente à escola em âmbito rural. Em sua concepção, há uma possível desvalorização em relação às instituições nas zonas rurais? Se sim, o que se pode fazer para mudar tal cenário?
5. Por consequência do número de alunos(as), a escola em âmbito rural tem uma característica específica que influencia diretamente no processo de ensino-aprendizagem: a multisseriação. Quais são os desafios encontrados nessa modalidade? Como ocorre o planejamento e exposição das aulas? Como é a participação dos(as) alunos(as)?
6. Qual o perfil socioeconômico dos(as) estudantes da instituição na qual atua?
7. Para que a instituição em zona rural se efetive são necessários amparos legais tanto no âmbito nacional e estadual como municipal. Você conhece alguma ação e/ou política pública municipal voltada para a educação em âmbito rural?
8. É ofertada alguma especialização para vocês funcionários(as) e professores(as) da escola em âmbito rural?
9. Você considera que o espaço escolar da instituição em zona rural pode ter outras funções para além da educacional?
10. Considerando todos os sentimentos envolvidos no seu papel como profissional e levando em consideração o panorama das instituições em âmbitos rurais, o que você almeja para a escola na qual atua?

GESTORES(AS)

1. Descreva sua função como gestor(a) no município e suas atuações junto às escolas em âmbitos rurais.
2. A escola em âmbito rural é voltada para alunos(as) da zona rural, com especificidades em relação às escolas urbanas. A instituição escolar desenvolve um ensino-aprendizagem significativo que considera os aspectos culturais, históricos e econômicos dos alunos?
3. Qual o perfil socioeconômico dos(as) estudantes deste tipo de instituição tratada?
4. Em Moreira Sales temos apenas uma última escola municipal nomeada como rural e isso demonstra a expansão da cidade e a valorização da escola urbana frente à escola em âmbito rural. Em sua concepção, há uma possível desvalorização em relação às instituições rurais? Se sim, o que se pode fazer para mudar tal cenário, considerando a perspectiva da gestão?
5. Como dito, há somente uma escola municipal nomeada como rural em Moreira Sales. Quais os cuidados necessários para que essa escola também não seja fechada? Qual sua importância para o município?
6. Quais as ações e/ou políticas públicas municipais voltadas para a educação em âmbito rural?
7. É ofertada alguma especialização para os(as) funcionários(as) e professores(as) da escola em âmbito rural?
8. Você acredita que as famílias dos(as) alunos(as) sabem os pressupostos de ensino da escola? O que você, como gestor(a), faz ou pode fazer para proporcionar que todos da comunidade escolar do âmbito rural sejam participantes ativos no ensino-aprendizagem?
9. O que você, como gestor(a), faz ou pode fazer para que as pessoas da comunidade escolar conheçam as especificidades da educação em âmbito rural?
10. Você considera que o espaço escolar da instituição em zona rural pode ter outras funções para além da educacional?
11. Considerando todos os sentimentos envolvidos no seu papel como profissional e levando em consideração o panorama das instituições em âmbitos rurais, o que você almeja para a escola rural municipal de Moreira Sales?
12. Nos anos 2000 ocorreu o fechamento das instituições escolares localizadas na zona rural. Como ocorreu esse momento? Quais documentos deram suporte para o fechamento das instituições rurais?
13. Na sua opinião, quais impactos esses fechamentos trouxeram para os alunos e para a cidade de Moreira Sales nos aspectos econômicos e socioculturais?
14. Como gestor no momento do processo de fechamento, qual foi o seu posicionamento e o que te orientou a chegar nessa posição?

15. Sabemos que a instituição na zona rural é de suma importância para os moradores dessa região. Importâncias que vão além da sala de aula, se perpassa a questões socioculturais. Diante do fato, como foi a reação dos responsáveis e comunidade escolar no momento em que se estabelecia o fechamento da escola?

16. Diante de todos esses fechamentos, em algum momento foi cogitado o fechamento da Escola Rural Municipal Agostinho Portello?

FAMILIARES/RESPONSÁVEIS

1. Fale um pouco sobre você, sua profissão, quanto tempo vive na zona rural e descreva o seu vínculo com a escola na qual a criança pela qual você é responsável estuda.

2. Qual a importância da escola para a comunidade da Vila Gianelo?

3. Há outras escolas no município na zona urbana, por que a criança pela qual você é responsável estuda na escola na qual está matriculado atualmente?

4. Você acha que a escola oferece um ensino de qualidade? E acha a estrutura adequada?

5. A grande maioria da população da Vila Gianelo estudou na escola do bairro. Como foi sua experiência como aluno da instituição e agora como responsável por uma criança que também estuda nela?

6. O que você pensa sobre a educação em âmbito rural? Você acha que a este tipo de escola precisa estar de acordo com a população que a frequenta, para que o ensino seja de qualidade?

7. Em Moreira Sales temos apenas uma última escola municipal nomeada como rural. Você conhece as ações e políticas públicas do município voltadas para a educação em âmbito rural?

8. A escola possui poucos alunos(as) e trabalha com a modalidade multisseriada. Você sabe o que isso significa?

9. Em algum momento a instituição se preocupou em explicar os diferentes métodos de ensino-aprendizagem desenvolvidos na escola em âmbito rural?

10. Você como responsável se sente inserido(a) na instituição como participante ativo?

11. O que você deseja para a criança da qual é responsável durante e após o ensino na escola em âmbito rural?